

FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ



Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física

Pitanga (PR) 2019

EXPEDIENTE

Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP

Avenida Universitária, s/n- Caixa Postal 14 – Linha Cantu –
Campus Julio Pololan
Pitanga- PR
CEP 85200-000
Tel.: (42) 3646 5555

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UCP

Presidente da Mantenedora

Dr. Wilson Ramos Filho

Diretora

Profª Jane Silva Bühner Taques

Coordenação de Curso

Profª Paulo Ricardo Soethe

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Paulo Ricardo Soethe - Presidente

André Luiz de Oliveira

Helena de Oliveira Andrade

Grasiele Orsi Bortolan

Jefferson Silvestre Alberti dos Santos

Procuradora Institucional

Jane Silva Bühner Taques

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM

EDUCAÇÃO FÍSICA VERSÃO 2019

REVISADO EM: NOVEMBRO DE 2019

APROVADO EM: NOVEMBRO DE 2019

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná é um documento teórico-prático de referência para a avaliação do trabalho de dirigentes, coordenadores, educadores e funcionários da instituição escolar ou do curso, com função avaliadora da prática educativa do curso.

Este Projeto Pedagógico é o resultado de um processo de diálogo entre Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), aprovado pelo Colegiado de Curso, Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Superior (CONSU), como define o Regimento Interno da Instituição, contemplando as habilidades e competências a serem desenvolvidas para a formação de um Engenheiro Agrônomo com perfil capaz de intervir na realidade, e de consolidar os princípios e objetivos educacionais da Faculdade. Ainda o Projeto Pedagógico define a identidade educativa, formativa e distintiva da instituição e do curso, explicitando a política educacional que é desenvolvida, definindo um conjunto de orientações estratégicas para a prática pedagógica. Assim, a concepção de Projeto Pedagógico, aqui posta, é de entendê-lo como elemento articulador das ações da prática pedagógica do curso, uma expressão possível do currículo do curso, que é construído todos os dias.

A elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC e a composição curricular foram fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nas Diretrizes Curriculares e nas recomendações contidas no RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 09, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004, acatando à Resolução CNE/ CES nº 02/2007, respeitando as alterações contidas nas RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006, e atendendo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CNE/CES 7/2018), considerando o necessário equilíbrio de carga horária na oferta das disciplinas básicas, fundamentais e profissionalizantes de forma a propor diretrizes para o curso de Educação Física - Licenciatura, em consonância com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e com o PPI – Projeto Pedagógico Institucional, bem como respeitando os Regimentos e Regulamentos Interno da IES.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico contém as políticas de ensino para a educação das relações étnico-raciais, de educação ambiental e desenvolvimento

sustentável; da educação em Direitos Humanos e a política de acessibilidade pedagógica e atitudinal conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, a legislação pertinente e os objetivos e metas constantes neste PDI da Instituição, onde a educação ambiental permeia as práticas docentes, de forma transversal, mediante temas relacionados ao meio econômico, ambiental, social e à sustentabilidade. Da mesma forma, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal e interdisciplinar, integra a concepção e práticas pedagógicas.

Outra dimensão incluída nas concepções curriculares é a educação das relações étnico-raciais, visando à divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que conscientizem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial e ao respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da construção de uma sociedade democrática.

As estruturas curriculares integradas estão baseadas na concepção de que a teoria e a prática são indissociáveis, e que formação teórica dos conhecimentos gerais e profissionais deve estar integrada ao cotidiano, às atividades práticas e concretas e, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, levando em consideração os conhecimentos técnicos, a cultura, as experiências de vida fundamentadas nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade. Entende-se também que os conhecimentos técnicos não podem estar separados da formação geral e humanística.

Portanto, o projeto apresentado é uma proposta de trabalho integrado que descreve um conjunto de competências a serem desenvolvidas por todos e todas que compõem este corpo acadêmico, através de uma forma estruturada de organização, baseada em referenciais a elas associados e a metodologia adotada.

A elaboração e constante transformação deste PPC conta com a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo, objetivando a construção de um projeto que propicie incorporar ciência e técnica à participação social do profissional de Licenciatura em Educação Física membro da sociedade.

SUMÁRIO

2. DADOS DO CURSO	9
1 APRESENTAÇÃO	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES.....	12
2.1 Histórico da Mantenedora: UB UCP Educacional S.A.	12
2.2 Histórico da Mantida: Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná.	13
2.2.1 Base Legal da IES	13
2.2.2 Perfil e Missão da IES	13
2.2.3 Responsabilidade social da IES	15
2.2.4 Organização Administrativa e Acadêmica.....	17
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE PITANGA E REGIÃO	19
3.1 Localização Geográfica	19
3.2 Economia	19
3.3 Plano Nacional Da Educação: Metas.....	22
3.3.1 População do ensino médio regional, taxa de matriculados no ensino médio e pirâmide etária regional.	23
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	25
4.1 Concepção e Justificativa do Curso.....	25
4.2 Responsabilidade Social do Curso	27
4.3 Formas de Acesso ao Curso	27
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	29
5.1 Missão Institucional.....	29
5.2 Objetivos do Curso.....	29
5.3 Perfil do Egresso.....	31
5.3.1 Competências e Habilidades do egresso	32
5.4 Metodologia de Oferta do Curso	34
5.4.1 Aulas teóricas.....	34
5.4.2 Aulas práticas.....	35
5.4.3 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	36
5.4.4 Acessibilidade e Inclusão Social.....	37
6. ESTRUTURA CURRICULAR.....	39
Demonstrativo da Carga horária Curricular do curso de Educação Física licenciatura:	
40	
6.1 Flexibilização da Estrutura Curricular	41

6.2 Conteúdos Curriculares	41
6.2.1 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.....	44
6.2.2 Educação Ambiental	44
6.2.3 Educação em Direitos Humanos	44
6.2.4 Estrutura Curricular	45
6.2.4.1 Matriz Curricular	45
C/H Semestral	45
6.2.4.2 Ementário e Bibliografia.....	47
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E INTERDISCIPLINARIDADE	65
7.1 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	67
7.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	67
7.3 METODOLOGIA DE ENSINO: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM.....	67
7.3.1 AULAS TEÓRICAS.....	70
1.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	73
1.6.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	73
1.6.2 REGIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	76
1.7 TRABALHO DE CURSO (TC)	82
1.8.1 REGIMENTO DE TRABALHO DE CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	83
1.8.2 MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS DE CURSO	89
1.8.3 DOSSIÊ: MODELOS DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E TRABALHO DE CURSO (TC).....	89
3.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	109
1.9.1 REGIMENTO DA VIVÊNCIA PROFISSIONAL.....	113
1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	118
1.10.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E SOCIAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ (UCP)	120
1.11 APOIO AO DISCENTE	120
1.11.1 APOIO A PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS.....	125
1.11.2 APOIO PEDAGÓGICO AOS DISCENTES	126
1.11.3 ATENDIMENTO AO ACADÊMICO: ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO	127
1.11.4 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA	129
1.11.5 MECANISMOS DE NIVELAMENTO	131

1.11.6 PROGRAMA DE MONITORIA.....	131
1.11.7 PROGRAMA DE EQUIVALÊNCIA/ADAPTAÇÃO.....	132
1.11.8 INCENTIVOS À INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	132
1.11.9 INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	133
1.11.10 POLITICAS DE INCENTIVO FINANCEIRO	134
1.11.11 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	135
1.11.12 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	138
1.12 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	139
1.12.1 ÊXITO – EXAME INSTITUCIONAL DE AUTOAVALIAÇÃO	142
1.12.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	142
1.12.3 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)	147
1.12.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	147
1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO	
PROCESSO ENSINO - APRENDIZAGEM.....	148
1.14 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS	
PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	153
1.14.1 DEPENDÊNCIA DO ALUNO RETIDO.....	161
1.15 NÚMERO DE VAGAS	161
1.15.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	163
1.16.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	166
DIMENSÃO 2- CORPO DOCENTE	169
2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	169
2.2 ATUAÇÃO DA COORDENADOR	171
2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	174
2.4 CORPO DOCENTE	175
2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	176
2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	176
2.7 RELAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:	
TITULAÇÃO E DISCIPLINAS	178
2.8 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	180
2.9 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	182
DIMENSÃO 3- INFRAESTRUTURA.....	182
3.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	

3.2	ESPAÇO DE ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	183
3.3	ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO	183
3.4	SALA DE PROFESSORES.....	184
3.5	SALAS DE AULA	184
3.6	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	186
3.7	BIBLIOTECA.....	187
	3.7.1 CORPO TÉCNICO DA BIBLIOTECA	189
	3.7.2 ACERVO.....	189
3.8	LABORATÓRIOS.....	193
	3.8.1 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA.....	194
	3.8.2 LABORATÓRIO DE QUÍMICA E BIOQUÍMICA	195
	3.8.3 LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CITOLOGIA.	195
	3.8.4 LABORATÓRIO DE ANATOMIA	196
	3.8.5 SALA DE PREPARO	196
3.9	CENTRAL DE ESTÁGIO E DE TRABALHO DE CURSO	197
3.10	ESPAÇO SMART.....	197
3.12	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	197
3.13	MULTIMEIOS	198
3.15	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	198
3.16	CENTRO DE APOIO ACADÊMICO (CAA)	198
3.17	EMPRESA JUNIOR	198
3.18	BRINQUEDOTECA.....	198
3.19	PISCINA.....	199
3.20	QUADRA POLIESPORTIVA.....	199
3.21	CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE ATLETISMO.....	199
3.22	AUDITÓRIOS	199
3.23	CENTRAL DE ATENDIMENTO.....	200
	3.23.1 ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO.....	200
	3.23.2 CORPO TÉCNICO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO.....	201
3.24	ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO	201
3.25	SECRETARIA ACADÊMICA E SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO .	202
3.26	ACESSIBILIDADE.....	202
3.27	INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE FÍSICA.....	203

3.28	ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES	
	207	
3.29	RECURSOS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE	
	NATUREZA FÍSICA	209
3.30	ADAPTABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	210
3.31	ADAPTABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	211
3.32	DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
	212	

1. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

NOME	CNPJ	e-mail	
Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná	73206468/0001-00	direcao@ucpparana.edu.br	
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO			
LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	COMPLEMENTO
Av. Universitária	S/N	Linha Cantu	Linha Cantu
CIDADE	UF	CEP	FONE
PITANGA	PR	85200-000	(42) 3646-5555
			(42) 3646-5554

2. DADOS DO CURSO

CURSO	VAGAS	TURNOS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	100	NOTURNO

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso é um documento teórico-prático de referência para a avaliação do trabalho de dirigentes, coordenadores, educadores e funcionários de uma instituição escolar ou de um curso, com função avaliadora da prática educativa de um curso.

O Projeto Pedagógico define a identidade educativa, formativa e distintiva de uma instituição ou de um curso, explicitando a política educacional que é desenvolvida, definindo um conjunto de orientações estratégicas para a prática pedagógica. Assim, a concepção do Projeto Pedagógico, aqui posta, é de entendê-lo como elemento articulador das ações da prática pedagógica, que é construído todos os dias.

Ao integrar, na sua estrutura, a identificação da política educacional, a avaliação da prática educativa e a articulação das ações pedagógicas na instituição escolar, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – licenciatura da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP assume uma função política que atribui à Educação um papel integrante e participante do processo de desenvolvimento social.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura da Faculdade UCP estabelece os princípios norteadores, os objetivos, o perfil profissional e as áreas de atuação do profissional egresso. Assim como ressalta aspectos envolvendo o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e estrutura curricular flexibilizada oferecida aos acadêmicos, bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários para a formação de futuros educadores físicos.

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC segue as recomendações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. O Projeto está em consonância com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e com o PPI – Projeto Pedagógico Institucional.

O projeto pedagógico apresentado é uma proposta de trabalho integrada que descreve um conjunto de competências a serem desenvolvidas nos alunos, por meio de uma organização baseada em referenciais a elas associados e a metodologia adotada.

Será apresentado o histórico da mantenedora e da mantida, no qual consta a missão, as diretrizes e a organização didático-pedagógica da instituição. A seguir é

feita a apresentação do perfil da região de Pitanga e da região central do Paraná para contextualização do projeto pedagógico e da concepção do curso. Os fundamentos teóricos e legais, os objetivos do curso e as características do egresso também são discutidos.

A seguir será apresentada a estrutura curricular necessária e a concepção do curso para a formação profissional e humana do discente para que ele esteja apto a ingressar no mundo do trabalho ou dar início as atividades de empresa própria.

Em seguida será apresentada a descrição da infraestrutura existente e a planejada, incluindo a estrutura administrativa e a relação com a comunidade, para que haja o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura.

Finalizando, o projeto traz as diretrizes do sistema de avaliação do curso e as referências bibliográficas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

2.1 Histórico da Mantenedora: UB UCP Educacional S.A.

Observando o quadro educacional de Pitanga - PR e região, um grupo de professores universitários e profissionais liberais com vínculos familiares e afetivos com esta cidade identificou a urgente necessidade de oferta no que se refere ao Ensino Superior. Em função da escassez de oportunidades educacionais, os profissionais depois de formados necessitavam dirigir-se a outras cidades e até mesmo outros Estados para terem acesso a cursos de graduação, não raro permanecendo nestes locais depois de formados, resultando numa defasagem de recursos humanos e financeiros com consequências danosas à economia e evolução sociocultural de toda a microrregião.

A ausência de cursos de graduação na região se refletia nas carências culturais, educacionais, nos baixos índices de desenvolvimento humano e em inúmeros problemas sociais. No intuito de reverter este quadro, em 11 de agosto de 1993, constituiu-se a Associação de Ensino Superior de Pitanga – ASSESPI, destinada a manter Cursos Superiores ligados à demanda regional por profissionais qualificados. Em 30 de junho de 2009 a associação foi transformada em sociedade simples de responsabilidade limitada, denominada Ensino Superior de Pitanga S/A Ltda. E, em 21 de setembro de 2009 foi transformada em ações de capital fechado denominada UB – UCP EDUCACIONAL S.A.

A UB – UCP EDUCACIONAL S/A se encontra inscrita no cadastro geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 73.206.468/0001-00 e no Cadastro Econômico do Município de Pitanga sob o número 2209.

2.2 Histórico da Mantida: Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná

2.2.1 Base Legal da IES

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR				
NOME		CNPJ		e-mail
Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná		73206468/0001-00		<u>direcao@ucpparana.edu.br</u>
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO				
Logradouro	Número		Bairro	Complemento
Av. Universitária	S/N		Linha Cantu	Linha Cantu
Cidade	UF	CEP	Fone	Fax
Pitanga	PR	85.200-000	(42) 3646 5555	(42) 3646 5555

2.2.2 Perfil e Missão da IES

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP, mantida pela UB UCP Educacional S.A., é instituição de ensino superior particular, integrante do Sistema Federal de Ensino, com sede, foro e jurisdição na cidade de Pitanga/PR, no início de suas atividades, em 2002, esteve instalada na Avenida Manuel Ribas, nº 250 - centro, no Colégio Estadual Tiradentes.

Inicialmente, ofertou os cursos de Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Direito, Administração – Comércio Exterior e Sistemas de Informação.

Em 2003, mudou suas instalações para sede própria, inaugurando o Campus Júlio Podolan, com mais de 2.200m² de área construída, situado na Avenida Universitária s/n., Linha Cantu, Pitanga, Paraná.

A partir do início de 2004, passou a ofertar os cursos de Licenciatura em Física e Serviço Social. No primeiro semestre de 2005, passou também a ofertar o curso de Licenciatura em Educação Física e, no segundo semestre de 2005, lançou o curso de Tecnologia em Gestão de Agronegócio.

Atualmente a IES conta com mais de 5.000m² de área construída.

Em 2014, iniciou com a oferta de mais três cursos, o de Bacharelado em Educação Física, Pedagogia e Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e,

em 2016 passou a ofertar os cursos de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária.

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP está cadastrada junto ao INEP sob o nº 2582 e é regida pela Constituição Federal, pela legislação do ensino superior e pelo Regimento Interno.

A Faculdade UCP foi criada com a missão de formar pela excelência no Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

O objetivo central da Faculdade UCP é formar profissionais com intelecto qualificado, cujos conhecimentos e habilidades técnicas venham a representar a vantagem competitiva necessária aos profissionais da contemporaneidade. Nesse sentido, a IES atenta para o desenvolvimento dos três pilares fundamentais da educação superior - ensino, iniciação à pesquisa e extensão - de modo a oportunizar aos seus acadêmicos um ensino inovador, desencadeador da pesquisa investigativa e também a vinculação da instituição com a comunidade, no sentido de estreitar as relações entre seu quadro docente e discente e a comunidade da cidade e da região.

Para tanto, as estratégias utilizadas são: o incentivo à constante atualização e titulação dos docentes, o estímulo à pesquisa acadêmica, atividades extracurriculares e a promoção de eventos de extensão de caráter sociocultural com o objetivo de promover a integração da instituição com a comunidade.

A Faculdade UCP tem como premissa sua inserção na comunidade de Pitanga e região por meio da qualidade de seus cursos e aplicação de seu corpo docente em atividades de iniciação a pesquisa e extensão, com orientação dos esforços para a construção de uma cidadania plena. A Faculdade tem como objetivo o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico das comunidades regionais, com especial atenção para as vocações próprias dos municípios atingidos pela ação direta da IES.

O Corpo dirigente, docente e técnico administrativo da Faculdade UCP concentra-se na busca permanente de qualidade no desempenho de suas funções, com vistas a propor um projeto pedagógico de curso, que objetive qualidade na formação dos alunos e egressos e dos serviços prestados à sociedade.

Dessa forma, muito do que, quando de sua formação, se configurava apenas como um esforço visionário de alguns empreendedores e profissionais, atualmente já

se constitui como uma realidade mais palpável. Isso no sentido de uma estruturação baseada no profissionalismo e no crescimento planejado da Instituição, tanto no que diz respeito aos cursos ofertados e alunos atendidos, quanto no reconhecimento e clareza do papel da UCP no contexto em que está inserida

A missão representa o sentido de ser da organização, a razão maior definida enquanto motivo de existência, e serve como critério geral de orientação das ações institucionais. A Missão da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP é formar profissionais competentes, éticos e comprometidos com o melhoramento da realidade na qual estão inseridos.

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP foi criada com a missão de ser lugar de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região por meio da oferta do Ensino Superior de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, integrado à iniciação científica e à extensão, valorizando, sobretudo, o ensino por ideal.

2.2.3 Responsabilidade social da IES

A Faculdade UCP, pauta-se na escolha dos cursos que oferece pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a Sociedade apresente e venha a apresentar aos profissionais a serem formados, mas prioritariamente considera a real necessidade que a Sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

A IES objetiva a formação de profissionais tecnicamente e politicamente competentes para atuar nas diversas áreas em que propõe seus cursos, com compreensão ampla, consistente e crítica dos saberes que compõem as suas profissões. Busca formá-los com visão humanística e consciência da importância do papel social, político, cultural e econômico que lhes caberá desempenhar em sua comunidade.

Diante do processo de reestruturação produtiva e de redefinição das relações de trabalho, importa à IES formar profissionais que sejam, também, agentes de transformação que compreendam a precedência da dignidade humana sobre a produtividade, o consumo ou o lucro preocupando-se principalmente com a migração em crescente número dos pequenos produtores do campo para a cidade, os quais abandonam ou relegam a segundo plano sua condição de pequenos produtores, tanto

pela falta de investimentos, ou pela falta de preparo técnico para que possam gerenciar suas propriedades, manter a sanidade dos animais e cultivares, além de terem ciência da qualidade daquilo que produzem para sua subsistência ou a correta comercialização.

A IES entra nesse processo estendendo suas atividades de aula a atividades de gerenciamento e formação de profissionais capacitados que possam tornar mais produtivas com qualidade e custo razoável das propriedades dos considerados pequenos produtores, os quais muitas vezes são responsáveis por boa parte da produção local e nem sempre valorizados por isso.

Os cursos oferecidos visam ainda, formar um profissional que alie à compreensão dos fundamentos científicos uma visão global da sociedade moderna em seu contexto atual e suas perspectivas de futuro. O perfil desejado é, portanto, de um profissional atento às novas tecnologias que existem ou venham a existir em suas áreas de atuação e que sejam aplicáveis em nossa região, estando estes capacitados também para atuar em regiões onde possam desenvolver sua profissão após a graduação tendo o preparo ético e intelectual e o incentivo da IES para trabalhar com o título obtido.

Por fim, a formação dos profissionais deve envolver não apenas competência técnica, mas também, sólidos princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e responsabilidade social que concede o caráter humano à práxis, ao trabalho e ao agir profissional.

A Faculdade UCP, consciente de que a ética constitui a base da responsabilidade social, exerce a gestão educacional para tornar-se parte da construção de uma sociedade sustentável e justa. O estabelecimento de padrões éticos de relacionamento com docentes, discentes, funcionários, fornecedores, parceiros, comunidade, poder público e com o meio ambiente é meta prioritária e está expressa nos princípios e valores da instituição.

Assim, desenvolve as seguintes políticas de Responsabilidade Social e desenvolvimento de seus marcos legais:

- ✓ Fomento ao respeito às responsabilidades legais, transparência administrativa e conduta ética;
- ✓ Produção de informação sobre Responsabilidade Social, comprometendo a instituição perante a comunidade com este tema;
- ✓ Implantação e manutenção de políticas de Inclusão Social;

- ✓ Conscientização no ambiente de trabalho sobre a Responsabilidade Social, entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;
- ✓ Incentivo ao uso de materiais recicláveis e/ou reciclados no ambiente de trabalho, despertando assim sua conscientização ambiental, sendo estes elementos humanos que irão difundir conhecimentos para essa consciência ambiental;
- ✓ Intercâmbio com entidades nacionais e internacionais expressivas no tema Responsabilidade Social.

A Faculdade UCP, através do exercício de sua responsabilidade social busca constituir-se tanto um pólo gerador de conhecimento quanto de oportunidades de trabalho e qualificação acadêmica e profissional, pautada na tríade de formação de uma IES preocupada não somente com a formação de seu profissional, bem como, com o caráter deste, por isso desenvolve trabalhos contínuos vinculados ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

Isto se dá através dos projetos pedagógicos, que formalizam uma orientação e propiciam aos acadêmicos o desenvolvimento de atitudes com relação à responsabilidade social. Com isso, busca assegurar a transferência de conhecimentos para o desenvolvimento regional e nacional.

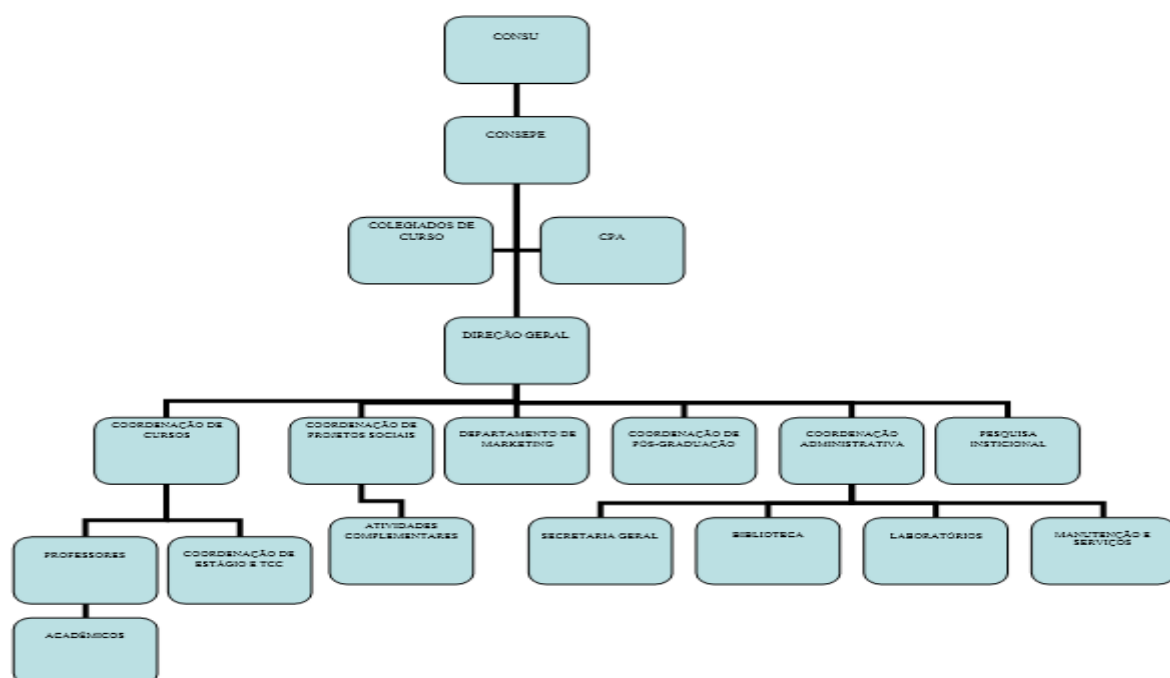
2.2.4 Organização Administrativa e Acadêmica

A organização administrativa e acadêmica da IES está explicitada no Título II, DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL e Capítulo I, DOS ÓRGÃOS, do seu Regimento Interno.

A estrutura atual da IES compreende órgãos deliberativos, normativos e consultivos (Conselho Superior, Conselho de Ensino e Pesquisa, Colegiados de curso) e Órgãos Executivos (Direção, Coordenações de Curso, Órgãos de Apoio).

As atribuições e competências e as instâncias de decisão de cada um desses órgãos estão definidas no Regimento Interno.

A organização administrativa e acadêmica é representada pelo fluxograma abaixo:



3 CONTEXTUALIZAÇÃO DE PITANGA E REGIÃO

3.1 Localização Geográfica

O município de Pitanga está localizado na mesorregião centro-sul Paranaense, mais precisamente no terceiro planalto paranaense. O município conta com 34.310 habitantes, desses 20.587 moram na área urbana. O índice de desenvolvimento humano municipal que lhe confere a 186ª posição no Estado do Paraná (0,743 IDH-M Geral), (IBGE 2010). Clima Subtropical Úmido Mesotérmico, verões frescos (temperatura média inferior a 22° C).

3.2 Economia

A economia é variada, mas como outras cidades do mesmo porte no Paraná, ela é baseada na agroindústria. A agropecuária representa aproximadamente 27% do produto interno bruto do município. O município tem forte participação na produção agrícola do estado. O setor de serviços incorpora cerca de 37% do PIB de Pitanga, figurando como o principal pilar da economia do município, e a atividade industrial, outro importante setor, com cerca de 36%.

Em que pese o esforço de industrialização do estado, a economia da região continua sendo ainda hoje, predominantemente agrícola, sendo a segunda região em participação no PIB agropecuário do Paraná.

A década de noventa e entrada do ano 2000 trouxe uma significativa mudança no perfil econômico do município, conservando as características de grande produtor agropecuário, mas agregando novos setores.

QUADRO 1: Alguns dados sobre a população e a economia da região.

População	34.310 habitantes
População urbana	20.010 habitantes (63,03%)
População rural	14.300 habitantes (36,97%)
TAC (taxa anual de crescimento)	0.68%
PIB (2010)	431.507,00 mil reais
PIB per capita (2010)	R\$ 13.220,92
Número de empresas	869

Fonte: (IBGE 2010)

Economicamente o município de Pitanga possui população rural ainda considera alta se comparada a média da população urbana dos municípios brasileiros, como pode-se observar nos quadros 1 e 2.

QUADRO 2: principais ramos de atividade segundo CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas.

RAMOS DE ATIVIDADE SEGUNDO CNAE	EMPRESAS	FUNCIONÁRIOS
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, inclusive industrializados	19	72
Confecção de peças de vestuário	8	35
Fabricação de esquadrias de madeira, veneziana e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	10	74
Fabricação de esquadrias de metal	4	24
Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada	5	164
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso.	17	91
Fabricação de móveis com predominância de madeira	9	80
Fabricação de sorvetes	2	7
Edição e impressão de produtos gráficos	6	41

Fonte: Dados obtidos da EMATER / SEAB e ACIG da cidade de Pitanga – Paraná (2015).

Vale destacar que a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP) situada em Pitanga/PR, está inserida na Região Central do Paraná integralizando 21 municípios que compõe sua abrangência, atendendo uma população de mais de 270 mil habitantes. Limita-se com os municípios de Nova Tebas, Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Roncador, Mato Rico, Palmital, Santa Maria do Oeste e Boa Ventura de São Roque e os Municípios de Laranjal, Palmital e Mato Rico que fazem parte do atendimento de Pitanga. Ainda atende os Municípios de outras Comarcas num raio de 100 km como: Turvo, Campina do Simão, Iretama, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Ivaiporã, Candido de Abreu, Jardim Alegre, Lunardeli e Lidianópolis.

Tendo por estandarte o “Ensino Por Ideal”, no decorrer dos anos a IES e o curso de Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura solidificam seu compromisso social de inserir membros comprometidos com o desenvolvimento

societário, comprovado pelas inúmeras atividades nas quais a IES participa, nos projetos que desenvolve e no ensino avaliado por meio da empregabilidade de seus egressos.

Durante os anos de existência a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná-UCP procurou responder às necessidades relacionadas ao desenvolvimento da cultura institucional da IES, materializada na política institucional e em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como nas necessidades regionais de mão de obra qualificada, comprovando a constante preocupação dos colegiados com a qualidade e a adequação dos seus cursos relacionados a dados socioambientais e econômicos.

Com estas constatações e diante das inúmeras transformações sociais, econômicas e tecnológicas que perpassam a sociedade contemporânea, torna-se reconhecidamente notório que o Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura deve possuir uma estrutura curricular não atrelada a conceitos puramente formais, concebidos a partir de uma realidade absolutamente diversa da que vivenciamos hodiernamente.

O Curso de Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura da IES percorre o caminho da interdisciplinaridade e, pautando-se sempre no senso crítico reflexivo utilizando-se de caminhos pedagógicos diferenciados que são utilizados, no sentido da promoção de um processo de construção do conhecimento acessível a todos os aprendizes. Neste sentido, cumpre destacar a acessibilidade pedagógica atitudinal já aplicada no âmbito de todos os cursos da IES, rumo a uma educação inclusiva.

Tem-se, portanto, que o desenvolvimento técnico-científico, assim como as recentes exigências do mercado de trabalho intensamente globalizado, são fatores determinantes à fixação dos objetivos a serem atingidos na formação do profissional do Curso de Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura.

Dados objetivos ajudam a demonstrar o potencial de aproveitamento e a justificar o Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura na Região. Atualmente, a cidade conta com duas Instituições de Ensino Superior presenciais, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP, com os cursos de Administração, Agronegócio, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Serviço Social, Gestão da Tecnologia da Informação, Pedagogia, Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária e um Campus da Universidade Estadual do

Centro-Oeste – UNICENTRO com cursos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. Nessas duas instituições há cerca de 1250 universitários, entre alunos residentes em Pitanga e alunos advindos de outros 21 municípios que estão situados próximos à cidade, e também atendidos por essas instituições. Em suas áreas específicas de atuação, as duas instituições oferecem para a região aproximadamente 1100 vagas anuais para concurso vestibular (UCP – 900 vagas; UNICENTRO – 200 vagas).

A IES, consciente de seu papel de instituição de ensino e de emancipação social, e tendo como referência os dados acima apresentados, tem uma proposta muito transparente de ensino-aprendizagem, primando pela qualidade, com a responsabilidade de ser uma entidade capaz de formar profissionais aptos a atuar com competência técnica e consciência ética. A instituição conhece a realidade social da região e assume um compromisso público relevante com a comunidade local e regional, no sentido de ser uma instituição participante do processo de desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e inclusão.

3.3 Plano Nacional Da Educação: Metas

A instalação da rede pública no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhavam, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades.

Entretanto, como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda pela educação superior.

Têm-se, claramente, nos objetivos e metas do Plano Nacional da Educação tais indícios, como por exemplo:

- ✓ Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino;

- ✓ Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- ✓ Prover até o final da década, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%;
- ✓ Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

3.3.1 População do ensino médio regional, taxa de matriculados no ensino médio e pirâmide etária regional.

De acordo dados do IBGE sobre a Pirâmide Populacional de Pitanga, destaca-se que cerca de 42% da população economicamente ativa aproximadamente, 12.900 habitantes entre homens e mulheres, apresentam uma faixa etária entre 15 e 39 anos, índice que compreende a faixa etária média dos universitários brasileiros, que se encontram entre 18 e 25 anos, segundo indicadores sociais do IBGE (2008).

Pitanga tem a maior parcela da população, 37%, que possui ensino fundamental incompleto, 18% possui ensino médio completo e cerca de 12% possui nível superior e pós-graduação completos.

Dados objetivos ajudam a demonstrar o potencial de aproveitamento e a justificar a manutenção do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura

População do ensino médio regional, taxa de matriculados no ensino médio.

Município	População	Ensino municipal fundamental.	Ensino estadual fundamental e médio	Ensino particular	TOTAL
Pitanga	32.310	3.642	5.803	443	9.888
Boa Ventura de São Roque	6.549	888	1.218	47	2.153
Laranjal	6.361	1.117	1.131	57	2.305
Mato Rico	3.822	518	630	19	1.167
Nova Tebas	8.389	945	1.479	84	2.508
Palmital	14.870	2.121	2.594	283	4.998
Sta. M ^a do Oeste	11.497	1.452	2.127	53	3.632
Turvo	13.838	1.869	2.406	249	4.524
Camp. do Simão	4.076	629	650	00	1.279
Roncador	11.544	1.206	1.644	254	3.104
Iretama	10.602	1.379	1.878	104	3.361
Manoel Ribas	13.364	1.258	2.051	127	3.436
Când. de Abreu	16.662	2.105	2.633	152	4.890
Ivaiporã	31.812	2.593	5.762	507	8.862
Jardim Alegre	12.325	2.593	2.014	188	4.795
Arapuã	3.554	378	820	00	1.198
Ariranha do Ivaí	2.453	220	304	30	554
Lidianópolis	3.972	350	630	00	980
Marquinho	4.983	600	738	00	1.338
TOTAIS	213.318	25.863	36.512	2.597	64.972

Fonte: População – Senso -IBGE-2010

Fonte: Alunos da rede estadual - Núcleos Regionais de Educação do Paraná 2010

Fonte: Alunos da rede municipal – Sec. Educação dos Municípios 2011

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

4.1 Concepção e Justificativa do Curso

O Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP tem busca educar gerações, atuar na comunidade com responsabilidade social e influir no desenvolvimento regional, valorizando a ética, a cidadania, a liberdade e a participação pautada sempre no estímulo ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Os valores são a dignidade do ser humano, o pluralismo democrático, a transparência e a responsabilidade nas relações institucionais e comunitárias, o respeito à individualidade e diversidade de ideias, o espírito de equipe e criatividade, além do respeito ao meio ambiente.

A implementação de políticas institucionais no Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura seguem as propostas apresentadas e fundamentadas no PDI e no PPI. Cabe à Instituição contribuir para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz, também, por meio de apoio pedagógico ao docente.

Nesse sentido o conhecimento se dá por meio da mediação, e não apenas em sala de aula. Compreende-se, assim, que o papel do professor é justamente o de mediar o processo de aprendizagem. Tem, portanto, uma especificidade a ser respeitada: trata-se de um profissional a serviço da orientação e condução do processo de aprendizagem, a partir de uma metodologia que favoreça a construção de sujeitos autônomos, hábeis e competentes. Na ordem das atividades didáticas, os planos de ensino devem orientar a aprendizagem visando o desenvolvimento de habilidades e competências primordiais ao exercício da profissão e da cidadania, considerando também a necessidade de promover a capacidade de elaboração pessoal e a iniciação a pesquisa. Estas deverão estar sempre em relação com as práticas sociais e balizadas pelas discussões coletivas, orientadas pelo docente durante as aulas.

A instituição zela pela formação ética e pelo desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança, da capacidade de adaptar-se a novas realidades, motivando o sujeito aprendiz à conquista de objetivos, à tomada de decisão, à superação de obstáculos, à adoção de uma postura empreendedora e ética frente aos novos desafios, à competência em lidar com as emoções, à liderança, ao trabalho em equipe, à

iniciativa, à tolerância, entre outras habilidades que fazem parte dos valores humanos que também integram a formação profissional.

A instituição promove apoio à iniciação científica e à produção de artigos de base científica; atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca; exposição dos trabalhos dos alunos por vários meios de divulgação (publicação de artigos, participação em seminários, congressos, simpósios e etc.); apoio ao trabalho acadêmico interdisciplinar. Esse apoio e estímulo estão presentes sobretudo nas Atividades Complementares; aulas e atividades práticas; o relacionamento direto e recíproco com a comunidade local e regional, pela extensão do ensino mediante a oferta de cursos e serviços especiais; a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação tecnológica gerada pelos cursos da Instituição e, especialmente por meio da participação na Iniciação Científica e Mostra de Pós-graduação, realizada anualmente, onde são realizadas apresentações orais e mostra de painéis.

A IES entende o seu desenvolvimento muito próximo ao da comunidade que é originária e busca a institucionalização de suas atividades de ensino e extensão. A extensão se coloca como prática que interliga uma faculdade, em suas atividades de ensino, com as demandas econômicas, sociais e culturais da região onde se encontra instalada. Assim, a ação extensionista vai além da prestação de serviços (assistências, consultorias, assessorias, atendimento nas empresas juniores), da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências), mais do que na simples formulação da missão institucional, é na compreensão desta identidade, na vivência deste conceito “Ensino por Ideal” pela comunidade acadêmica que a IES promove a integração entre ensino e extensão.

Desde o início do Curso na UCP houve grande aumento de academias na cidade Pitanga e na região de abrangência da Instituição, conforme CONFEF (2016), sendo 05 no município sede da Instituição; 03 na cidade de Turvo; 03 na cidade de Roncador; 01 em Laranjal; 01 Candido de Abreu; 03 em Palmital; 01 em Boa Ventura do São Roque; 03 na cidade de Manoel Ribas; 01 em Iretama; 07 em Ivaiporã, bem como aumento de ações em Políticas Públicas de Esporte e Lazer pelos municípios de abrangência como ATI; escolinhas de treinamentos em diferentes modalidades esportivas; atividades recreativas e sociais e conforme a EMATER (2016) as caminhadas internacionais da natureza. Pode-se apontar também o crescente

número de profissionais autônomos com atuação em Instituições e Órgãos Públicos e Privados como personal trainer com registro na entidade CREF/9ª, este serviço prestado pelo educador físico veio abrir caminhos para um novo mercado de trabalho que faltava na região principalmente na área da saúde humana e também pela participação de muitos em empresas da cidade e região com a ginástica laboral que é uma das grandes aliadas no combate à má postura corporal e a fadiga originada por esforços excessivos ou repetitivos no ambiente de trabalho.

Assim sendo, nessa perspectiva, Pitanga e região tornam-se aptas a manter o Curso de Graduação em Educação Física, além disso, consegue absorver grande parte dos acadêmicos formados pela IES, dando respaldo à Instituição e promovendo a difusão do conhecimento, uma vez que o cenário atual da área, referente ao profissional da Educação Física no campo do Licenciatura se apresenta deficitário em todos os seus segmentos, seja no esporte rendimento, na promoção da saúde, na setor do lazer, nas gestões esportivas e ou nas academias e demais abordagens.

4.2 Responsabilidade Social do Curso

Como comentado anteriormente, a Faculdade UCP pauta-se na escolha dos cursos que oferece pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a Sociedade apresente e venha a apresentar aos profissionais a serem formados, mas prioritariamente considera a real necessidade que a sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

A Faculdade UCP, ao buscar manter o Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura busca contribuir para formação de profissionais e cidadãos que atuam como agentes de transformação, que se inserem na realidade, que tenham valores socioculturais e ambientais e um compromisso com o todo que compõe a sociedade em que atua.

4.3 Formas de Acesso ao Curso

O acesso aos cursos da Faculdade UCP se dá por diferentes maneiras, sendo a principal delas o vestibular, em que o aluno participa dos processos seletivos, realizados duas vezes ao ano ou vestibular agendado no decorrer do ano.

O processo seletivo consta de uma prova constituída de questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais e de uma redação. A prova respeita o nível e complexidade dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio e está de acordo com as novas diretrizes do ENEM. O aluno poderá realizar nas datas previstas ou por agendamento (vestibular agendado).

Os alunos que obtiverem a aprovação no processo seletivo do qual participaram, automaticamente garantem o seu ingresso no curso nas turmas que se iniciam anualmente.

Outra forma de acesso ao curso se dá por meio de transferências internas e externas, mediante estudo de aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem do aluno e sua matrícula no período correspondente no curso de destino. Há ainda, a possibilidade do ingresso para a obtenção de novo título de graduação, onde os alunos poderão se matricular no curso de escolha mediante a comprovação documental (diploma de graduação) de um ou mais títulos de graduação nesta ou em outra IES devidamente credenciada pelo Ministério da Educação.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

5.1 Missão Institucional

Formar profissionais competentes, éticos e comprometidos com o melhoramento da realidade na qual estão inseridos.

5.2 Objetivos do Curso

A elaboração dos objetivos do Curso tomou como base as diretrizes curriculares para os Cursos de Licenciatura em Educação Física do Ministério da Educação Lei de Diretrizes e Bases (Nº 9394 de 20/12/1996) e Diretrizes Gerais para o Curso Licenciaturas. Também é norteado por necessidades curriculares orientadas pelos órgãos de classe, Conselho Federal de Educação Física – CONFEF e Conselho Regional de Educação Física – CREFs, integrados e envolvidos com a atividade profissional que será desenvolvida pelo egresso do curso. Com o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura, foi elaborado de forma coletiva pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), constituído para esse fim e aprovação do Colegiado.

O curso de Licenciatura em Educação Física aliado com os objetivos da Instituição, onde este descreve por ter como objetivo geral ser um polo regional de excelência no ensino superior através da articulação e democratização do Ensino, Iniciação à Pesquisa Acadêmica e Extensão e do estímulo à qualificação, educação continuada e ao desenvolvimento de atividades culturais que levem em conta as relações étnico-raciais, que tanto enriquecem a cultura brasileira; a acessibilidade física e pedagógica; da educação em Direito Humanos, com princípios baseados na dignidade humana e na igualdade de direitos; de atividades científicas e de conscientização sobre a educação e a preservação ambiental que venham promover a integração e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e regionais, o curso tem como seu objetivo geral assegurar a formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmica-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética. Formando assim o Professor de Educação, através da proposta tridimensional da IES: Ensino aliada à iniciação à Pesquisa e da Extensão, promovidas pelo seu corpo docente e técnico-administrativo, com responsabilidade social e uma visão humanista.

O curso de Educação Física Licenciatura, visa a formação de professores podendo atuar na educação infantil, básica ao ensino superior. Com objetivos específicos descritos como tais:

- Compreender a função social da sua formação docente;
- Exercer sua profissão de forma ética e moral conforme propõe a Conselho Federal de Educação Física (CONFEF);
- Pesquisar os assuntos pertinentes às áreas de conhecimento educacional;
- Gerenciar, administrar e orientar os recursos humanos, as instalações, equipamentos e materiais técnicos utilizados no âmbito da educação;
- Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, inclusive as do mercado de trabalho;
- Cooperar no plano da inclusão social e da construção das propostas pedagógicas de ensino;
- Aprender continuamente, tanto na área de formação quanto na sua prática no foco da diretriz, “aprender a aprender”;
- Conduzir o processo ensino aprendizagem com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos projetos Pedagógicos de cada instituição de ensino e nas políticas e planos educacionais de cada localidade;
- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados à área da Educação Física que será objeto de sua atividade docente, adequando-os às necessidades dos alunos;
- Compreender, administrar e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino;
- Resolver problemas concretos da prática docente e da dinâmica escolar, zelando pela aprendizagem dos alunos;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente.

Sob esse manto de responsabilidade social, atento às mudanças políticas e educacionais, que o Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná-UCP promove seu perfil inovador, dinâmico e atual.

5.3 Perfil do Egresso

A formação do estudante deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades indicadas nas diretrizes curriculares nacionais de cada um dos cursos do Centro Universitário. Assim, tal formação deverá estimular o domínio de conhecimentos articulados às competências, habilidades básicas e atitudes constantes no núcleo comum dos cursos, bem como, o domínio dos conhecimentos vinculados às competências e habilidades relativas aos eixos profissionalizantes.

Assim, ao final do processo formativo, o discente, sujeito e objeto do foco do fazer pedagógico, deverá ser um profissional consciente das suas funções profissionais, com conhecimento geral e inerente a sua área, com habilidades específicas, com base teórica e compreensão da relação entre teoria e prática, objetivando uma prática profissional de excelência, ciente da construção de atitudes humanas e éticas, o “saber ser” e compreender seu papel no mercado local e internacionalizado, de modo a garantir a identidade do seu Curso, de conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, na sua área de atuação, contempladas no Projeto Pedagógico dos cursos.

O perfil profissional do egresso deve abranger, adicionalmente, as seguintes capacidades:

- a) Capacidade de internalizar valores éticos, morais, de cidadania, de justiça e de responsabilidade socioambiental;
- b) Capacidade conceitual para produzir e disseminar conhecimentos;
- c) Capacidade de dinamizar, liderar e integrar relações;
- d) Capacidade de visão integradora e horizontalizada, genérica e especializada;
- e) Capacidade de dominar linguagens técnicas, estéticas e linguísticas;
- f) Capacidade de analisar, refletir, julgar e sintetizar;
- g) Capacidade de pesquisar, planejar, executar, controlar e avaliar;
- h) Capacidade de empreender, criar e inovar;
- i) Capacidade de identificar e tomar decisões num contexto complexo e de constantes mudanças;
- j) Capacidade de aprender continuamente e de forma interdisciplinar.

Muito embora o atual momento da humanidade tenha a expectativa da formação do homem como um ser holístico, ou seja, em plena harmonia com ele

mesmo e com o Universo, ao mesmo tempo exige que o homem enquanto profissional tenha uma ampla visão de mundo.

Nessa perspectiva o professor de Educação Física licenciado deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica em sua plenitude. No âmbito escolar deverá estar apto ao planejamento, execução e avaliação do componente curricular de Educação Física. Deverá entender a Educação Física Escolar como um ramo pedagógico de uma ciência, e como uma disciplina curricular no interior da escola preocupada em desenvolver conhecimento em temas que versem sobre jogos, esportes, ginásticas, lutas, danças e atividades físicas de lazer; elaborar propostas em pedagogia do movimento, aplicadas à Educação Física Escolar, que respeitem as possibilidades corporais de seus participantes, discutir, analisar e elaborar princípios de inter e transdisciplinaridade, bem como facilitar a participação da disciplina Educação Física Escolar em projetos.

Saber administrar locais que congreguem seres humanos em momentos de vivências corporais; elaborar propostas pedagógicas em atividades físicas e esportivas que possam ser aplicadas em comunidades interessadas em vivenciar o lazer de forma participativa através do movimento; saber desenvolver pesquisas relacionadas às atividades físicas e esportivas que contribuam para o aprimoramento da vivência desse conhecimento e colaborem para a aquisição de hábitos importantes na conquista da qualidade de vida do cidadão.

5.3.1 Competências e Habilidades do egresso

Ao final do curso em Educação Física terá as seguintes competências e habilidades gerais:

Empreendedorismo: os profissionais da área, dentro de seu âmbito profissional, devem desenvolver a visão empreendedora, já que o mercado está em constante mudança. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com todos os elos das cadeias produtivas, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética;

Tomada de decisões: o trabalho do profissional deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, a eficácia e o custo

efetividade, da força de trabalho, de insumos, de recursos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas;

Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias de comunicação e informação;

Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar decisões, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças;

Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de Educação Física devem aprender a buscar novos conhecimentos e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

O Curso de Graduação em Educação Física deve assegurar, também, a Formação Profissional nas áreas específicas de sua atuação:

- Identificar o processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano, nos aspectos biológicos, psicológico, cultural, social, relacionando esses aspectos com as questões do ensino e da aprendizagem, para efetivar propostas de exercícios físicos e esportivas que respeitem os princípios de transformação e emancipação.
- Realizar estudos e pesquisas de forma sistemática, aplicando o conhecimento adquirido através desse hábito em projetos de extensão, como objetivos de intervenção e investigação da realidade social brasileira.

- Dominar técnicas e metodologias que lhe permitam desenvolver progressivamente sua profissão;
- Contextualizar os conteúdos específicos da área com os aspectos do mundo;
- Utilizar-se de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades do processo de ensino-aprendizagem;
- Sistematizar e socializar as reflexões sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática educacional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalhos, emprenhando-se em compartilhamento suas experiências práticas e produzir coletivamente.
- Reconhecer e respeitar a diversidade em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;
- Participar coletivamente e cooperativamente da elaboração, gestão e desenvolvimento e avaliação de projetos nos diferentes contextos da prática profissional.

Nessa perspectiva e em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares para os Cursos Graduação em Educação Física, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP busca a formação de profissionais licenciados em Educação Física, com competência (conhecimentos, habilidades e atitudes) para atuar nos segmentos não escolar com excelência, ética e responsabilidade social.

5.4 Metodologia de Oferta do Curso

A proposta do curso inclui componentes curriculares teóricos e práticos organizados de forma coerente para atingir os seus objetivos e o perfil do egresso proposto.

5.4.1 Aulas teóricas

No que diz respeito aos componentes curriculares teóricos, a opção do curso será pela utilização da técnica de aula expositiva, nas suas formas participativa e dialógica, ainda que cada docente tenha liberdade de utilizar outras técnicas de aprendizagem que tenham sido discutidas pelo colegiado do curso e nos processos de formação docente.

Durante as aulas serão fornecidas informações adequadas das matérias pertinentes para que o aluno aprenda os pontos essenciais dos assuntos, de forma clara e ordenada. Também serão realizadas discussões orientadas, seminários, estudos dirigidos e outras técnicas pedagógicas para a transmissão do conhecimento.

Nesse tipo de aula, além do quadro de giz, serão utilizados recursos audiovisuais de apoio como projetores multimídias e televisores para projeções de filmes didáticos e documentários.

Há a preocupação que o ensino transcenda a perspectiva do ensino tradicional, no qual o educando é um mero receptor e repetidor de conteúdos, e o educador detentor exclusivo do conhecimento. A metodologia de ensino deve considerar a diversidade como característica maior dos sujeitos, evidenciando a educação como momento emancipatório em direção a liberdade que aprecia todo indivíduo como agente de sua transformação.

A construção de conhecimento ocorrerá de forma responsável e a partir da visão de complexidade presente nas relações contemporâneas, o que pressupõe a necessidade de religação de saberes e de troca de experiências entre disciplinas que não podem permanecer reduzidas e fechadas em si.

A perspectiva emancipatória do sujeito somente se confirmará a partir de um processo de aprendizagem interdisciplinar, em que o diálogo não ocorra somente entre educador e educando, mas entre educadores e educandos.

Ainda é importante destacar que os espaços de aprendizagem dispõem das mais avançadas tecnologias educacionais, com espaços arejados, recursos de multimídia, acesso à internet, luminosidade e sonoridade com alto nível de conforto, o que permite aos educadores um conjunto de ferramentas e instrumentos que promovam técnicas de ensino aprendizagem diferenciadas e motivadoras, em que seja possível perceber a construção coletiva de conhecimento, principalmente na troca de experiências.

5.4.2 Aulas práticas

O curso fomenta nas aulas práticas a integração do conteúdo teórico transmitido em sala de aula com a realidade da área do saber, buscando sempre a interdisciplinaridade. As aulas práticas serão realizadas nos espaços destinadas a cada modalidade da Educação Física, quadra poliesportiva, campo de futebol, pista

de atletismo, sala de atividades corporais, piscina, sala de musculação e laboratório de anatomia, bioquímica, desempenho humano etc.

5.4.3 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

Todos os cursos da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná utilizam diferentes mídias e tecnologias, tais como, ambientes virtuais institucionais, redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), blogs, chats, tecnologias de telefonia, programas específicos de computadores (softwares), CDs, DVDs, PEN DRIVE entre outros, como forma de aprimorar o processo de ensino e aumentar a aprendizagem. O uso das tecnologias de informação e comunicação pelo Curso auxilia na valorização das práticas pedagógicas, uma vez que acrescentam, em termos de acesso à informação, flexibilidade, diversidade de suportes no seu tratamento e apresentação, possibilitando a realização adequada das atividades de ensino-aprendizagem necessárias ao desenvolvimento do currículo. Cabe destacar que as tecnologias da informação estão presentes em diversos conteúdos curriculares das disciplinas do curso.

A IES conta com um sistema informatizado de disponibilização de materiais didáticos aos alunos através do portal INTEGRA/MENTOR. Por meio desse portal, os professores podem disponibilizar resumos de aulas, listas de exercícios, artigos para leituras, entre outros, para acesso prévio dos alunos. O acesso ao portal do professor e do aluno é realizado por meio de login e senhas individuais. O aluno também tem acesso a informações acadêmicas e financeiras por meio desse portal.

O professor pode, também, agendar recursos audiovisuais, laboratórios de informática, informando antecipadamente quais atividades serão realizadas e quais os materiais necessários para a atividade proposta. Assim, é possível realizar adequadamente as atividades de ensino-aprendizagem necessárias ao desenvolvimento do currículo.

O curso busca, ainda, estimular nos alunos as importantes competências advindas das Tecnologias de Informação e Comunicação TICs, por isso contempla em seu processo de ensino aprendizagem a utilização de ferramentas dessa natureza o que promove o incentivo para uso das tecnologias como instrumento de trabalho e de socialização.

Para além da internet, outras possibilidades das TICs também são trabalhadas, de maneira a preparar o aluno para a atuação profissional no mundo contemporâneo. O uso de redes sociais da UCP e, especificamente, o Google Classroom, o Facebook, Skype e outros são uma maneira de manter o contato com a turma e expressar ideias no sentido de interagir e incentivar o uso dessas ferramentas.

Também há disponibilização de conteúdos via e-mail e whatsapp, além de outros recursos que contribuem para a promoção de interação, esses prendem a atenção do aluno e tornam a aula mais interessante e produtiva, contribuindo assim para o processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, o professor dispõe de instrumentos de multimídia (data show, TV, DVD) para aprimoramento das aulas teóricas e práticas. Todas as salas de aula possuem data show afixado no teto da sala e comportam adequadamente aparelhos auxiliares aos docentes tais como, TVs, retroprojetores, aparelhos de DVD, caixas de som e demais equipamentos.

5.4.4 Acessibilidade e Inclusão Social

Os conceitos de acessibilidade e inclusão social estão intrinsecamente vinculados. No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, numa acepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. A promoção da acessibilidade requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem os seres humanos de realizarem atividades e exercerem funções na sociedade em que vivem, em condições similares aos demais indivíduos.

Contando com profissionais habilitados e competentes, a UCP busca tornar possível o acesso à educação, as atividades curriculares adequadas, abrindo-se para o diálogo e o enfrentamento dos desafios. Para tanto as ações da IES e do curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura norteiam-se pelos seguintes princípios que orientam as ações de acessibilidade: a concepção de que a pessoa com

deficiência é sujeito ativo, cuja vivência e visão de mundo devem assumir um papel primordial para a estruturação de um ambiente físico e socialmente acessível; e que a presença, na sociedade, de pessoas com deficiência, autônomas, é essencial para a criação de uma cultura inclusiva. Com base nestes princípios, assume-se como estratégia básica que essas pessoas exerçam função de facilitadoras da inclusão.

As ações intraclasse e extraclasse ocorrerão sobre os aspectos da acessibilidade pedagógica, arquitetônica, atitudinal, nas comunicações e digital. Em respeito a acessibilidade pedagógica serão observadas práticas na metodologia que possam conduzir o aprendizado daqueles portadores de necessidade no mesmo nível aos demais acadêmicos, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem, como, por exemplo: texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

A acessibilidade arquitetônica observará a eliminação das barreiras ambientais físicas, como a destinação de salas mais próximas aos banheiros adaptados, locais sem entraves para chegada e saída, além dos mecanismos existentes na IES (rampas, piso tátil, elevadores e identificação especial).

A acessibilidade atitudinal envolverá todos os agentes presentes na IES na percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, bem como a atuação comissiva na solução das dificuldades e/ou entraves encontrados no processo ensino-aprendizagem.

A aplicação da acessibilidade nas comunicações, relacionado junto a acessibilidade atitudinal, requer dos agentes envolvidos, em especial dos professores e participantes do processo ensino-aprendizagem, a eliminação das barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual. Assim serão observadas formas diferenciadas de comunicação, como a língua brasileira de sinais, os textos e livros sobre o assunto, a grafia ampliada, a comunicação virtual específica, etc.

Por fim a acessibilidade digital será empregada por meio de equipamentos e programas adequados e condizentes à condição do acadêmico com necessidades especiais, incluindo a acessibilidade na web, com a inserção de um sistema aplicável a maioria das tecnologias atualmente empregadas, e a acessibilidade das tecnologias assistivas, que incluem o emprego de TIC aos portadores de deficiência.

Saliente-se que a acessibilidade não ocorrerá como forma de exclusão ou diferenciação do portador de necessidades especiais, mas antes, a inclusão e igualdade perante seus pares.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização e funcionamento dos Cursos Superiores propostos pelo MEC. O curso apresenta um currículo integrado à realidade social da comunidade e do profissional da região, proporcionando formação integral para o atendimento das demandas inerentes a atuação do educador físico, de forma ética e profissional.

O curso de Licenciatura em Educação Física adota o regime seriado semestral, a fim de absorver os princípios de integração e integralidade que a proposta do curso apresenta permitindo, também, o máximo desempenho do acadêmico. O Curso estrutura-se de acordo Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, atualizada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007, bem como Resolução CNE/CES 4 de abril de 2009.

Para a integralização do Curso e obtenção do Diploma, o aluno deve cumprir, 3200 horas, sendo, 2600 horas em disciplinas, 200 horas de Atividades Complementares e Sociais e 400 horas de estágio curricular obrigatório, além de apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso, conforme regulamento próprio.

O curso apresenta duração formal de três anos. As aulas são oferecidas em turno único, noturno, liberando o acadêmico, no outro turno, para participar de outras atividades que completam a sua formação acadêmica plena. O curso foi autorizado com 100 vagas anuais.

A integração teórico/prática ocorre durante a oferta da parte prática (aulas práticas) do conteúdo acadêmico e durante a realização do estágio supervisionado. O exercício prático realizado pelo acadêmico tem um grau de dificuldade crescente, mesmo no estágio supervisionado. Adicionalmente, durante atividades extraordinárias (projetos de extensão à comunidade e realização de atividades complementares e sociais), que contam com a participação da

IES, os acadêmicos têm a oportunidade de, com a presença de professores, realizar experimentações da prática profissional.

O Curso de Graduação em Educação Física da IES percorre o caminho da interdisciplinaridade e, pautando-se sempre no senso crítico-reflexivo utilizando-se de

caminhos pedagógicos diferenciados que são utilizados, no sentido da promoção de um processo de construção do conhecimento acessível a todos os aprendizes. Neste sentido, cumpre destacar a acessibilidade pedagógica atitudinal já aplicada no âmbito de todos os cursos da IES, rumo a uma educação inclusiva.

Tem-se, portanto, que o desenvolvimento técnico-científico, assim como as recentes exigências do mercado de trabalho intensamente globalizado, são fatores determinantes à fixação dos objetivos a serem atingidos na formação do profissional de Educação Física.

A matriz curricular está disposta de forma a garantir a efetividade dos objetivos do curso, e da missão institucional, em busca da excelência do ensino, da iniciação a pesquisa e da extensão, assim como concretizar o perfil do egresso, enquanto profissional de postura reflexiva e de visão crítica, habilitado para um exercício ético, crítico e humanista dos ensinamentos teóricos e práticos da Educação Física, fundamentados na responsabilidade social e comprometimento com a realidade local e regional, sem descuidar dos constantes desafios impostos à atuação na área da educação nacional.

A matriz curricular também permite ao docente integrar diferentes atividades práticas, oportunizando ao acadêmico uma visão holística de como as diferentes áreas se complementam. Além das disciplinas optativas, as Atividades Complementares e Sociais caracterizam-se como componentes curriculares que contribuem para a flexibilização e para a articulação da teoria com a prática.

Demonstrativo da Carga horária Curricular do curso de Educação Física licenciatura:

Núcleo de Conteúdos Básicos	400 aulas	334 horas	10,1 %
Núcleo de Conteúdos Profissionais Gerais	440 aulas	366 horas	11,0 %
Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos	2000 horas	1667 horas	50,2 %
Optativas - Núcleo de Conteúdos Profissionais Gerais ou Específicos	280 aulas	233 horas	7,1 %
Estágio Supervisionado		480 horas	14,4 %
Atividades Complementares		200 horas	6,0 %
TOTAL GERAL	3120 aulas	3320 horas	100 %

6.1 Flexibilização da Estrutura Curricular

A exigência de uma carga de 200 (duzentas) horas de atividades complementares, juntamente com disciplinas optativas, auxiliam na flexibilização curricular exigida pelas diretrizes curriculares nacionais, e permitem a distribuição entre atividades de iniciação à pesquisa, extensão, disciplinas de outros cursos, seminários, colóquios, congressos, mesas redondas, dentre outras atividades gerais e complementares que conferem maior dinamismo e flexibilidade à matriz curricular.

As disciplinas optativas visam oferecer flexibilização da estrutura curricular e direcionamento do futuro profissional à sua área de interesse, observadas pela necessidade regional e/ou para melhor especialização e aprofundamento de determinada disciplina.

6.2 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares são estabelecidos, construídos e reconstruídos ao longo do curso por meio de reuniões do NDE e de colegiado de curso. Um dos mecanismos institucionais utilizados para se promover discussões sobre os conteúdos curriculares é a realização das reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado. Nestas são discutidas questões como: objetivos do curso, perfil do egresso, ementas, bibliografias básicas e complementares, planejamento de atividades práticas extraclasse, interdisciplinaridade, flexibilização da matriz curricular, relação entre disciplinas da matriz curricular tendo em vista a formação do egresso. Como o curso não pode se sustentar apenas no ensino de sala de aula, as atividades extraclasse são fortalecidas e estimuladas destacando-se atividades como visitas técnicas. Destacam-se, ainda, as atividades desenvolvidas na Empresa Júnior como avaliação, elaboração e execução de projetos voltados à área do movimento corporal estruturado nas diversas abordagens do licenciado e as atividades de iniciação científica.

O curso busca em seu conjunto atender não só o perfil do egresso, como também desenvolver competências e habilidades por meio da coexistência entre teoria e prática, capacitando-o a adaptar-se a novas situações.

A IES promove iniciação científica e mostra de pós-graduação, bem como semanas acadêmicas, contando com a participação dos discentes e de seus egressos. Oferta também cursos de pós-graduação lato sensu.

Quanto à avaliação institucional e autoavaliação, realizadas semestralmente, estas fornecem subsídios para a revisão das políticas institucionais na busca de um ensino superior de qualidade. São sempre relevantes porque se pensa na melhoria do processo de ensino-aprendizagem que tem como missão o “ensino por ideal”, balizadas no PPC, no PPI e no PDI.

A organização curricular do curso contempla o desenvolvimento de competências profissionais e é formulada em consonância com o perfil profissional do egresso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os alunos e a sociedade.

Os conteúdos curriculares encontram-se organizados em consonância com as diretrizes curriculares preconizadas pelo CNE, onde buscam formar profissional com formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada na iniciação científica, na reflexão filosófica e na conduta ética.

Para tanto a organização dos conteúdos curriculares se dá mediante disciplinas básicas que fundamentam uma posterior abordagem da área, e as disciplinas específicas inerentes a área da Educação Física.

No primeiro período tem-se as seguintes disciplinas básicas: Bases Biológicas, Anatomia Humana, Ética e Cidadania e Leitura e Produção de Textos. No segundo período: Bioquímica, Fisiologia Humana; Filosofia e Sociologia Aplicada e Metodologia do Ensino da Educação Física. No terceiro período: Bioestatística, Métodos de Estudo e Pesquisa e Socorros de Urgência.

Para o núcleo de conteúdo específicos profissionalizantes, o curso apresenta as seguintes disciplinas: Primeiro período: Lazer e Recreação; História da Educação Física; Ginástica I. No segundo período as disciplinas: Atividades Rítmicas e Ginástica II. Terceiro período as disciplinas de: Fisiologia do Exercício, Didática da Educação Física, Desenvolvimento Motor e Esportes Individuais I. No Quarto período: e Administração e Organização de Eventos; Aprendizagem Motora; Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano; Metodologia da Pesquisa Científica e Esportes Individuais II. Quinto Período conta com as disciplinas: Medidas e Avaliação em Educação Física; Exercício Físico Adaptado e Esportes Coletivos I. Sexto Período as disciplinas: Nutrição Esportiva; Natação; Esportes Coletivos II; Esportes de Aventura e da Natureza e Fundamentos Metodológicos das Lutas. Visando a garantia da flexibilidade do curso são oferecidas as disciplinas Optativas I, II, III, IV e V assim

como Tópicos Especiais, possibilitando ao acadêmico do Curso uma ampla discussão sobre os temas emergentes referentes da área. Cabe destacar que a disciplina de LIBRAS compõe a matriz curricular.

O Estágio Supervisionado e as atividades complementares e sociais proporcionam ao discente, espaço de aprendizagem significativa com a proposição à interdisciplinaridade na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica, além de estimular a participação em projetos de Iniciação Científica e Extensão.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas são contempladas em conteúdo das disciplinas de lutas através do estudo e vivência da arte capoeira, lazer e recreação, filosofia e sociologia aplicada, metodologia da pesquisa científica, atividades rítmicas com a dança afro, na disciplina de ética e cidadania salientando aspectos referente a discriminação desse grupo, bem como em atividades complementares; na Iniciação Científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES, sendo que o acadêmico deverá elaborar e apresentar um resumo na Iniciação Científica com temas que vinculem a temática da Educação em Direitos Humanos e/ou Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e/ou Políticas de Educação Ambiental. Essa abordagem está relacionada ao enfoque das questões multirraciais, a afro descendência e as questões étnico-raciais que são exploradas em diversos documentos legais.

A Educação Ambiental é abordada: na disciplina de Esportes da Aventura e da Natureza com atividades de traking e conscientização ambiental; na disciplina de ética e cidadania com tema sustentabilidade além das atividades extracurriculares e projetos de extensão promovidos pelo IES, tais como UCP Socioambiental + 10, na Iniciação Científica e em atividades complementares e projetos sociais.

A Educação em Direitos Humanos é contemplada como conteúdo específico nas disciplinas de Ética e Cidadania, Lazer e Recreação, Filosofia e Sociologia Aplicada e Metodologia da Pesquisa Científica, além de ser abordado, de forma transversal, em todas as disciplinas que tratam da busca de igualdade de direitos; em atividades complementares; na Iniciação Científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES. Também é abordada na Iniciação Científica com temas que vinculem a temática da Educação em Direitos Humanos e/ou Educação das Relações Etnicorracias e para o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira, Africana e Indígena e/ou Políticas de Educação Ambiental. Esta abordagem possui a finalidade de discutir políticas afirmativas com promoção dos direitos humanos e promover a educação para a mudança e a transformação social e está relacionado ao enfoque das questões relacionadas a dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental.

6.2.1 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

A educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena são contempladas, principalmente, em conteúdo das disciplinas de metodologia da pesquisa científica e sociologia, além de ser abordado, de forma transversal, em todas as disciplinas que tratam da busca de igualdade de direitos; em atividades complementares; na iniciação científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES.

6.2.2 Educação Ambiental

A Educação Ambiental é abordada nas disciplinas de metodologia da pesquisa científica e sociologia; em atividades complementares e extracurriculares, em projetos de extensão e projetos sociais, tais como UCP Sócio Ambiental + 10, Coleta de Lixo Tecnológico, promovidos pela da IES, bem como na iniciação científica, que é promovida anualmente na IES.

6.2.3 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é formada nas disciplinas de metodologia da pesquisa científica, sociologia e ética profissional, além de ser abordado, de forma transversal, em todas as disciplinas que tratam da busca de igualdade de direitos; em atividades complementares; na iniciação científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES.

6.2.4 Estrutura Curricular

A proposta de organização curricular em conformidade com o estabelecido nas diretrizes para cursos que prevê uma carga horária mínima de 3200 horas, o curso é desenvolvido em oito semestres.

6.2.4.1 Matriz Curricular

As ementas são coerentes com perfil do egresso e os objetivos do curso. O planejamento das disciplinas, dos quais fazem parte a ementa, os objetivos, o programa, a metodologia e estratégias e as referências bibliográficas básicas e complementares são realizadas semestralmente por ocasião da semana pedagógica e encontram-se no PPC do curso.

O NDE se reúne conforme calendário pré-fixado no início de cada semestre e esporadicamente quando se fizer necessário e acompanha a execução do Projeto Pedagógico do Curso propondo as atualizações que se fizerem necessárias submetendo-as a aprovação pelo Colegiado do Curso.

1º Semestre	C/H Semestral
Socorros de Urgência	40
Leitura e Produção de Texto	40
Lazer e Recreação	80
Esportes Individuais I	80
Ginastica	80
Anatomia Humana	80
Total	400 h/a
2º Semestre	
Psicologia e Ética	40
Atividades Rítmicas	40
Esportes Coletivos I	80
Bioquímica e Bases Biológicas	80
Biomecânica e Cinesiologia	80
Metodologia do Ensino da Educação Física	80
Total	400 h/a
3º Semestre	

Fisiologia Humana	40
Libras	40
Didática e Organização da Escola	80
Esportes Coletivos II	80
Tecnologias da Informação e Comunicação	80
Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	80
Total	400 h/a
4º Semestre	
Optativa I	40
Organização e Administração de Eventos	40
Fundamentos Metodológicos das Lutas	80
Fisiologia do Exercício	80
Empreendedorismo e Inovação	80
Metodologia	80
Total	400 h/a
5º Semestre	
Orientação para a Prática de Ensino I e TC I	40
Esportes de Aventura e da Natureza	40
Optativa II	80
Natação e Desportos Aquáticos	80
Educação Física Adaptada	80
Filosofia e Sociologia	80
Subtotal	400 h/a
Prática de Ensino I – Pré Escolar e Fundamental I	290
Total	690 h/a
6º Semestre	
Orientação para a Prática de Ensino II – Ensino Fundamental II, Médio e Adaptada	40
Orientação para Estágio Supervisionado e TC II	40
Subtotal	80 h/a
Prática de Ensino II	330
Estágio Supervisionado	528
Projeto de Extensão	384
Total	1322 h/a

DEMONSTRATIVO GERAL		
DESCRIÇÃO	Nº DE AULAS	Nº DE HORAS
Componentes Curriculares	2000	1733
Trabalho de Curso (TC)	80	67
Práticas de Ensino	620	517
Extensão	384	320
Estágio Supervisionado	528	440
Atividades Complementares	240	200
TOTAL GERAL	3842	3210

Optativas	
Tópicos de Ensino em Educação Física	80
Demandas Contemporâneas	80
Políticas Públicas de Educação e Lazer	80
Planejamento e Desenvolvimento Local	40
Bioestatística	40
Nutrição e Saúde Escolar	40

6.2.4.2 Ementário e Bibliografia

PRIMEIRO PERÍODO	
Disciplina:	Socorros de Urgência
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
Conceito de emergência e de urgência. Procedimentos a serem executados em situações de urgência. Materiais de primeiro atendimento necessários para a prestação de socorro. Causas de lesões referentes à prática do esporte e suas peculiaridades.	
Bibliografia básica:	
GARCIA, Sérgio Britto. Primeiros socorros: fundamentos e práticas na comunidade, no esporte e ecoturismo. São Paulo: Atheneu, 2005. SILVA, Osni Jacó da. Emergências e traumatismos nos esportes: prevenção e primeiros socorros. Florianópolis, SC: UFSC, 1998. SIMÃO, Roberto. Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais. 3.ed. São Paulo: Phorte, 2007.	
Bibliografia complementar:	
FLEGEL, Melinda J. Primeiros socorros no esporte. São Paulo: Manole, 2002. GRISOGONO, Vivian. Lesões no esporte. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 2000.	

Disciplina:	Leitura e Produção de Texto
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	

Comunicação não-verbal e comunicação verbal; níveis de linguagem e variação linguística; leitura e interpretação crítica de textos; comunicação escrita: planejamento e produção de diversos gêneros discursivos.
Bibliografia básica:
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português linguagens : literatura, produção de texto, gramática. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto : para estudantes universitários. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português . 4.ed. São Paulo: Ática, 2007.
Bibliografia complementar:
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa . 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. DIDIO, Lucie. Leitura e produção de textos : comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor, escrever melhor. São Paulo: Atlas, 2013.

Disciplina:	Lazer e Recreação
Carga horária:	80 horas
Ementa:	O lazer e a recreação no contexto da Educação e da Educação Física. Políticas públicas e privadas na área do lazer e da recreação. Planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades recreativas. técnicas e aplicação de atividades. Recreação, jogos adaptados e jogos da Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Educação em Direitos Humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental. O lazer como fator de promoção de saúde e qualidade de vida.
Bibliografia básica:	FERREIRA, Vanja. Educação física : recreação, jogos e desportos. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação . 13.ed. Campinas: Papirus, 2008. MORENO, Guilherme. Recreação : 1000 com acessórios. 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.
Bibliografia complementar:	DE MARCO, Ademir (Org.). Educação física : cultura e sociedade: contribuições teóricas e intervenções da educação física no cotidiano da sociedade brasileira. 6. ed. Campinas: Papirus, 2013. SCHWARTZ, Gisele Maria (Coord.). Atividades recreativas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Disciplina:	Esportes Individuais
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	Conceito do Atletismo, Histórico, Evolução e Importância do Atletismo, Classificação e Definições das Provas de Corridas. Técnicas e Metodologia do

Ensino do Atletismo. Processos Pedagógicos das diversas provas atléticas; Organização de competições.

Conceitos, classificação, técnicas, regras e particularidades dos principais esportes individuais, como o xadrez, tênis de campo e de mesa, badminton, squash e outros e sua metodologia aplicada a realidade.

Bibliografia básica:

FERNANDES, J. L.. **Atletismo: Arremessos**. São Paulo: EPU, 2003.

MATTHIESEN, S. Q.; (org.), **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MARINOVIC, W.; IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. (Org.). **Tênis de mesa: teoria e prática**. São Paulo: PH Editora, 2006.

Bibliografia complementar:

FERNANDES, J. L.. **Atletismo: Corridas**. São Paulo: EPU, 2003.

LÓPEZ MANZANO, A; VILA, J. S. **Iniciação ao xadrez**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

Disciplina:	Ginástica
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
História e evolução da ginástica no mundo e no Brasil. Relações entre Ginástica, Educação Física, atuação profissional, mercado e área escolar. Técnicas de trabalho e métodos atuais, utilizando os movimentos e materiais próprios da Educação Física na elaboração das atividades gímnica. Formas esportivas de ginástica e seus aspectos histórico e conceituais, Fundamentos das modalidades ginásticas, procedimentos e vivências que favoreçam a aprendizagem; estudo e análise das técnicas de execução e aperfeiçoamento de seus elementos básicos, preparação de ginastas; formação de equipes e organização de competição; regras.	
Bibliografia básica:	
BREGOLATO, Roseli Aparecida. Cultura corporal da ginástica . 2. ed. São Paulo: Ícone, 2006.	
CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. Ginástica escolar . 4. ed. São Paulo: Sprint, 2003.	
NUNOMURA, Myrian; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. Compreendendo a ginástica artística . São Paulo: Phorte, 2005.	
Bibliografia complementar:	
BRANCO, Antonio Eduardo (Org.). Ginástica laboral: prerrogativa do profissional de educação física . Rio de Janeiro: CONFEEF, 2015.	
STRAUS, Carla. Ginástica, a arte do movimento . São Paulo: Henus, 2014.	

Disciplina:	Anatomia Humana
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Introdução ao estudo da Anatomia. Posição anatômica, planos de eixos do corpo humano. Nomenclatura anatômica. Osteologia e sindesmologia. Anatomia sistêmica e descritiva. Estudo morfofuncional dos principais sistemas orgânicos: Sistema esquelético, articular, muscular, circulatório, respiratório, digestório, sistema nervoso. Abordagem didática teórica e prática.	
Bibliografia básica:	

CASTRO, Sebastião Vicente de. **Anatomia fundamental**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

SOBOTTA, Johannes; PUTZ, R; PABST, R (Ed.). **Sobotta atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e extremidade superior**. 22. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000. V.1.

SOBOTTA, Johannes; PUTZ, R; PABST, R (Ed.). **Sobotta atlas de anatomia humana: quadro de músculos, articulações e nervos**. 22. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006. v. 1 e v.2.

Bibliografia complementar:

MACHADO, Ângelo B.M. **Neuroanatomia funcional**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

NETTER, Frank H. **Atlas de anatomia humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SEGUNDO PERÍODO

Disciplina:	Psicologia e Ética
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	A ética e Deontologia da Educação Física. A ética na Educação Física: Desafios atuais no Brasil. Ética e Docência na Educação Física. Ética no esporte, Ética Profissional. A crise Ética da Sociedade Brasileira e a Intervenção do Profissional da Educação Física. Educação em Direitos Humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental. Discussão de políticas afirmativas com promoção dos direitos humanos e promover a educação para a mudança e a transformação social. Fundamentação teórica e histórica dos princípios e conceitos gerais da Psicologia Geral e suas contribuições para o processo ensino aprendizagem. O desenvolvimento comportamental e cognitivo.
Bibliografia básica:	NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. BOCK, A. M. B.. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia . São Paulo: Saraiva.2006 MACHADO, A. A. Psicologia do Esporte: Da Educação Física Escolar ao Esporte de Alto Nível . Editoras da Série Irene Conceição Andrade Rangel, Suraya Cristina Darido. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
Bibliografia complementar:	MOREIRA, Márcio; MEDEIROS, Carlos. Princípios básicos de análise do comportamento . Porto Alegre: Artmed, 2007. GALLO, Sílvia (Coord.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia :elementos para o ensino de filosofia . 15. ed. Campinas: Papirus, 2007.

Disciplina:	Atividades Rítmicas
Carga horária:	40 horas
Ementa:	

Contextualização da dança em diferentes períodos históricos. Dança como forma de vivenciar a corporeidade e desenvolver a expressão criadora. Estudo básico dos ritmos e suas aplicabilidades no movimento corporal. Elementos básicos da dança: ritmo, espaço, fluência e dinâmica. Expressão Corporal e Improvisação. Estudos coreográficos. Danças folclóricas. Brinquedos cantados.

Bibliografia básica:

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura corporal da dança**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2006. (Coleção Educação Física Escolar : no princípio de totalidade e na concepção histórico-crítica-social, v.1).

NANNI, Dionísia. **Dança, educação: princípios, métodos e técnicas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

ARTAXO, Inês; MONTEIRO, Gizele de Assis. **Ritmo e movimento**. São Paulo: Phorte Editora, 2003.

Bibliografia complementar:

BOURCIER, Paul. **História da dança: no Ocidente**. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 2006.

NANNI, Dionísia. **Dança, educação: pré-escola à universidade**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2003.

Disciplina:	Esportes Coletivos I
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Conceito, evolução e importância dos esportes coletivos. Histórico, caracterização, sistematização tática e regras das modalidades de basquetebol e voleibol. Ensino e especialização dos fundamentos das modalidades.	
Bibliografia básica:	
BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando voleibol . 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.	
BORSARI, J. R. Voleibol: aprendizagem e treinamento : um desafio constante . 4. ed. São Paulo: EPU, 2010.	
FERREIRA, A. E. X; ROSE Jr., D. Basquetebol: técnicas e táticas : uma abordagem didático-pedagógica . 3. ed. São Paulo: EPU, 2010.	
Bibliografia complementar:	
ALMEIDA, M. B. Basquetebol: 1000 exercícios . 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.	
BIZZOCCHI, Carlos. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição . 4. ed. Barueri: Manole, 2013.	

Disciplina:	Bioquímica e Bases Biológicas
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Aspectos morfológicos e funcionais dos componentes celulares e teciduais dos sistemas orgânicos. Origem e desenvolvimento embriológico dos tecidos e sistemas. Bases bioquímicas e biofísicas aplicadas à Educação Física. Caracterização e metabolismo dos principais macro e micronutrientes. Regulação do meio interno celular.	
Bibliografia básica:	

DE ROBERTIS, Eduardo M.F; HIB, bases da biologia celular e molecular . 4. ed., rev., atual.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Histologia básica . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, Charlotte. Fundamentos de bioquímica : a vida em nível molecular. 2. ed. São Paulo: ArtMed, 2008.
Bibliografia complementar:
GARTNER, Leslie P; HIATT, James L. Tratado de histologia em cores . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Disciplina:	Biomecânica e Cinesiologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Princípios fundamentais da mecânica. Mecânica do movimento humano e sua relação com equipamentos. Aplicação dos fundamentos biomecânicos na aprendizagem do exercício e esporte. Avaliação quantitativa e qualitativa do movimento humano.	
Bibliografia básica:	
ENOKA, R. M. Bases neuromecânicas da cinesiologia . 2.ed. São Paulo: Manole, 2000.	
HOFFMAN, S. J; HARRIS, J. C. Cinesiologia : o estudo da atividade física. São Paulo: Artmed, 2002.	
RASCH, Philip J. Cinesiologia e anatomia aplicada . 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 1991.	
Bibliografia complementar:	
CARNAVAL, P. Cinesiologia aplicada aos esportes . 2.ed.São Paulo: Sprint, 2002.	
FORNASARI, C. A. Manual para estudo da cinesiologia . São Paulo: Manole, 2001.	

Disciplina:	Metodologia do Ensino da Educação Física
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
Análise das principais abordagens pedagógicas / tendências metodológicas que orientam o ensino da Educação Física; Fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem; Conteúdos no ensino da Educação Física. Evolução histórica da Educação Física e dos Esportes no mundo e no Brasil. Análise das concepções históricas da Educação Física e dos Esportes.	
Bibliografia básica:	
DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo . 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.	
KUNZ, Elenor, org. et al. Didática da educação física . 4. ed. Ijuí: Ed.Unijuí, 2006, v.1. (Coleção Educação Física)	
SOARES, Carmen Lúcia et al. Metodologia do ensino de educação física . São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor).	
Bibliografia complementar:	

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 2004.

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina:	Fisiologia Humana
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Organização Funcional do corpo humano. Controle do meio interno. Princípios de eletrofisiologia. Fisiologia neuromuscular, cardiocirculatória, respiratória, digestória, renal e endócrina. Mecanismos neurais de controle. Metabolismo energético.	
Bibliografia básica:	
COSTANZO, Linda S. Fisiologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.	
GUYTON, Arthur C. Fisiologia humana . 6.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 1988.	
WILMORE, Jack H; COSTILL, David L. Fisiologia do esporte e do exercício . 2.ed. Tamboré Baruei, SP: Manole, 2001.	
Bibliografia complementar:	
GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica . 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.	
MACHADO, Angelo B.M. Neuroanatomia funcional . 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2006.	

Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais- Libras
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
O processo histórico da educação brasileira, contextualizando o surdo neste processo. O oralismo, a comunicação total e o bilinguismo como propostas educacionais. As políticas educacionais inclusivas. Fases do processo tradutório da linguagem e de registro. Leitor/Texto em língua portuguesa e suas implicações para a tradução e interpretação para libras e vice-versa.	
Bibliografia básica:	
GESSER, Audrei. Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.	
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson Prentice, 2011.	
SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 2005.	
Bibliografia complementar:	
GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos . São Paulo: Plexus, 2007.	
LACERDA, Cristina B. F de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.	

Disciplina:	Esportes Coletivos II
--------------------	-----------------------

Carga horária:	80 aulas
Conceito, evolução e importância dos esportes coletivos. Histórico, caracterização, sistematização tática e regras das modalidades de futebol, futsal e handebol. Ensino e especialização das técnicas (fundamentos) das modalidades citadas anteriormente.	
Bibliografia básica:	
MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2003. SANTOS, L. R. G. Handebol: 1000 exercícios. 4.ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 2004. AMERICAN SPORT EDUCATION PROGRAM. Ensinando futebol para jovens. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000.	
Bibliografia complementar:	
EHRTE, Arno et al. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. Organizado pela Confederação Alemã de handebol (CAHb). São Paulo: Phorte, 2008 OLIVEIRA, Paulo R. (Org.). Periodização contemporânea do treinamento desportivo: modelos das cargas concentradas de força - sua aplicação nos jogos desportivos (basquetebol, futebol de campo, futsal , voleibol) e luta (judô). São Paulo: Phorte, 2008.	

Disciplina:	Tecnologia da Informação e Comunicação
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	
O papel da informação nas organizações e comunicações. Desenvolver o conceito de sistemas de informação, enfatizando sua importância na competitividade das organizações. Utilizando de informações para a tomada de decisão. Tratamento da informação e comunicação. Sistema de Informação Gerencial. Análise de custo da informação. O processo de desenvolvimento e de implantação de sistemas em organizações.	
Bibliografia básica:	
LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais: administrando a empresa digital. 5ª Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2006. O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação: e as decisões gerenciais na era da internet. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004. STAIR, Ralph M. Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. 2ª Ed. Rio de Janeiro. LTC, 1998.	
Bibliografia complementar:	
NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informação. Rio de Janeiro: 34, 2004.	

Disciplina:	Desenvolvimento e Aprendizagem Motora
Carga horária:	80 horas
Ementa:	

Conceitos básicos do desenvolvimento humano. Características desenvolvimentistas em diferentes faixas etárias; Fatores que influenciam o processo de desenvolvimento motor do ser humano; Estudo das teorias do desenvolvimento motor típico e atípico; Modelos de desenvolvimento; Aquisição de padrões fundamentais de movimento.

Bibliografia básica:

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2007.

SCHMIDT, Richard A; WRISBERG, Craig A. **Aprendizagem e performance motora**: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

Bibliografia complementar:

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2002.

SCHMIDT, R. / WRISBERG, C. **Aprendizagem e performance motora**: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2.ed. Porto Alegre. ARTMED, 2006.

QUARTO PERÍODO

Disciplina:	Optativa I
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
O Colegiado do Curso em consonância com o corpo discente interessado deverá escolher a disciplina de mesma carga horária nos demais cursos ofertados na IES. Poderá ainda escolher uma disciplina de aprofundamento na área da saúde ou treinamento.	
Bibliografia básica:	
Bibliografia conforme disciplina escolhida.	
Bibliografia complementar:	
Bibliografia conforme disciplina escolhida.	

Disciplina:	Organização e Administração de Eventos
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Teoria geral da administração. Estudo da clientela, planejamento, organização, execução e avaliação. Organização de eventos em todos os setores de Ensino, academias, escolas e clubes.	
Bibliografia básica:	

KWASNICKA, Eunice Lacava. Teoria geral da administração: uma síntese. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991 POIT, Davi Rodrigues. Organização de eventos esportivos. 4.ed. São Paulo: Phorte, 2006. ROCHE, F. P. Gestão desportiva: planejamento estratégico nas organizações desportivas. 2.ed. Porto Alegre, SC: Artmed, 2002.	
Bibliografia complementar:	
ZANELLA, L. C.. Manual de organização de eventos: Planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2003. CARDIA, W. Marketing e patrocínio esportivo. São Paulo: Bookman, 2004.	

Disciplina:	Fundamentos Metodológicos das Lutas
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Conceituação. História. Filosofia. A luta enquanto manifestação da cultura corporal e o desenvolvimento humano. Regras e prática das lutas. O processo metodológico do ensino das lutas. A luta como jogo e esporte e suas implicações.	
Bibliografia básica:	
BAPTISTA, C. F. S. Judô: da escola à competição. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. BREDI, M; GALATTI, L; SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte, 2010. IEDWAB, C; STANDEFER, R. Um caminho de paz: um guia de tradições das artes marciais para os jovens. São Paulo: Cultrix, 2011.	
Bibliografia complementar:	
FUNAKOSHI, G. Karatê-do: o meu modo de vida. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2010, REID, H; CROUCHER, M. O caminho do guerreiro: o paradoxo das artes marciais. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.	

Disciplina:	Fisiologia do Exercício
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Principais alterações e adaptações fisiológicas agudas e crônicas decorrentes do exercício nos sistemas respiratório, cardiovascular, neuromuscular e endócrino. Sistemas de transferência de energia. Exercício em diferentes situações ambientais.	
Bibliografia básica:	
McARDLE, W. D; KATCH, F. I; KATCH, V. L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 5.ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 2003. POWERS, S. K; HOWLEY, T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 6. ed. Baruei, SP: MANOLE, 2009. WILMORE, J. H; COSTILL, D. L. Fisiologia do esporte e do exercício. 2.ed. Baruei, SP: MANOLE, 2001.	
Bibliografia complementar:	

RHOADES, Rodney A; TANNER, George A. **Fisiologia médica**. 2.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.
 SIMÃO, Roberto. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais**. 3.ed. São Paulo: Phorte, 2007.

Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Conceito, estrutura e elaboração de projetos. Etapas e estrutura da elaboração de um Plano de Negócios. Prática de elaboração de projeto de negócio. Pesquisa de oportunidades e negócio. Análise de viabilidade técnica e econômico-financeira de negócios. Tópicos Contemporâneos em Empreendedorismo, Inovação e Gestão de pequenos negócios.	
Bibliografia básica:	
DORNELAS, M. M Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Manual disciplina de empreendedorismo . Brasília: Sebrae, 2016. VERAS, M. Gerenciamento de projetos . Rio de Janeiro: Brasport, 2014.	
Bibliografia complementar:	
DOLABELA, A, F. O Segredo de Luísa . São Paulo: Sextante, 2008. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.	

Disciplina:	Metodologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Métodos científicos. Fatos, leis e teoria. Problema de pesquisa e Hipóteses. Variáveis. Pesquisa. Técnicas de pesquisa. Projeto e Relatório de Pesquisa. Publicações e Trabalhos Científicos. Revisão bibliográfica e Referências bibliográficas. Procedimentos básicos em apresentação oral de trabalho científico. Elaboração e apresentação de um resumo na Iniciação Científica com temas que vinculem a temática da Educação em Direitos Humanos e/ou Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e/ou Políticas de Educação Ambiental.	
Bibliografia básica:	
ANDRADE, M. M Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ. Manual de normas para trabalhos acadêmicos . Pitanga: UCP, 2016. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
Bibliografia complementar:	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia . 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.	

QUINTO PERÍODO

Disciplina:	Orientação para a Prática de Ensino I e TC I
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Questões específicas para a Educação Física na Educação Infantil e séries iniciais. Organização das atividades curriculares. Inserção na comunidade escolar. Docência em educação física. Avaliação da prática de ensino. Prática pedagógica na área educacional, em educação física. Planejamento de ensino e utilização de recursos multimídia. Programas de disciplinas e planos de aula. Atuação docente sob a supervisão do (a) professor (a) da classe. Elaboração de Trabalho Final de Curso, com orientação docente.	
Bibliografia básica:	
ANDRADE M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. THOMAS, J. R; NELSON J K. Métodos de pesquisa em atividade física. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.	
Bibliografia complementar:	
LAKATOS E. M; MARCONI M.A.. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. GONCALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir. Corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 2004.	

Disciplina:	Esportes de Aventura e da Natureza
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Conceituações básicas em ecologia, biodiversidade, ecorregiões e legislação ambiental. Conceitos, históricos, necessidades geográficas (locais de prática), equipamentos, técnicas, segurança e prática de esportes de aventura e da natureza. Inclusão pedagógica destas práticas. Atuação do profissional e mercado de trabalho. Planejamento, organização e prática de Esportes Radicais, Esportes de Aventura, não Formais e Atividades Físicas na Natureza.	
Bibliografia básica:	
VOIFER, Jack. Empreender turismo e ecoturismo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. MARINHO, Alcyne; BRUHNS, Heloisa (Org.). Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. Barueri, SP: Manole, 2006. UVINHA, R. R. Juventude, Lazer e esportes radicais. SP: Manole, 2001.	
Bibliografia complementar:	
MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005	

Disciplina:	Optativa II
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	
O Colegiado do Curso em consonância com o corpo discente interessado deverá escolher a disciplina de mesma carga horária nos demais cursos ofertados na IES. Poderá ainda escolher uma disciplina de aprofundamento na área da saúde ou treinamento.	
Bibliografia básica:	
Bibliografia conforme disciplina escolhida.	
Bibliografia complementar:	
Bibliografia conforme disciplina escolhida.	

Disciplina:	Natação e Desportos Aquáticos
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Adaptação ao meio líquido. Teoria e prática dos quatro estilos de nado. Metodologia do ensino da natação. Regras e arbitragem na natação. Técnicas de salvamento aquático. Históricos, conceitos, técnicas e regras dos desportos aquáticos como polo aquático, nado sincronizado e saltos ornamentais e outros.	
Bibliografia básica:	
GOMES, W. D. F. Natação: Erros e correções. 3. ed Rio de Janeiro: Sprint, 2004. MACHADO, D. C. Metodologia da natação. São Paulo: EPU, 2004. MASSAUD, M. G. Natação 4 nados: aprendizado e aprimoramento. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2004. Acompanha DVD/VÍDEO.	
Bibliografia complementar:	
GUZMAN, Ruben. Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado. Barueri: Manole, 2008. HINES, Emmett. Natação para condicionamento físico: 60 sessões de treinamento para velocidade, resistência e técnica. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.	

Disciplina:	Educação Física Adaptada
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
Aspectos sociais e político-educacionais das deficiências na história da humanidade. Estudo das características, causas e efeitos de deficiências físicas e mentais. O portador de deficiência, suas necessidades especiais e sua capacidade de inclusão/integração. Valores da atividade física, do lazer e dos esportes. Interdisciplinaridade e seus benefícios. Programa de Atividades Físicas e Desportivas Adaptadas para grupos diferenciados: obesos, cardíacos, gestantes, asmáticos, deficientes e outros.	

Indicações, contraindicações e aplicação médica. Implementação de equipamentos e espaço físico.

Bibliografia básica:

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos**. São Paulo: Phorte, 2006.

WINNICK, J. P. **Educação física e esportes adaptados**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

Bibliografia complementar:

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes (Org.). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 3. ed. Barueri: Manole, 2013.

TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática**. São Paulo: Phorte, 2008.

Disciplina:	Filosofia e Sociologia
Carga horária:	80 horas
Ementa:	
O estudo da sociedade humana, o homem e suas relações étnico-racial e a cultura afro brasileira e africana e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Educação em Direitos Humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental. O contexto social e a atuação do indivíduo enquanto componente das múltiplas relações sociais. A Educação Física como meio de socialização seus problemas e perspectivas. Os pressupostos básicos da área de Educação Física e suas relações com a área da Filosofia. A abordagem fenomenológica do corpo e suas implicações pedagógicas.	
Bibliografia básica:	
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.	
BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística . 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	
Bibliografia complementar:	
BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca (Coords.). Tempos modernos, tempos de sociologia . São Paulo: Do Brasil, 2010.	
COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008.	

Disciplina:	Prática de Ensino I – Pré Escolar e Fundamental I
Carga horária:	290 horas
Ementa:	

Prática pedagógica na área educacional, em Educação Física. Planejamento de ensino e utilização de recursos multimídias. Programas de disciplinas e planos de aula. Atuação docente sob supervisão de professores.
Bibliografia básica:
DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças . 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2001.
ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos . Rio de Janeiro: Alternativa DP&A, 2002.
Bibliografia complementar:
TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física . 4.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985)
GONCALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir. Corporeidade e educação . Campinas: Papirus, 2004.

SEXTO PERÍODO

Disciplina:	Orientação para a Prática de Ensino II – Ensino Fundamental II, Médio e Adaptada
Carga horária:	40 horas
Ementa:	Prática pedagógica na área educacional, em Educação Física. Planejamento de ensino e utilização de recursos multimídias. Programas de disciplinas e planos de aula. Atuação docente sob supervisão de professores.
Bibliografia básica:	DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças . 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2001. ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos . Rio de Janeiro: Alternativa DP&A, 2002.
Bibliografia complementar:	TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física . 4.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985) GONCALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir. Corporeidade e educação . Campinas: Papirus, 2004.

Disciplina:	Orientação para Estágio Supervisionado e TC II
Carga horária:	40 horas
Ementa:	Planejamento e estruturação das atividades do Estágio Supervisionado . Formulação do relatório das atividades desenvolvidas. Elaboração de Trabalho Final de Curso, com orientação docente.
Bibliografia básica:	

BIANCHI, A. C. M; ALVARENGA,M; BIANCHI, R. Manual de orientação : estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2003. BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
Bibliografia complementar:
GALLARDO, Jorge Sergio Pérez (Coord.). Educação física: contribuições à formação profissional. 5. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2009 SHIGUNOV, Viktor (Org.); SHIGUNOV NETO, Alexandre (Org.). A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de educação física. Londrina, PR: O Autor, 2001.

Disciplina:	Estágio Supervisionado
Carga horária:	528 horas
Ementa:	Atividades de estágio desenvolvidas nos vários segmentos em conformidade com o Regulamento de Estágio da Instituição. Atividades efetuadas em Instituições/Estabelecimentos da Rede Pública ou particular.
Bibliografia básica:	BIANCHI, A. C. M; ALVARENGA,M; BIANCHI, R. Manual de orientação : estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2003. BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Intervenção do profissional de educação física. [s.l.]: CONFEF, 2002.
Bibliografia complementar:	PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001. TOJAL, João Batista (Org.); COSTA, Lamartine P. da (Ed.); BERESFORD, Heron (Ed.). A ética profissional na educação física. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

Disciplina:	Vivencia Profissional
Carga horária:	384 aulas
Ementa:	O Colegiado do Curso em consonância com o corpo discente interessado deverá escolher na área de Educação Física Licenciatura ou de mesma carga horária nos demais cursos ofertados na IES.
Bibliografia básica:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.
Bibliografia complementar:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina:	Tópicos Especiais em Educação Física
Carga horária:	80 aulas
Ementa:	O Colegiado do Curso em consonância com o corpo discente interessado deverá escolher a disciplina na área da Educação Física ou de mesma carga horária nos demais cursos ofertados na IES.
Bibliografia básica:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.
Bibliografia complementar:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.

Disciplina:	Demandas Contemporâneas
Carga horária:	40 aulas
Ementa:	O Colegiado do Curso em consonância com o corpo discente interessado deverá escolher a disciplina na área da educação física ou de mesma carga horária nos demais cursos ofertados na IES.
Bibliografia básica:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.
Bibliografia complementar:	Bibliografia conforme disciplina escolhida.

Disciplina:	Bioestatística
Carga horária:	40 horas
Ementa:	Noções dos diferentes tratamentos estatísticos de dados: análise descritiva, análises inferenciais (correlação, testes de diferenças de médias). Métodos estatísticos não paramétricos.
Bibliografia básica:	DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada . 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. VIEIRA, S.. Introdução à bioestatística . 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. SPIEGEL, Murray R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.
Bibliografia complementar:	CALLEGARI-JACQUES, S.M. Bioestatística: princípios e aplicações . Porto Alegre: ArtMed, 2003. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina:	Planejamento e Desenvolvimento Local
Carga horária:	40 horas
Ementa:	Procedimentos técnicos e metodológicos para realização da pesquisa científica. Construção de textos e trabalhos acadêmicos. Formas básicas de apresentação de trabalho.

Bibliografia básica:	
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
THOMAS, J. R; NELSON, J. K; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2007.	
Bibliografia complementar:	
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2004.	
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.	
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	

Disciplina:	Políticas Públicas de Esporte e Lazer
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
A organização e o desenvolvimento de locais de lazer. A questão da democratização e dos espaços de lazer. As políticas públicas destinadas ao esporte; Políticas públicas destinadas ao lazer; Marketing e gestão de espaços de lazer.	
Bibliografia básica:	
MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. 8. Ed:Papiros, 2004.	
BELLONI, I; MAGALHAES, H. S.; SOUSA, L. C. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
SANTOS, R. C. Manual de gestão empresarial: conceitos e aplicações em empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.	
Bibliografia complementar:	
MARCELLINO, N. C. Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. 3 ed. Campinas, SP: papiros, 2005.	
Marinho, A. Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. Barueri, SP: Manole, 2006.	

Disciplina:	Nutrição e Saúde
Carga horária:	40 horas
Ementa:	
Estudo dos alimentos e dos nutrientes. Princípios da nutrição aplicados ao exercício e ao esporte. Complementação, suplementação e ergogênicos nutricionais.	
Bibliografia básica:	
BIESEK, Simone; ALVES, Letícia Azen; GUERRA, Isabela. Estratégias de nutrição e suplementação no esporte. São Paulo: Manole, 2005.	
MAHAN, L. K. & STUMP, S. E. Krause Alimentos, Nutrição & Dietoterapia. 11 ed. São Paulo: Roca, 2005.	

WILLIAMS, Melvin H. Nutrição: Para saúde, condicionamento físico e desempenho esportivo. 5. ed. São Paulo: Manole, 2002.

Bibliografia complementar:

MAUGHAN, Ronald J; BURKE, Louise M. Manual de ciência e medicina esportiva: nutrição esportiva. Porto Alegre: Artmed, 2007..

TIRAPEGUI, Julio. Nutrição, metabolismo e suplementação na atividade física. São Paulo: Atheneu, 2006.

INTEGRAÇÃO CURRICULAR E INTERDISCIPLINARIDADE

Com relação às disciplinas que possuem aulas práticas serão realizadas dividindo-se a turma para melhor aprendizado do acadêmico. Com o contexto de integrar a interdisciplinaridade no curso de Educação Física, os docentes realizarão visitas técnicas com os acadêmicos, para mostrar a importância do conhecimento em várias áreas do curso.

Ainda, na IES a extensão atende a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, dedicando aproximadamente 10% da carga horária total do curso (3200 horas) para extensão e dessa forma afirma-se como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multidisciplinares, interdisciplinares, transdisciplinares e interprofissionais. Os programas, os projetos e as atividades de extensão têm sua ação orientada para áreas de grande importância social, sendo as atividades realizadas dentro ou fora do espaço institucional. Nos projetos de extensão são desenvolvidas atividades que visam a aproximação dos acadêmicos à realidade local e regional tangendo pelo desenvolvimento sustentável via práticas extensionistas efetivas e transformadoras.

A avaliação do desempenho acadêmico será realizada por intermédio de acompanhamento contínuo das suas atividades no que tange ao projeto de extensão. Além disso, o relatório também incidirá sobre a frequência e aproveitamento do acadêmico. Da mesma forma, no que tange ao aproveitamento e frequência, o aluno deverá comparecer sempre que convocado à Instituição pelo professor para orientações e debates sobre o desenvolvimento do Projeto de Extensão, demonstrando compromisso com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Para a socialização dos resultados, será realizado um evento científico, o qual terá como objetivo enaltecer a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ademais, promove a interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos. Valoriza a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos.

7. METODOLOGIA INOVAÇÃO NA FLEXIBILIDADE CURRICULAR

Ainda, com a proposta de apoiar a adoção de tecnologias digitais e o desenho de práticas pedagógicas inovadoras, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP) implantou as Atividades Pedagógicas Supervisionadas - APS's, que se somam às demais atividades por meio do uso de Tecnologias e Metodologias Ativas.

As APS são atividades inovadoras que integram a **SmartUCP**, desenvolvidas por acadêmicos sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes. Estão previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, constituindo parte da carga horária das disciplinas às quais se vinculam e são realizadas com o intuito de construção de pensamento para a busca de soluções e inovações. Ocorrem por meio de estudos parcialmente dirigidos, individuais e coletivos, leitura e escrita, pesquisa, raciocínio lógico, estudos de caso, atende a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, dentre outros.

As atividades APS apresentam orientações para a organização dos estudos, com foco na implementação de metodologias que contribuem para o desenvolvimento de competências como: autonomia e responsabilidade, pensamento crítico, científico e criativo, uso de multilinguagens e cultura digital.

Como recurso, as APS estão disponibilizadas aos acadêmicos em ambiente virtual e confirmam a disposição em inovar nas metodologias de ensino/aprendizagem. As APS estão entre as novas ferramentas tecnológicas com potencial para promover a equidade e qualidade na educação, além de aproximar a UCP do universo do acadêmico.

Se somam à essas iniciativas, a ampliação do acervo bibliográfico, com a disponibilização da **Biblioteca Digital**¹, que poderá ser acessada de forma irrestrita pelo(a) acadêmico(a) UCP. Os recursos físicos da Instituição acompanham as novas

¹Ver mais em: Biblioteca Virtual. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/> Acesso em 05 de nov. de 2019.

práticas pedagógicas e foram ampliados, a citar a implementação da **Sala Smart**, novo e moderno espaço para acesso à ambientes virtuais de estudo.

7.1 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestam a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho. A possibilidade de extraordinário está prevista no Regimento Interno da Faculdade.

Caso o aluno necessite de maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais.

7.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em razão do disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), e a Educação em Direitos Humanos visando que propicie o desenvolvimento de valores sobre a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, acessibilidade física e pedagógica, reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia da educação, transversalidade vivência e globalidade e a sustentabilidade socioambiental. Ainda, a IES possui Grupo de Estudos em Direitos Humanos.

7.3 METODOLOGIA DE ENSINO: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

A Faculdade UCP, ciente de que a experiência acadêmica não se restringe aos bancos escolares, oferecerá ao aluno um ambiente em que o conhecimento extrapola os limites tradicionais da sala de aula, colocando-o diretamente em contato com as várias linhas de conhecimento.

Dentro da proposta pedagógica da IES as estratégias de aprendizagem ampliam-se para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- Aulas regulares (Aulas Teóricas);
- Práticas investigativas em ambiente social e escolar (Vivência Profissional no âmbito social conforme a descrição do item 1.9 – Políticas de Extensão);
- Práticas de laboratório;
- Estímulo à iniciação à pesquisa acadêmica;
- Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- Estágio supervisionado;
- Visitas Técnicas;
- Elaboração de Trabalhos de Curso/monografias com defesa pública;
- Confecção de artigos científicos;
- Oficinas e Seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- Ações específicas visando a Responsabilidade Social, meio ambiente e cultural;
- Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

A utilização dos laboratórios e do Centro de Práticas Esportivas são exemplos clássicos de como o curso de Educação Física - Licenciatura buscará a interação direta com o meio no qual se insere.

A fim de alcançar o desenvolvimento integral do ser humano em harmonia com o meio ambiente produtivo e não degradado, esta Instituição parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida.

Assim, de maneira interdisciplinar, propõe-se o desenvolvimento das habilidades e utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, procurando estabelecer relações formais e causais entre fenômenos; interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais ou sociais, e demonstrar compreensão do todo

educacional, de modo integrado, sistêmico e estratégico, com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Sempre que possível, os docentes estarão atuando em conjunto, propondo trabalhos e projetos práticos, interdisciplinares e de cunho científico aos acadêmicos, para que sejam realizados de forma integradora e enriqueça sua formação.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas e estratégias de aprendizagem sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. Esta relação ocorre por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico, as quais possibilitam a formação integral e a autonomia discente.

As Estratégias de Aprendizagem incluem:

- ✓ Aulas expositivas dialogadas, com ênfase na participação direta dos alunos;
- ✓ Incentivo a iniciação científica e à produção de artigos de base científica que despertam o interesse à criação e à pesquisa e permitem ao acadêmico apresentar na Semana de Iniciação Científica da IES e também em outros eventos de cunho científico além da publicação em revistas científicas;
- ✓ Atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca e de consultas à Internet nos laboratórios de informática, incluindo estudos de casos, simulação de situações do dia a dia, desenvolvimento de projetos inseridos na comunidade e no campo, na área das ciências agrárias;
- ✓ Flexibilização curricular com inserção de disciplinas optativas fazendo com que o acadêmico tenha a oportunidade de ampliar seu conhecimento interdisciplinar necessário para sua formação;
- ✓ Aulas práticas, na maioria das disciplinas, em laboratórios, propriedades agrícolas e empresas do ramo, a fim de que o contato com produtor, pesquisador ou técnico e os problemas de ordem prática motivem a criação de um senso crítico norteador de decisões, proporcionando maior motivação ao acadêmico pelo curso;
- ✓ Viagens de estudos e visitas técnicas que auxiliem no aprendizado e fixação das teorias apresentadas em sala de aula;
- ✓ Participação em eventos (Congressos, Simpósios, Oficinas) em que os alunos são motivados a expor suas produções;

- ✓ O acadêmico contará também com um Supervisor de Estágio, responsável pela orientação na Unidade Concedente de Estágio, indicado por esta e com formação de ensino superior na área de Ciências Agrárias, preferencial Engenheiro Agrônomo, além de Médico Veterinário e Zootecnia.
- ✓ Realização de estágio não obrigatório na própria IES ou em outros locais;
- ✓ Idealização, planejamento e organização de cursos de extensão; O curso oferece de 2 a 3 cursos de extensão semestralmente;
- ✓ Realização de cursos de nivelamento organizados pela IES;
- ✓ Promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;
- ✓ Oportunidade de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em diversas áreas do conhecimento, em qualquer lugar do Brasil contando com a orientação dos docentes do curso;
- ✓ Utilização de tecnologia de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

7.3.1 AULAS TEÓRICAS

As aulas teóricas são realizadas em sala de aula, de forma expositiva, participativa e dialogada, as quais possibilitam a acessibilidade metodológica, com o auxílio de recursos áudio visual e materiais didáticos pertinentes ao tema proposto, além do possível uso de tela interativa e ambientes virtuais (Google Class, Moodle, Forms Kahoot, Socrative, descritos no item 1.5 deste PPC).

Durante as aulas teóricas são fornecidas informações pertinentes ao tema proposto forma clara e ordenada. Também são realizadas execuções de trabalhos individuais ou em grupos para a fixação do conteúdo, discussões orientadas, seminários, estudos dirigidos e outras técnicas pedagógicas para a transmissão do conhecimento.

Os docentes são orientados a criarem momentos de discussão baseados em estudos de caso, que auxiliam a fixação dos conteúdos e instigam o aluno a compreender o desenvolvimento de soluções para problemas reais da profissão. São propostas também momentos de discussão sobre os setores agropecuários, podendo as discussões acontecer nas aulas teóricas, práticas ou ainda em ambientes virtuais

via grupos de Whats app. Redes sociais como Facebook, Instagram e Youtube também podem ser utilizadas para compartilhamento de informações, como por exemplo, a divulgação de pesquisas e inovações tecnológicas.

Através de formação pedagógica continuada a IES estimula os docentes a elaborarem atividades metodológicas ativas e inovadoras, principalmente aquelas que fazem utilização tecnológica. A sala de aula invertida é uma alternativa metodológica, onde o aluno possui acesso prévio ao material da aula (via ambiente virtual, biblioteca física ou virtual, ou até mesmo material didático disponibilizado para reprografia).

Dessa forma, o aluno preparar-se antecipadamente para discussão do tema proposto, tornando a sala de aula em um espaço dinâmico e interativo, com debates e livre exposição de ideias, sendo o aluno confrontado com diferentes pontos de vista. Outra alternativa metodológica é a utilização da Plataforma Smart, a qual envolve inovação e utilização de recursos tecnológicos. Além de disponibilizar acesso a Biblioteca Digital (Biblioteca Pearson), a Plataforma Smart abriga também as Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS) em ambiente virtual (Moodle), que são atividades complementares as atividades discentes, executados por meio da plataforma, permitindo ao discente autonomia do estudo e flexibilização de local e horário para dedicação na busca do conhecimento.

1.5.2 ATIVIDADE PEDAGÓGICA SUPERVISIONADA (APS)

O processo de modernização do mundo, bem como a expansão da globalização trouxe à educação vários processos a serem assimilados, entre eles diferentes perfis de estudantes, os quais estão focados em questões tecnológicas, principalmente de construção de conhecimento mediado por tecnologia, assim como buscam metodologias que os tornem sujeitos autônomos, capazes de aliar a teoria e a prática de forma clara e objetiva. Por esse motivo, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP) repensou o desenvolvimento de práticas e metodologias que sejam capazes de atender a essa necessidade dos estudantes, focando, também, na formação profissional de cada um dos estudantes, reiterando o compromisso com a educação de qualidade e com a inovação, oferecendo ao acadêmico recursos que permitem uma aprendizagem diferenciada em sua área de atuação.

Para tanto, em 2019, a UCP, em conformidade com o que prevê a legislação em vigor (Portaria MEC 1428/2018), bem como de acordo com a Resolução

28/2018, implementou as Atividades Práticas Supervisionadas (APS), em todos os seus cursos de graduação. APS são atividades desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos acadêmicos em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais e equivale a uma disciplina do curso, com carga horária dentro do curso. Podem ser consideradas APS: estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras.

Para o desenvolvimento das atividades os acadêmicos têm acesso à uma plataforma exclusiva na qual os professores desenvolvem atividades relacionadas às aulas de algumas disciplinas, pré-selecionadas, realizam a postagem com prazos determinados. Assim, os acadêmicos deverão desenvolver essas atividades e postá-las na plataforma.

As metodologias ativas são parte integrante da proposta, a qual leva em consideração a construção de um acadêmico autônomo e capaz de desenvolver conhecimentos diversos, de forma plural, inter, multi e pluridisciplinar. A plataforma garante o processo de supervisão realizada pelos docentes, que são assessorados pela Equipe Multidisciplinar que é responsável pela análise, orientação, formação e acompanhamento das atividades.

As APS são realizadas uma vez por semana, em horário pré-definido, no qual os acadêmicos deverão focar nas atividades disponibilizadas na plataforma (Ambiente Virtual de Aprendizagem), essas atividades podem prever várias situações, desde uma visita técnica com posterior relatório, como atividades que não presenciais, podendo os acadêmicos desenvolverem dentro dos espaços da instituição, ou em qualquer local com acesso à Internet.

Para execução das APS o aluno conta com um professor exclusivo do Curso, estando disponível em horário fixo e publicamente divulgado para atendimento, tanto em formato digital (Chat) quanto presencial na IES (Espaço Smart). As atividades propostas em APS têm como objetivo fixar conteúdos através de materiais complementares e atividades, sendo o aluno detentor de seu próprio aprendizado. É importante destacar que o espaço de aprendizagem disponibilizado pela IES denominado Espaço Smart, dispõem de avançadas tecnologias educacionais, com espaços arejados, boa luminosidade e sonoridade com alto nível de conforto, recursos de multimídia e acesso à internet, o que permite um conjunto de ferramentas

diferenciadas e motivadoras, onde é possível perceber a construção coletiva de conhecimento, principalmente na troca de experiências.

O processo de avaliação das APS é desenvolvido por cada professor, seguindo as recomendações da coordenação do curso. O Curso de Educação Física desenvolve a APS como uma disciplina integral de 80h, focando em projetos integrados interdisciplinares, ou multidisciplinares.

1.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.6.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.

Em conformidade com o Regimento de Estágio Supervisionado da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP, o qual serviu de base para o desenvolvimento do Regimento do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física, o estágio caracteriza-se como uma atividade de base eminentemente pedagógica e com estratégias para a gestão da integração entre ensino e o mundo do trabalho. Entre estas estratégias pode-se citar: facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional do acadêmico com o desenvolvimento e/ou o acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, a experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão; facilitar a futura inserção do acadêmico no mercado de trabalho, promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

O Estágio Curricular Supervisionado contempla a carga horária de 528 hora/aula, em conformidade com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Educação Física. O acadêmico do Curso terá orientação adequada à área escolhida, de acordo com a área de pesquisa de seu professor orientador. Além disso, na unidade cedente do Estágio, este contará com o apoio e supervisão de um profissional, denominado Supervisor de Estágio, o qual deverá ser um especialista na área de atuação. Para a realização do estágio curricular obrigatório a IES realiza um convênio com a unidade cedente. Este convênio estabelece os objetivos do estágio e as responsabilidades, tanto do acadêmico, quanto da IES e da

unidade cedente. Ademais, com a conclusão do estágio o acadêmico entregará uma ficha de avaliação para o supervisor de estágio da unidade cedente, e estes dados serão analisados pela Comissão e terá como objetivo tanto a avaliação do acadêmico como também será de extrema importância para repensar as práticas do estágio. Portanto, estes dados podem fornecer insumos valiosos para a atualização das práticas de estágio.

O estágio é importante na formação do estudante por lhe conferir maturidade profissional e técnica, contato com profissionais da área, vivência e convivência com pessoas e a oportunidade de conectar o saber ao fazer. Os Estágios no Curso de Licenciatura em Educação Física serão realizados em locais que assegurem a participação efetiva do aluno em atividades relacionadas diretamente com a orientação acadêmica de cada curso, em conformidade com a Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e estará sob a supervisão de uma Coordenação de Estágios.

A Faculdade, através da Coordenação de Curso e Central de Estágios e Trabalho de Conclusão de Curso, manterá convênio com instituições de reconhecida capacidade e seriedade na condução de estágios supervisionados, aproveitando o potencial do estagiário dentro de sua área de atuação.

O estágio também poderá ser realizado conforme conveniência do aluno, desde que a instituição escolhida atenda aos requisitos básicos para a realização do estágio, tais como:

- Atribuição de função adequada para atuação do estagiário, que possa contribuir para a aplicabilidade direta do aprendizado e aprimoramento de suas habilidades futuras;
- Garantia da presença de um profissional de nível superior para orientação dentro da instituição, e que possa interagir com o Orientador de Estágios da Faculdade;
- Observação do projeto de estágio elaborado pelo aluno em conjunto com o Orientador de Estágios.

Para a organização e o funcionamento desta disciplina, há um Coordenador de Estágios da Educação Física, cujo este é professor do curso e possui uma carga horária fixa semanal (que vai variar conforme o número de acadêmicos matriculados na disciplina).

São previstas duas modalidades de estágio para os alunos das IES: estágio curricular supervisionado obrigatório e o estágio extracurricular (não obrigatório). De

maneira geral, diferenciam-se entre si pela característica de, no primeiro, haver uma carga horária estabelecida na matriz curricular do curso, com atividades previstas no PPC, ao passo que, no segundo, não há carga horária fixa e obrigatória estabelecida. O estágio curricular supervisionado obrigatório é componente curricular com carga horária específica, oferecido no último semestre letivos, com supervisão e orientação de professores da área de formação do curso. É destinado a promover a devida articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a aplicação de competências técnicas e socioemocionais desenvolvidas durante o curso em situações concretas do exercício da profissão.

Todo esse conjunto de tarefas diversificadas e específicas, além de lhes proporcionar a experiência necessária para o preparo profissional, possibilita-lhes uma visão concreta sobre o mercado de trabalho e sobre as condições que esse oferece. Para além disso, o estágio promove o enriquecimento das experiências de convívio, de troca e de aperfeiçoamento de saberes e, sobretudo, de contato com situações reais de resolução de problemas e de conflitos, nos quais entram em jogo as aprendizagens relacionadas às questões éticas do exercício profissional.

No curso Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná o estágio curricular supervisionado constituir-se-á em importante atividade acadêmica articulada à formação do profissional pretendido. As diretrizes gerais de estágio da Faculdade estão embasadas na Lei nº 11.788/08, que dispõe especificamente sobre os estágios, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Educação Física, resolução CNE/CES 01/2006, e nas demais legislações pertinentes. É o componente curricular que visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação da relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados.

Tem como objetivos, dentre outros, facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional com o desenvolvimento e/ou acompanhamento de atividades que promovam a: interdisciplinaridade, experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, facilitando assim a futura inserção do estudante no mercado de trabalho e promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico e a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho. Para que estes objetivos sejam alcançados, torna-se fundamental imprimir

um caráter dinâmico ao estágio, propiciando uma forte interação com a realidade rural, com o ambiente da iniciação à pesquisa, e com possíveis campos de trabalho, contribuindo, inclusive, para um intercâmbio com a sociedade dos conhecimentos gerados.

O estágio curricular deve ser cumprido por acadêmicos do 8º período, com uma carga horária total de 528 horas (528 horas relógio). Sua avaliação se dará mediante elaboração do projeto, apresentação do projeto e apresentação final do estágio com os resultados obtidos. A orientação e supervisão do estágio será feita pelo professor da disciplina de estágio.

1.6.2 REGIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.

O regimento do Estágio Supervisionado foi discutido e aprovado em reunião do NDE e repassado e aprovado pelo colegiado de acordo com a resolução nº 72/2019.

Da Caracterização

Art. 1º – Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade acadêmica obrigatória de treinamento e qualificação profissional, possui caráter integrador e visa complementar o ensino teórico-prático recebido no curso sendo ofertado como disciplina integrante da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pela Faculdade UCP, a seguir referenciada simplesmente como Faculdade, vinculada à Comissão de Orientação de Estágio (COE) referenciada como COE, regida por esse Regimento e pela Legislação Superior.

I. A COE será composta pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física e pelo Coordenador Geral de Estágio.

II. O Estágio está, fundamentado na Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre estágios e se caracteriza como uma atividade de base eminentemente pedagógica que compreende a realização de atividades práticas orientadas por um Orientador de Estágio e supervisionadas no campo do estágio por um Supervisor, condizentes com a formação oferecida pelo Curso, e discriminadas em um Plano de Estágio a ser

elaborado pelo Orientador de Estágio, culminando com a elaboração, pelo aluno-estagiário e de Relatório Final

III. O Estágio Curricular Supervisionado corresponde um momento de vivência profissional objetivando facilitar a futura inserção do estudante no mercado de trabalho, promovendo a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo de trabalho, facilitando a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional.

- a) Terá uma carga horária total de 528 horas.
- b) Deverá ser cumprida por acadêmicos regularmente matriculados no último ano (8º período).
- c) O estágio curricular supervisionado é disciplina integrante do 6º período.

Dos Objetivos

Art. 2º – O Estágio proporciona ao aluno a prática relacionada às diferentes disciplinas apresentadas durante o Curso e tem como objetivos:

I. Facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional com o desenvolvimento e/ou acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, facilitando assim a futura inserção do estudante no mercado de trabalho e promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

II. Propiciar que o acadêmico já se insira no mercado de trabalho na unidade concedente do estágio.

Art. 3º – A realização do Relatório Final de Estágio tem por objetivo a elaboração de trabalho técnico, onde descreve toda a experiência vivenciada pelo acadêmico durante sua jornada de estágio.

Das modalidades do estágio

Art. 4º – As modalidades de Estágio incluem o Estágio Curricular Obrigatório e o Estágio Curricular Não-obrigatório.

I. O Estágio Curricular Obrigatório é o momento de vivência profissional. Tem por objetivo facilitar a futura inserção do estudante no mercado de trabalho, promovendo a articulação e a transição da Instituição de Ensino com o mundo do trabalho, facilitando a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional. Deverá ser cumprido por acadêmicos no último período do curso, em um total de 380 horas conforme previsto na Resolução CNE/CSE Nº 11 de 11 de março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Educação Física. Sua avaliação se dará mediante apresentação dos resultados obtidos e das experiências vivenciadas durante o estágio.

II. O início das atividades de estágio somente poderá se dar mediante a liberação da COE do Curso. Sendo que, os estágios previstos para iniciarem durante o último ano letivo deverão ser autorizados documentalmente pela coordenação de estágios até o final do semestre anterior, para que seja definido o orientador, bem como o plano de trabalho pelo orientador para a organização do estágio do acadêmico;

III. O estágio Curricular Não-Obrigatório, também reconhecido como estágio profissionalizante é uma modalidade de estágio na qual o aluno é estimulado a realizá-lo de acordo com as oportunidades que o mesmo venha a ter. Poderão ser realizados por alunos do primeiro ao nono período do curso, desde que estejam devidamente matriculados, podendo ser realizados inclusive nas férias escolares, devendo a faculdade, através da COE, estar ciente do fato. Tal acompanhamento é fundamental, para que as medidas de proteção legais do aluno sejam garantidas;

IV. Os estágios curriculares não-obrigatórios serão computados somente para fins de integralização de carga horária de atividade complementar.

Das áreas do estágio

Art. 5º Tanto os estágios Não Obrigatórios quanto o Estágio Curricular Supervisionado podem ser realizados na área escolar. A disposição de qualquer instituição de oferecer estágio a alunos do Curso, uma vez aprovada pela Coordenação do Curso, será firmada em Termo de Cooperação celebrado entre essa instituição, doravante denominada Instituição Concedente de Estágio, e a Faculdade, onde poderão estar incluídas normas complementares a este Regulamento.

I. Os estágios devem ser diversificados objetivando o conhecimento de diferentes campos de atuação do Licenciado em Educação Física.

Das Competências

Art. 6º – Compete à Faculdade:

- I. Designar o Orientador do Estágio;
- II. Firmar o Termo de Convênio com a Instituição Concedente de Estágio.

Art. 7º – Compete ao Professor Orientador:

- I. Orientar o Estagiário na elaboração do Plano de Estágio;
- II. Orientar o Estagiário no desenvolvimento de suas atividades;
- III. Avaliar a atuação e o aproveitamento escolar dos estagiários sob sua orientação.
- IV. Participar das reuniões convocadas pela Comissão de Estágio e/ou solicitá-las sob sua orientação
- V. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Regimento.

Art. 8º – Compete ao aluno estagiário:

- I. Conhecer o Regimento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física e o Regimento de Trabalho de Curso;
- II. Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à disciplina do Estágio Curricular Supervisionado, estabelecidas nos Regimentos acima citados;
- III. Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à Disciplina;
- IV. Comparecer às reuniões convocadas pelo Orientador do Estágio;
- V. Apresentar ao seu Professor Orientador, nos prazos estabelecidos, os documentos relativos ao Estágio que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;
- VI. Cumprir fielmente as atividades previstas no seu Plano de Estágio, justificando as alterações impostas pelas circunstâncias;
- VII. Buscar orientação junto ao seu Professor Orientador ou Supervisor de Estágio, sempre que necessário;
- VIII. Apresentar o seu Relatório de Estágio conforme o especificado no Regimento de TC.
- IX. Comunicar sua ausência, por escrito, a COE no caso de interromper o Estágio Curricular Supervisionado;
- X. Submeter-se às avaliações previstas e solicitar, se couber, revisão dos resultados obtidos;

XI. Encaminhar para o professor orientador a ficha de avaliação do local do Estágio Curricular Supervisionado e a Ficha de Frequência.

XII. Apresentar sugestões que possam contribuir para superar as situações-problemas, bem como a melhoria da qualidade do Estágio Curricular Supervisionado;

XIII. Cumprir as disposições do convênio firmado com a Instituição ou Propriedade Concedente do Estágio;

XIV. Zelar pelos equipamentos e materiais da Faculdade, dos demais locais onde realizar o Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 9º – Compete à Instituição Concedente de Estágio:

I. Firmar o Termo de Cooperação com a Faculdade;

II. Atribuir ao Estagiário um Supervisor de Estágio;

III. Oferecer ao Estagiário as condições necessárias para a realização do estágio;

IV. Comunicar por escrito ao Coordenador de Estágio qualquer ocorrência referente à atuação do Estagiário ou à continuidade da realização do estágio;

V. Fornecer ao Estagiário, no tempo devido, a Declaração de Conclusão de Estágio.

Art. 10 – Compete ao Supervisor de Estágio:

I. Acompanhar e supervisionar diretamente as atividades do estagiário na Instituição Concedente de estágio, orientando-o sempre que necessário;

II. Acompanhar a execução fiel do Plano de Estágio, comunicando ao Orientador do Estágio quando assim não ocorrer;

III. Avaliar periodicamente a atuação do estagiário, encaminhando ao Coordenador de Estágio o documento correspondente, na época devida;

IV. Emitir pareceres sobre o trabalho sendo desenvolvido, bem como sobre o Relatório Final de Estágio apresentado pelo estagiário.

Art. 11 - São competências esperadas do acadêmico-estagiário

I. Desenvolver a responsabilidade e a ética com que devem ser encaradas todas as atividades nas áreas de atuação do professor de Educação Física;

II. Aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso relacionando-os com a prática profissional;

III. Conhecer a realidade do mercado de trabalho do educador físico buscando sua integração;

- IV. Posicionar-se profissionalmente em equipes de trabalho, desenvolvendo a interação de trabalho;
- V. Desenvolver capacidade de autocrítica perante sua performance profissional;
- VI. Utilizar adequadamente linguagem técnica específica das áreas em que atua;
- VII. Identificar seus limites e potencialidades no âmbito profissional;
- VIII. Produzir conhecimento a partir da prática profissional.

Da frequência, da avaliação e dos documentos necessários

Art. 12 – A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado é um dos requisitos para a aprovação do aluno. Sendo que o aluno deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio (500 horas). Em caso de falta, o aluno poderá repor até 10% (dez por cento) da carga horária total do estágio, devendo solicitar autorização para a reposição das horas à Coordenação de Estágio e à Coordenação do Curso.

Art. 13 - A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado corresponderá a apresentação final do estágio que valerá (10,0) pontos. Os alunos que obtiverem nota igual ou superior a sete (Sete virgula zero) serão considerados aprovados; e os alunos que obtiverem nota inferior a (7,0) serão considerados reprovados em Estágio Supervisionado, devendo cumprir integralmente a disciplina no semestre seguinte.

Art. 14 – São documentos necessários para registro do Estágio:

- I. Ficha de cadastro do estagiário que conterá as informações pessoais do Acadêmico;
- II. Termo de Cooperação entre as partes (unidade concedente e a IES) estabelecido antes do início do período de estágio, ficando condicionado o início do estágio do acadêmico a este documento.
- III. Termo de aceite do professor-orientador que servirá como comprovação da orientação pelo professor;
- IV. Termo de compromisso, entre acadêmico e unidade concedente, caso esta exija.

Das Disposições Finais

Art. 15 – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, ouvido o Orientador do Estágio em reunião juntamente com Coordenação de Estágio.

Art. 16 – O presente Regulamento entrará em vigor após aprovado pela Coordenação do Curso e homologado pelo Conselho Superior da Faculdade.

1.7 TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso (TC), na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso em educação Física deve ser entendido como um momento de síntese e de expressão da totalidade da formação profissional. O Trabalho de Curso (TC) possui carga horária total de (40 horas), a forma de apresentação, orientação e coordenação estão dispostas no Regimento de Trabalho de Curso, referente ao Curso em Educação Física (Disponibilizado abaixo). O manual de normas técnicas para a produção do Trabalho de Curso (TC), atualizado, está disponível no Regulamento Geral dos Trabalhos de Curso (TC) de Graduação, da. Ademais, os Trabalhos de Curso (TC), aprovados e com nota igual ou maior que 9,0 (Nove virgula zero) estarão disponibilizados para a comunidade acadêmica por meio do repositório institucional acessível pela internet.

O Trabalho de Curso (TC) é um trabalho acadêmico caracterizado como atividade científica na forma de coleta de dados, no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo na área escolhida pelo acadêmico. O TC é elemento obrigatório à formação dos acadêmicos regularmente matriculados no último semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física, correspondendo ao relatório de atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado.

O objetivo geral do TC é a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso; o aperfeiçoamento e a complementação da aprendizagem; o desenvolvimento do acadêmico em âmbito social, profissional e cultural nas áreas de abrangência do curso, proporcionando aos alunos a oportunidade de observar, pesquisar, analisar, sistematizar e interpretar os conhecimentos adquiridos, possibilitando-lhes o domínio das bases norteadoras da profissão e da realidade social. Sua construção é uma etapa

fundamental na formação científica do discente, pois demonstra se ele desenvolveu competências acadêmicas mínimas para a sua atuação profissional após a graduação, além de possibilitar progressiva autonomia intelectual para a educação continuada e permanente.

Em nome da aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao Licenciado em Educação Física, o aluno matriculado no oitavo período do curso deve cumprir obrigatoriamente as exigências previstas no Regimento de Trabalho de Curso, que prevê a apresentação de um projeto de TC, o acompanhamento de um supervisor de estágio, o acompanhamento de orientação por docente da IES, a elaboração de um trabalho escrito contendo relatório de atividades, revisão bibliográfica e relato de caso; a defesa do trabalho perante banca examinadora, apresentação oral e pública, e a divulgação dos resultados do trabalho em meio de comunicação público.

As normas e critérios que regem o desenvolvimento da unidade curricular do TC, bem como a apresentação do trabalho final a banca, são estabelecidos pelo Regimento de Trabalho de Curso aprovado pelo Colegiado de Curso, após deliberação do NDE, e institucionalizado por resolução específica. Também são seguidos os critérios estabelecidos pelo manual de estágios do curso em Educação Física da IES, já que o TC, neste curso corresponde à realização do Estágio Curricular Obrigatório.

1.8.1 REGIMENTO DE TRABALHO DE CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Regimento de Trabalho de Curso de Licenciatura em Educação Física

Art.1º – O Trabalho de Curso (TC) é elemento obrigatório à formação dos acadêmicos regularmente matriculados no último semestre do Curso de Educação Física, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pela Faculdade UCP, vinculado à Coordenação do Curso, doravante Coordenação e regido por esse Regimento.

Parágrafo Único - O acompanhamento do estágio será realizado por um docente da IES doravante denominado Professor Orientador; e por um profissional de nível superior de Licenciatura em Educação Física da Unidade Concedente de Estágio, citado a partir de agora como Supervisor de Estágio.

Art.2º – O Trabalho de Curso (TC), no curso corresponde à realização do Estágio Curricular Supervisionado, a elaboração do relatório do referido estágio e defesa (apresentação oral e pública) do relatório a uma Comissão Avaliadora.

Parágrafo Único O TC deverá ser realizado na(s) área(s) previamente acordada(s) entre o acadêmico e o seu Professor Orientador, segundo as linhas de pesquisa divulgadas pela Coordenação do Curso.

Art.3º – A realização do Trabalho de Curso tem por objetivo a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso; o aperfeiçoamento e a complementação da aprendizagem; o desenvolvimento do acadêmico em âmbito social, profissional e cultural nas áreas de abrangência do Curso e a elaboração de um relatório de estágio segundo as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmico e Científicos da Instituição, com apresentação pública e oral, de forma similar ao exigido em eventos técnico-científicos da área quando da apresentação de trabalhos selecionados para tal.

I – Os trabalhos deverão ser elaborados e apresentados de forma individual.

Art.4º – O acadêmico contará com um Professor Orientador, com experiência profissional na área de concentração do Trabalho, escolhido dentre aqueles que se disponibilizarem para a orientação de Trabalhos de Curso. Cada professor poderá orientar até oito trabalhos.

I - O acadêmico contará também com um Supervisor de Estágio, responsável pela orientação na Unidade Concedente de Estágio, indicado por esta e com formação de ensino superior na área em Educação Física.

II - Para a solicitação do orientador, o acadêmico deverá solicitar, junto à Coordenação de Estágios o Termo de Solicitação de Orientador e encaminhá-lo à Coordenação do curso em prazo determinado.

III - Ocorrendo a solicitação superior ao número máximo permitido ao orientador, serão observados os seguintes critérios:

- A) Média de rendimento de avaliação das disciplinas dos períodos já cursados;
- B) Aceite do Professor Orientador solicitado, via documento Termo de Aceite de Orientação.
- C) Designação da COE.

Art.5º – O relatório do Trabalho de Curso deverá ser apresentado ao final do último período. Somente poderá apresentar o relatório o acadêmico que tiver cumprido a carga horária total prevista para o Estágio Curricular Supervisionado (528 horas).

Art.6º – Compete à Comissão Orientadora de Estágios (COE):

- I -** Aprovar disposições complementares a este Regimento para a realização semestral do Trabalho de Curso;
- II -** Elaborar o cronograma semestral de atividades dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- III -** Designar os Professores Orientadores e respectivos Orientados;
- IV -** Providenciar, junto à Direção da Faculdade UCP, a alocação de carga horária para cada Professor Orientador;
- V -** Providenciar para que nenhum dos Professores Orientadores atenda mais do que oito orientados por semestre;
- VI -** Homologar os Planos de Trabalho e suas alterações, deliberando sobre os casos excepcionais;
- VII -** Homologar os resultados finais dos Trabalhos;
- VIII -** Definir e divulgar critérios e normas complementares a esse regimento para a elaboração, apresentação e avaliação dos relatórios;
- IX -** Publicar os Editais referentes à organização e realização dos Trabalhos;
- X -** Convocar reuniões com os Professores Orientadores sempre que necessário;
- XI -** Organizar e providenciar a realização das defesas dos relatórios;
- XII -** Deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, ouvidos os Professores Orientadores;
- XIII -** Lançar a nota final obtida pelo acadêmico estagiário.

Art.7º – Compete ao Professor Orientador:

- I -** Auxiliar e orientar o acadêmico na elaboração do plano de estágio;
- II -** Manter contato com o orientando, pelos meios possíveis, durante o período de estágio, para colaborar com o bom desempenho do acadêmico estagiário e com o cumprimento do cronograma proposto no plano de estágio;
- III -** Fornecer à Coordenação de Estágios, sempre que lhe for solicitado, informações sobre o andamento dos Trabalhos sob sua orientação;
- IV -** Programar encontros presenciais com o acadêmico durante todo o período de elaboração do TC, caso seja necessário;
- V -** Avaliar, segundo o cronograma, a atuação e o aproveitamento dos acadêmicos sob sua orientação;
- VI -** Participar, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora do relatório, de cada acadêmico sob sua responsabilidade, preenchendo adequadamente a Ata de

Defesa de Trabalho de Curso e o Termo de autorização de publicação com assinatura do autor do Trabalho;

VII - Auxiliar a Coordenação de Estágios nas atividades pertinentes aos Trabalho de Curso, quando solicitado;

VIII - Cumprir e fazer cumprir o Cronograma de Atividades estabelecido, bem como este regimento e suas Normas Complementares;

IX - Vetar, até a data da publicação do calendário das bancas para defesa do Trabalho de Curso, todo trabalho que não for considerado adequado, técnica e metodologicamente, para defesa;

X - Assinar o “Termo de Aprovação” na versão definitiva dos Trabalhos de Curso de seus orientados, dando fé da realização das correções indicadas pela Banca Examinadora.

Art.8º – Compete ao Supervisor de Estágio da Unidade Concedente:

I - Situar o estagiário dentro da estrutura da organização, informando-o sobre as normas internas da empresa e dando-lhe ideia de seu funcionamento;

II – Informar o professor orientador, quando solicitado, sobre o desempenho do estagiário;

III - Comunicar à Coordenação de Estágio sobre qualquer alteração ou interrupção no estágio, provocada pela empresa ou pelo estagiário;

IV - Controlar e informar à Coordenação de Estágio as horas trabalhadas e a assiduidade do estagiário.

Art.9º – Compete ao Orientando:

I -Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à realização do Trabalho de Curso;

II - Elaborar o Trabalho de Curso observando as normas e critérios divulgados pela Coordenação de Estágios;

III - Comparecer às reuniões convocadas pelo seu Professor Orientador;

IV - Apresentar à Coordenação de Estágios, nos prazos estabelecidos, os documentos, relativos ao Trabalho, que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;

V - Cumprir fielmente as atividades previstas no seu Trabalho de Curso, justificando em tempo as alterações impostas pelas circunstâncias;

VI - Buscar orientação junto ao seu Professor Orientador, sempre que necessário;

VII - Submeter-se às avaliações previstas;

VIII - Entregar à Coordenação de Estágios, em data agendada em edital, três cópias do seu Trabalho de Curso;

IX - Apresentar o seu relatório em sessão pública, submetendo-a à Comissão Avaliadora estabelecida para avaliação;

X – Entregar, em até 15 dias após a defesa, duas cópias da versão definitiva em capa dura de seu Trabalho e uma cópia de *CD- ROM*, trabalho com nota igual ou superior a nove (Nove vírgula zero);

XI -Coletar as assinaturas dos integrantes da banca, no “Termo de Aprovação”, dando fé da realização das correções indicadas pela Banca Examinadora, na versão definitiva do Trabalho de Curso.

Art.10 – O sistema de avaliação do TC abrangerá os itens: avaliação das atividades de estágio a partir da apresentação oral e escrita.

I – Cumprimento da carga horária total;

A - A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado é um dos requisitos para a aprovação do acadêmico. Sendo que o acadêmico deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio;

B - Em caso de falta, o acadêmico poderá repor até 10% (dez por cento) da carga horária total do estágio, devendo solicitar autorização para a reposição das horas a COE;

C - O controle de horas trabalhadas durante o estágio será realizado mediante o cadastro das horas na ficha de frequência, fornecida ao supervisor de estágio designado pela Unidade Concedente.

II. A avaliação do estágio é composta pela avaliação do TC, compreendida na nota da parte escrita e apresentação oral e pública do mesmo;

A - Os acadêmicos que não cumprirem com a entrega do TC na data pré-estabelecida em edital, terão 1,0 (um) ponto reduzidos da sua avaliação total, tendo um prazo adicional, improrrogável, de 24 horas para a entrega do TC. Sendo que a não entrega do TC até o final das 24 horas adicionais acarretará na reprovação do acadêmico.

B - Os membros da Comissão Avaliadora atribuirão notas de zero (Zero vírgula zero) a 6,0 (Seis vírgula zero) ao TC (escrita).

C - Os membros da Comissão Avaliadora atribuirão notas de zero (Zero vírgula zero) a 4,0 (Quatro vírgula zero) à apresentação oral do acadêmico.

D - A nota final da avaliação do estágio será obtida pelo média aritmética da nota atribuída ao Trabalho de Curso – escrita- (peso seis) e à apresentação oral (peso

quatro), levando-se em consideração o número de avaliadores da Comissão Avaliadora.

E - Os acadêmicos que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) na avaliação final devem proceder a reapresentação oral e do relatório de estágio perante a comissão avaliadora, após as devidas correções, em prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio.

F - No caso da reapresentação do relatório de estágio, a nota final da avaliação interna será obtida pela média aritmética da nota atribuída à primeira avaliação e da nota atribuída à reapresentação.

Art. 11 - Conforme comentado anteriormente, a nota final do TC será obtida pelo somatório das notas atribuídas à avaliação do TC (peso 6,0) e da Apresentação Oral (peso 4,0) de acordo com a fórmula a seguir:

Nota atribuída ao TC: $[(\text{avaliador 1} + \text{avaliador 2} + \text{avaliador 3})/3] = \text{Resultado 1}$

Nota atribuída a AP.ORAL: $[(\text{avaliador 1} + \text{avaliador 2} + \text{avaliador 3})/3] = \text{Resultado 3}$

Nota final do estágio: Resultado 1 + Resultado 2

I. A nota será expressa na escala de 0 (Zero vírgula zero) a 10 (Dez vírgula zero), apurada até a primeira casa decimal sem arredondamento;

II. Nota igual ou superior a 7 (Sete vírgula zero): o acadêmico é considerado aprovado;

III. Nota igual ou superior a 5 (Cinco vírgula zero) e inferior a 7 (Sete vírgula zero): o acadêmico terá que reapresentar o TC com complementações e/ou ajustes sugeridos em prazo estabelecido pela Coordenação Central de Estágio e TC;

IV. Nota inferior a 5 (Cinco vírgula zero): o acadêmico é considerado reprovado;

V. Trabalho de Curso poderá ser considerado APROVADO MEDIANTE CORREÇÕES. Estas correções serão definidas pela banca examinadora do trabalho e o acadêmico (autor) terá 15 (quinze) dias após a defesa para entregar a versão definitiva (capa dura), já com as correções apontadas.

Art. 12 – O acadêmico reprovado em Trabalho de Curso deverá realizar integralmente um novo trabalho no semestre em que a disciplina for ofertada.

Art. 13 – A qualquer momento antes da Colação de Grau, caso seja colocada em dúvida a autoria do TC apresentado pelo acadêmico, a Faculdade UCP promoverá a

instauração de sindicância e caso seja comprovada a fraude, o acadêmico será considerado reprovado na elaboração do Trabalho de Curso, sem direito de pedir revisão ou recurso, independentemente dos resultados das avaliações parciais.

Art. 14 – Na época devida a Coordenação de Estágios divulgará a composição das Bancas Examinadoras.

- I. Cada Comissão Avaliadora será composta por três vagas, sendo uma delas obrigatoriamente será do Professor Orientador e este na qualidade de Presidente da Banca, outras duas vagas para professores do corpo docente da IES e uma quarta vaga, esta facultativa, para professores convidados de outras instituições;
- II. A vaga facultativa somente poderá ser composta mediante avaliação da COE;
- III. O funcionamento de cada Comissão Avaliadora será organizado pela COE, que definirá os procedimentos necessários com vistas a promover a imparcialidade e a uniformidade na atuação de seus integrantes quando da avaliação dos TC's.

Art. 15 - O presente Regimento entrará em vigor depois de aprovado pela Coordenação do Curso e homologado pelo Colegiado do Curso em Educação Física..

Art. 16 - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Coordenação de Estágios em conjunto com a Coordenação do Curso em Educação Física da Faculdade UCP.

1.8.2 MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS DE CURSO

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão disponibilizados na biblioteca da IES por meio de uma cópia impressa e um CD para divulgação eletrônica do trabalho, segundo critérios de segurança estabelecidos pela própria biblioteca.

A divulgação eletrônica também será realizada no site da biblioteca da Instituição.

Trabalho com notas acima de 9,0 (Nove vírgula zero) deverão realizar a impressão em capa dura e apresentar ficha catalográfica fornecida pela biblioteca da instituição.

1.8.3 DOSSIÊ: MODELOS DE DOCUMENTOS RELACIONADOS AO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E TRABALHO DE CURSO (TC)

O Estágio Curricular Supervisionado, ocorre de maneira condizente com as DCNs, além do Regimento Interno do Curso em Educação Física. Abaixo o dossiê necessários para realização do Estágio Curricular Obrigatório (A) e Trabalho de Curso (B).

A- *Estágio Curricular Obrigatório*

Anexo I- Dados para o Convênio



CADASTRO PARA CONVÊNIO

Nome fantasia da empresa:	
Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição do Produtor:
Endereço:	
CEP:	E-mail:
Fone: () ()	Whatsapp:()
Nome do representante legal da empresa:	
CPF:	RG:
Nome do profissional da empresa com formação em Engenharia Agrônoma	
CPF:	RG:
REGISTRO EM CONSELHO (CREA):	
Nome do profissional da empresa com formação em Medicina Veterinária	
CPF:	RG:
REGISTRO EM CONSELHO (CRMV):	

Anexo II- Termo de Convênio



TERMO DE CONVÊNIO nº XX

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP, mantida pela UB UCP Educacional S.A., com sede na Av. Universitária s/nº, Pitanga/PR, CEP 85.200-000, fone/fax: (42) 3646 5555, doravante denominada UCP, neste ato representada pela Diretora Geral, Professora Jane Silva Böhner Taques e, de outro lado EMPRESA (nome) _____, CNPJ _____, localizada avenida _____, nº _____, Centro, CEP _____, doravante denominado _____ neste ato representando pelo _____,

Pelo presente instrumento, tendo de um lado, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP, mantida pela UB UCP Educacional S.A., com sede na Av. Universitária s/nº, Pitanga/PR, CEP 85.200-000, fone/fax: (42) 3646 5555, doravante denominada UCP, neste ato representada pela Diretora Geral, Professora Jane Silva Böhner Taques e, de outro lado EMPRESA (nome) _____, CNPJ _____, localizada avenida _____, nº _____, Centro, CEP _____, doravante denominado _____ neste ato representando pelo _____, têm entre si justo e acertado o presente Convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre a UCP e a EMPRESA _____, nas áreas de atuação e interesse comuns.

1.2. O programa de cooperação acadêmica aqui estabelecido e regulamentado será tão amplo quanto for necessário ou desejável, incluindo a realização de estudos e pesquisas, docência, consultorias, conferências, publicações, cursos e programas de treinamento, realização de estágios e quaisquer outras atividades julgadas de interesse ou de conveniência pelos partícipes.

1.3. Os projetos e atividades específicas que farão parte deste programa serão definidos em "TERMOS ADITIVOS", os quais se tomarão partes integrantes do presente CONVÊNIO, neles se estabelecendo, da maneira mais detalhada possível, os objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos.

1.4. Poderão ser assinados tantos "TERMOS ADITIVOS" quantos forem os projetos e atividades considerados de interesse ou conveniência por ambos os partícipes,



dentro do objetivo geral aqui definido, embora distintos, pela sua natureza, em função dos objetivos específicos a serem atingidos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPES

2.1. As responsabilidades dos partícipes encontram-se descritas neste instrumento e serão complementadas nos "TERMOS ADITIVOS".

2.2. Os partícipes garantirão um ao outro, o estabelecido neste CONVÊNIO e em seus "TERMOS ADITIVOS", não assumindo quaisquer outras responsabilidades, salvo na hipótese de um partícipe ocasionar ao outro, por culpa, danos patrimoniais.

2.3. É responsabilidade de cada partícipe assegurar-se de que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e atividades previstos neste CONVÊNIO e seus "TERMOS ADITIVOS" conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas e nos respectivos "TERMOS ADITIVOS".

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO

3.1. Os coordenadores deste CONVÊNIO serão designados de comum acordo entre os partícipes, cabendo-lhes supervisionar e gerenciar a execução dos trabalhos em conformidade com o previsto neste CONVÊNIO.

CLÁUSULA QUARTA - DOS TERMOS ADITIVOS

4.1. Para cada projeto desenvolvido dentro dos objetivos do presente CONVÊNIO, será assinado um "TERMO ADITIVO", que descreverá, em detalhes, o referido trabalho.

4.2. A descrição de que trata o item anterior conterá, pelos menos, os seguintes sub-itens:

- a) Justificativa e objetivos do trabalho;
- b) Nome(s) do(s) Executor(es) responsável(ais) pela supervisão e gerência do trabalho;
- c) Descrição das etapas do desenvolvimento do trabalho, com detalhamento dos resultados a serem apresentados ao final de cada etapa;
- d) Prazos de execução dos trabalhos, datas de início e de término de cada uma das etapas;



- e) Discriminação dos recursos humanos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho;
- f) Requisitos técnicos, administrativos e de suporte necessários para o desenvolvimento do trabalho;
- g) Orçamento e fonte dos recursos e definição do índice de reajuste dos valores orçados, quando for o caso;
- h) Cronograma de desembolso dos recursos;
- i) Eventuais restrições de uso e divulgação de documentos, informações, programas, equipamentos e demais bens ou elementos postos à disposição dos partícipes para a execução do trabalho;
- j) Cláusulas específicas relativas à extinção, suspensão ou interrupção do trabalho estabelecido no "TERMO ADITIVO";
- k) Outros pormenores que se fizerem necessários para a perfeita execução do trabalho no "TERMO ADITIVO".

4.3. O "TERMO ADITIVO" só se tornará válido depois de aprovado pelos órgãos competentes da UCP e EMPRESA, assinado pelos representantes legais dos partícipes e pelos Executores dos trabalhos nele previstos.

4.4. A alteração de um "TERMO ADITIVO" só se fará mediante outro "TERMO ADITIVO".

4.5. A extinção, suspensão ou interrupção do trabalho previsto em um "TERMO ADITIVO" não prejudicará os trabalhos de outros "TERMOS ADITIVOS".

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, DENÚNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

5.1. O presente CONVÊNIO terá duração até 31.12.2025.

5.2. Este CONVÊNIO poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por vontade dos partícipes ou de um deles, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e rescindido por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste instrumento ou nos "TERMOS ADITIVOS".

5.3. No caso de rescisão, havendo pendências, ou trabalhos em execução, os partícipes definirão, por intermédio de um Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e de todas as demais pendências, inclusive os empréstimos ou comodatos, aos direitos autorais e de



propriedade dos trabalhos em andamento, bem como às restrições ao uso de bens e à divulgação de informações colocadas à disposição dos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não forem resolvidas administrativamente.

Assim, os partícipes assinam o presente CONVÊNIO, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Pitanga, ____ de _____ de 20__

Profª Jane Silva Böhner
Diretor Geral da UCP

nome
EMPRESA

Testemunhas:

1) _____
nome

2) _____
nome

Anexo III-Termo Aditivo



TERMO ADITIVO Nº 01/2019

Conveniados:

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP, mantida pela UB UCP Educacional S.A., com sede na Av. Universitária s/nº, Pitanga/PR, CEP 85.200-000, fone/fax: (42) 3646 5555, doravante denominada UCP, neste ato representada pela Diretora Geral, Professora Jane Silva Bühner Taques.

E, de outro lado _____
 rua _____, município de _____, CEP _____
 doravante denominado _____, neste ato representando por
 _____, portador do CNPJ (CPF): _____ e inscrito
 no RG: _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Fica aditivado o Termo de Convênio, de comum acordo entre as partes, para cumprimento da finalidade que se propõe, qual seja a promoção do acesso e manutenção de alunos no Ensino Superior.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O objeto do presente Convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios de acadêmicos dos cursos ofertados pela Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP.

2.2 Para fins deste Convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação nos cursos acima mencionados, conforme dispõe a Lei 6494/77, Decreto 87.497/82, Lei 8859/94, Resolução CNE/CEB nº 01 de 21/01/2004, Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e demais legislações pertinentes;

2.3 Os estágios obrigatórios terão carga horária semanal de trabalho e duração de acordo com as normas dos Regulamentos Internos dos Cursos/Áreas, obedecida à legislação em vigor, devendo estas informações, estarem explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio;

2.4 Os estágios não obrigatórios terão carga horária semanal de até 30 horas.

2.5 O prazo de realização do estágio obrigatório e não obrigatório terá vigência mínima de um semestre, podendo ser renovado por até mais três semestres letivos, não podendo ultrapassar cinco anos.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS FACULDADES

Compete à Faculdade Conveniada:

- 3.1 Encaminhar os estagiários aos conveniados sempre com observância das normas estabelecidas pelas partes convenientes;
- 3.2 Firmar os Termos de Compromisso de Estágio, como interveniente, por intermédio das respectivas Coordenações de Estágios dos Cursos, com a anuência da Direção Geral;
- 3.3 Indicar se constatada a necessidade, os candidatos à substituição de estagiários.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- 4.1 Conceder estágios ao pessoal discente da Faculdade nos termos da Legislação vigente e das disposições deste Convênio;
- 4.2 Fixar o número de vagas pelas áreas de formação e informar a Faculdade para a devida divulgação, recrutamento e encaminhamento;
- 4.3 Selecionar os estagiários dentre os acadêmicos encaminhados pela Faculdade;
- 4.4 Informar à Faculdade sobre o desempenho dos estagiários;
- 4.5 Designar um orientador no local de trabalho, para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- 4.6 Formalizar o estágio através de Termo de Compromisso firmado com o estagiário, com a imprescindível intervenção da respectiva Faculdade;
- 4.7 Indicar à Faculdade, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;
- 4.8 Assegurar local próprio de trabalho, promover políticas de integração social e mecanismos que visam preservar a vida e à saúde do estagiário.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BOLSAS DE ESTÁGIO

- 5.1 O estágio obrigatório não será remunerado.
- 5.2 O pagamento da Bolsa de Estágio, quando for concedida, será efetuado pela EMPRESA
- 5.3 Os estudantes admitidos como estagiários, não terão qualquer vínculo empregatício com a EMPRESA (nome), conforme dispõe a legislação em vigor.



CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DA RESCISÃO

O presente TERMO ADITIVO terá duração por prazo indeterminado e, poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Elege-se pelo presente, o foro da Comarca de Pitanga para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

Por estarem de acordo, as partes firmam este Instrumento em (02) duas vias de igual teor, na presença de (02) duas testemunhas.

Pitanga, de de 20__.

Jane Silva Bühner Taques
DIREÇÃO GERAL DA UCP

nome
EMPRESA

1ª. Testemunha: _____

2ª. Testemunha: _____

Anexo IV- Termo de Compromisso de Estágio



3

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Que entre si fazem as partes a seguir nominadas: como instituição CONCEDENTE de estágio, a _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, como ESTAGIÁRIO o(a) acadêmico(a) _____, RG nº _____, aluno(a) matriculado(a) no _____ período do CURSO DE _____, da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, mantida pela UB-UCP EDUCACIONAL, INTERVENIENTE neste instrumento, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.206.468/0001-00, com sede e foro à Av. Universitária, s/no., Linha Cantu, nesta cidade de Fátima/PR, neste ato representado pela sua Diretora Geral, Professora Jane Silva Bühner Tagher, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O ESTÁGIO de que trata este instrumento não se caracteriza como vínculo empregatício entre a CONCEDENTE e o ESTAGIÁRIO.

Parágrafo Primeiro - O Coordenador de Estágio, responsável pela disciplina no CURSO, responderá pela INTERVENIENTE junto à CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - A carga horária de ESTÁGIO, a ser cumprida pelo ESTAGIÁRIO, deverá ser integralizada em no mínimo dois e máximo de quatro meses de atividades junto à CONCEDENTE, as quais deverão ser discriminadas no Plano de Estágio a ser elaborado pelo ESTAGIÁRIO, conforme disposto no REGULAMENTO. O Estágio será realizado no período de 03/02/2020 a 03/07/2020 não ultrapassando a jornada diária de 6 horas e 30 horas semanais.

Parágrafo Primeiro - Para o acompanhamento, supervisão e orientação das atividades a serem realizadas pelo ESTAGIÁRIO, a CONCEDENTE colocará à sua disposição um Supervisor de Atividades.

Parágrafo Segundo - A INTERVENIENTE colocará à disposição do ESTAGIÁRIO um Professor Orientador, que o orientará no cumprimento das suas atividades de elaboração do Trabalho Final de Estágio, bem como o avaliará, nos termos do REGULAMENTO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O ESTAGIÁRIO compromete-se através deste a manter sigilo absoluto das informações e dados da CONCEDENTE nos quais tiver acesso, somente deles fazendo uso com a finalidade exclusiva do desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao ESTÁGIO.

CLÁUSULA QUARTA - O ESTAGIÁRIO sujeitar-se-á aos regimes técnico-administrativo e disciplinar que lhe forem estabelecidos pela chefia do órgão da CONCEDENTE no qual esteja realizando o ESTÁGIO, não cabendo interferência da INTERVENIENTE com relação às decisões disciplinares ou administrativas que a CONCEDENTE venha a adotar.

CLÁUSULA QUINTA - São motivos para a rescisão automática deste Termo de Compromisso: a) o descumprimento do convencionado neste instrumento, por qualquer das partes; b) a interrupção das atividades empresariais da CONCEDENTE; c) o desligamento do ESTAGIÁRIO como aluno do curso.

Parágrafo Único - Poderá ainda haver a rescisão deste instrumento por decisão de qualquer das partes, a ser comunicada e justificada por escrito às demais, no prazo de 48 horas após a decisão, cabendo ao Coordenador de Estágio a decisão sobre concessão ou não de nova oportunidade de ESTÁGIO ao ESTAGIÁRIO no mesmo período letivo.

CLÁUSULA SEXTA - A INTERVENIENTE manterá seguro para o acadêmico quando se tratar de estágio curricular obrigatório. A apólice de seguro está firmada com Centauro Vida e Previdência S.A sob o número 0982.01.001028, vigente até 30 de outubro de 2020, com renovação anual.



4

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo de Compromisso reitera que os estágios curriculares foram viabilizados por intermédio da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

E por acharem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias de igual teor, que servirão para os mesmos fins, elegendo de comum acordo o foro da Comarca de Pitanga - PR para dirimir as dúvidas que deste possam suscitar.

PITANGA-PR, 29 de janeiro de 2020.

CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO

INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS

Orientador de Atividades

Professor Orientador

B- Trabalho de Curso

Para a elaboração do Trabalho de Curso, os acadêmicos utilizam as experiências profissionais, desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado. Assim, ambos trabalhos estão correlacionados no tema e tempo de duração.

Anexo I- Termo de Aceite do Orientador



TERMO DE ACEITE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, _____, professor do curso de Engenharia Agrônoma, venho por meio deste, informar à Coordenação de Estágio do Curso, que aceito orientar o acadêmico abaixo citado em seu Estágio Curricular Obrigatório.

Acadêmico Orientado: _____

Pede deferimento.

Pitanga - PR, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor

Anexo II- Termo de Responsabilidade do Acadêmico**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO ACADÊMICO**

FACULDADE UCP

ORIENTADOR :
ACADÊMICO:
LOCAL DE ESTÁGIO:

Eu _____ declaro estar
ciente do Regimento Interno do Estágio obrigatório do Curso de Engenharia
Agrônoma da Faculdade UCP, bem como dos prazos estabelecidos e das penalidades
no caso de não cumprimento dos mesmos, concordando com os termos estabelecidos.

Pitanga, ____ de _____ de 20__.

ACADÊMICO_____
COORDENADOR DA CENTRAL DE ESTÁGIO E TC

Anexo III- Declaração de Conclusão de Horas

EM PAPEL TIMBRADO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o acadêmico do Curso de Engenharia Agrônoma da Faculdade UCP, _____, realizou atividades pertinentes ao Estágio Curricular Obrigatório, nas dependências da _____, no período de _____ à _____, sob orientação interna do(a) _____, perfazendo uma carga horária total de _____ horas.

_____, de _____ de _____.

Supervisor

Anexo IV- Ficha do Avaliador – Supervisor de estágio



FICHA PARA AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO AVALIAÇÃO PELO SUPERVISOR DE ESTÁGIO (CARÁTER RESERVADO)

Nome do Estagiário: _____
 Empresa/Entidade na qual estagiou: _____
 Endereço: _____
 Área do Estágio: _____
 Período: ____/____/____ a ____/____/____
 Total de Horas: _____ horas
 Supervisor Responsável pelo Estágio: _____
 Função na Empresa/Entidade: _____

Avaliação através de notas, 0 a 10, obtendo-se o total como nota final.

ASPECTOS PROFISSIONAIS	NOTA
QUALIDADE DO TRABALHO: Considerar a qualidade do trabalho tendo em vista o que seria desejável.	
ENGENHOSIDADE: Capacidade de sugerir, projetar, executar modificações ou inovações.	
CONHECIMENTO: Uso e integração de conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas.	
ESPÍRITO INQUISITIVO: Disposição que o estagiário demonstra para aprender.	
CUMPRIMENTO DAS TAREFAS: Considerar o volume das atividades cumpridas, dentro do padrão razoável.	
INICIATIVA: Demonstrada para desenvolver suas atividades por conta própria.	
ASPECTOS HUMANOS	NOTA
ASSIDUIDADE: Cumprimento do horário de estágio e ausência de faltas.	
DISCIPLINA: Observância das normas e regulamentos internos da Empresa/Entidade.	
SOCIABILIDADE E COOPERAÇÃO: Facilidade de integração com os colegas e ambiente de trabalho, bem como disposição para cooperação.	
SENSE DE RESPONSABILIDADE: Zelo pelo material, equipamentos e bens colocados à sua disposição.	
TOTAL:	

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTAGIÁRIO (não obrigatório preenchimento)

Assinatura e Carimbo do Supervisor Responsável: _____
 Data: _____

Anexo V – Declaração de Entrega do Trabalho de Curso



DECLARAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TC PARA A COMISSÃO AVALIADORA

A Coordenação Central de Estágio e TC da Faculdade UCP declara que o(a) acadêmico(a) _____, regularmente matriculado no curso de _____, entregou o seu Trabalho de Curso intitulado _____, em três vias, para fins de avaliação da Comissão Avaliadora no prazo previamente estipulado.

Pitanga, ____ de _____ de 20__.

Acadêmico

Coordenação do Curso

Coordenação Central de Estágio e TC

1 INTRODUÇÃO

Parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

A introdução tem como função estabelecer a significância do seu trabalho. Pode apresentar uma breve sentença de “descobertas” ou contribuições a partir de outros trabalhos já publicados, dando ao leitor uma ideia de onde o artigo pretende chegar. De modo geral, a introdução de um artigo deve contemplar: o assunto objeto do estudo, o ponto de vista sob o qual o assunto foi abordado, trabalhos anteriores que abordam o mesmo tema, justificativa que levaram a escolha do tema, o problema da pesquisa, a hipótese do estudo, e por fim o objetivo pretendido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ou REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem como objetivo fundamentar a pesquisa, a partir de uma “ampla” revisão bibliográfica do assunto abordado, mostrando a evolução da pesquisa na área pretendida, “o estado da arte”, citando os trabalhos clássicos priorizando publicações científicas, principalmente dos últimos 10 anos.

As citações deverão seguir a Norma NBR 10520 da ABNT, preferencialmente na forma de citações indiretas, excetuando-se casos, em que um conceito e/ou lei deverá ser citada, porém não caberá uma interpretação momentânea.

3 METODOLOGIA ou MATERIAL E MÉTODOS

Esta seção tem como objetivo fornecer detalhes suficientes de como o trabalho foi conduzido, a fim de possibilitar sua reprodutibilidade, ou seja, que outras pessoas possam repetir o estudo. Para tal, três questões devem ser respondidas. Onde? Quando? E como o trabalho foi conduzido.

A metodologia do estudo de caso pode caracterizar-se como sendo de natureza qualitativa, quando se trabalha com variáveis que expressam a opinião e a ideia sobre determinado fator que se deseja avaliar. Acho que dá pra detalhar mais aqui, de como escrever esta seção quando for um trabalho qualitativo.

Já a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela necessidade de verificar hipóteses previamente formuladas e identificar ou não a existência de relações entre variáveis. Tal

processo de coleta de dados prioriza números ou informações que possam ser quantificados. Esses dados, após coletados e processados, são analisados e interpretados utilizando-se de recursos Estatísticos, validando ou não a(s) hipótese(s) formulada previamente. Portanto, quando o estudo de caso for de natureza quantitativa, o material e métodos deverão contemplar os itens abaixo relatados.

- A metodologia deve ser redigida em forma de texto contínuo e não na forma de tópicos, numa sequência lógica de redação e deve contemplar:
- Descrição do local de execução do projeto (Onde e Quando?)
- Descrição do plano experimental (entrevista, amostragem, observação, etc.), as variáveis a serem analisadas, bem como apresentar o software utilizado na análise estatística dos dados (Como?).
- No material e métodos é necessário ter cuidado com a descrição do tipo “o procedimento foi adaptado de Silva (1998)”. Neste caso, é importante informar primeiramente qual foi a adaptação realizada (mudou a concentração de algo, ou o tempo de exposição etc.), senão não será possível saber o que foi adaptado. Em segundo lugar, quando se faz este tipo de citação o autores devem ter certeza que o trabalho de Silva (1998) é acessível a toda comunidade científica, inclusive a internacional, o que requer que esteja no idioma inglês.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado é uma importante parte do artigo, o qual servirá como base norteadora de toda a discussão. Os autores devem ressaltar os aspectos mais importantes do seu trabalho, atraindo a atenção do leitor, principalmente, com resultados apresentados na forma de tabelas, figuras, gráficos e etc., aliado a descrição dos resultados no texto. Não existe um único padrão para apresentação dos dados (gráfico ou tabela), a forma pelo qual os dados serão apresentados é escolhida pelos autores do trabalho, em relação ao contexto do artigo.

A formatação para tabelas e ilustrações em geral devem seguir as normas descritas nos itens 1.6 e 1.7.

Juntamente com a apresentação dos principais resultados, os autores deverão comparar seus achados com os resultados já publicados, evitando citá-los apenas porque existem, devendo usá-los a medida que forem necessários.

A discussão dos resultados baseia-se num texto argumentativo, onde os autores do artigo tem como objetivo principal “conversar” com o leitor no sentido de convencê-lo de que seus resultados são valiosos, interpretando os resultados de seu estudo e validando cada parte de seus achados que, ao final, conduzirão o leitor a perceber a validade de suas conclusões gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui você irá apresentar a(s) conclusão(ões) obtida(s) no seu trabalho *de novo*, porém deverá ressaltar apenas a(s) conclusão(ões) fundamental(is), sendo desnecessário divulgar a importância econômica, ecológica, social de seu estudo. Deve-se limitar as conclusões centrais embasadas no achado que obteve durante seu trabalho.

6 AGRADECIMENTOS

Este espaço é destinado aos agradecimentos de quem lhe ajudou e não é co-autor do artigo. Além disso, não esqueça de agradecer a instituições de fomento, como CNPq, Capes, Fundação Amucária, entre outras, se durante o desenvolvimento do seu trabalho, foi contemplado com bolsa de fomento à pesquisa.

7 REFERÊNCIAS

As referências devem ser redigidas conforme normas estabelecidas no item 3 deste manual.

3.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária é uma das funções sociais das Instituições de Ensino Superior, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social, fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares, garantindo, assim, os valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade UCP (PDI) prevê que o desenvolvimento da Instituição está diretamente ligado à comunidade que a cerca, o que faz com que o processo de institucionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam diretamente relacionadas às comunidades que dão corpo e abrangência à IES.

O Curso de Educação Física, junto à IES, desenvolve atividades de extensão que visam a aproximação dos acadêmicos à realidade local e regional tangendo pelo desenvolvimento sustentável via práticas extensionistas efetivas e transformadoras. A Instituição, em sua ampla constituição, desenvolve, há mais de dez anos, projetos de extensão que, além do processo de aprendizagem, promovem desenvolvimento social, cidadania, responsabilidade social e ambiental, inovação e empreendedorismo.

Como parte da política de extensão, as propostas de atividades levam em consideração, sempre, cinco modalidades de extensão a seguir:

I. **Cursos de Extensão:** são aqueles ministrados que respondem a demandas, atendidas, ou não, pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação. Esses cursos podem ser predominantemente presenciais.

II. **Eventos:** são atividades de curta duração como: palestras, seminários, exposições, congressos, entre outras, que contribuem para a disseminação do conhecimento. Destacam-se os Simpósios de cada grande área da Instituição, os quais são recorrentes e programáveis a cada ano.

III. **Projetos de Extensão Continuados:** têm como objetivos o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino. São projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo, podendo ser renovados no ano seguinte, mediante solicitação encaminhada à Secretaria Geral de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

IV. **Programas especiais, ou regimes especiais:** preveem a realização contínua, ou inovadora de disciplinas presentes nas matrizes curriculares dos cursos, as quais poderão ser aproveitadas nos cursos de graduação da Instituição, após solicitação formal, por parte do aluno, aos colegiados. Servem, também, como processo de nivelamento e reenquadramento das disciplinas.

V. **Programas permanentes:** são empreendimentos que se caracterizam por uma organização estável e por disponibilizar a divulgação científica, artística e cultural tendo a sociedade e várias comunidades atendidas no transcorrer do ano letivo.

Assim, a IES desenvolve, de forma plena e consistente, os projetos de extensionistas dentro das grandes áreas do conhecimento que abarcam os cursos de graduação da Instituição.

Todos os projetos de extensão têm seu enquadramento em uma das modalidades de extensão prevendo o encaixe da proposta em uma das quatro áreas temáticas a seguir:

a) **Acadêmico:** Busca realizar ações de melhoria institucional, no que diz respeito à formação dos docentes e discentes e sociedade.

b) **Cultural:** Tem o propósito desenvolver ações de valorização e disseminação do conhecimento na IES e nas comunidades ao seu entorno demais segmentos da sociedade.

c) **Científico:** Busca promover ações de desenvolvimento técnico-científico de relevância acadêmica e social na resolução de problemas sociais.

d) **Responsabilidade social:** Realizar ações que conduzam ao desenvolvimento e a conscientização da comunidade com relação aos valores da ética e da sustentabilidade, promovendo uma sociedade mais justa, cidadã e ativa.

São Programa de Extensão institucionalizados:

- ✓ UCP Social – Área social
- ✓ UCP Verde – Área ambiental
- ✓ UCP Cultura e Arte – Área artística e cultural

A Instituição tem desenvolvimento e envolvimento de todos os seus cursos de graduação, em projetos extensionistas que envolvem as modalidades e temáticas, dentro do Programa de Extensão, no qual são cadastrados os projetos de extensão.

Na busca pela integração e expansão do conhecimento e das práticas constantes, a IES desenvolve os seguintes projetos:

a) Projeto “UCP na Comunidade” se enquadra na modalidade de Programa Permanente, na temática Responsabilidade Social, em qual todos os seus cursos de graduação desenvolvem atividades de orientação, a partir de estudos realizados em sala de aula e em aulas práticas às comunidades ao em torno da instituição. O foco é desenvolver processos de orientações e acompanhamentos ao que tange à saúde, ao direito do consumidor, ao empreendedorismo e inovação, à agricultura familiar, cuidados básicos com animais de pequeno e grande porte, à alimentação saudável e cuidados com atividades físicas, discussões e enfrentamento contra *bullying*, suicídio e depressão.

b) Projeto “Mulheres em Diálogo”, desenvolvido pelo curso de Direito, dentro da modalidade de Projetos de Extensão Continuados, na área temática de Responsabilidade Social, que tem por finalidade informar e empoderar as mulheres da região, não somente no dia 8 de março, mas constantemente.

c) Projeto “Campanha Publicitária do Curso de Administração para o Vestibular”, desenvolvido pelo curso de Administração, enquadra-se na modalidade de Evento, na área temática Acadêmica e Cultural, abrange os acadêmicos do curso, os colocando a frente de dificuldades encontradas pelo administrador no desenvolvimento de suas funções gerenciais, trabalhando com estratégias de promoção por meio da publicidade e da propaganda. Praticando as ações publicitárias de marketing no mercado. Os acadêmicos dos quatro períodos durante 40 dias buscam vender espaços de publicidade e fechar parcerias junto às empresas da região para divulgarem suas marcas e o curso de administração durante a campanha do vestibular da IES.

d) Projeto “Startup Garage”, desenvolvida pelo curso de Administração, em parceria com o Sebrae Paraná e com os demais cursos de graduação e pós-graduação da Instituição, enquadra-se na modalidade Programas Especiais, na área temática Acadêmica, e busca incentivar os acadêmicos na criação e desenvolvimento de novas ideias e negócios, dando suporte e capacitação para os projetos inovadores de alta tecnologia.

e) Projeto “Coleta de Recicláveis” desenvolvido pelos Cursos da UCP enquadra-se na modalidade de Programa Permanente, na área temática de Responsabilidade Social - Programa UCP Verde, em conjunto com o Núcleo de Meio

Ambiente da Instituição, os acadêmicos trabalham com o desenvolvimento da conscientização permanente sobre o descarte correto do lixo eletrônico junto a todos os cursos da Instituição, bem como frente à comunidade local e regional, disponibilizando bags para a coleta do lixo.

f) Projeto “Horta Comunitária”, desenvolvido pelo curso de Engenharia Agrônômica, enquadra-se na modalidade Programas Permanentes, na área temática Científica, o objetivo do projeto é incentivar, orientar e acompanhar o cultivo em hortas nos colégios públicos.

g) Projeto “Descarte Doméstico Correto dos Medicamentos”, enquadra-se na modalidade Programas Permanentes, na área temática Científica, o objetivo do projeto promover orientações por meio de arrecadação de medicamentos vencidos, palestras e panfletos em Colégios, Empresas, Associações de Bairros, Clubes de serviço e outros segmentos da sociedade. Além de estar inserido nos projetos de extensão promovidos pelo Núcleo de Políticas Ambientais da IES; na iniciação científica e em atividades complementares e projetos sociais.

Essas são algumas das atividades de Extensão realizadas pelos cursos de graduação da Instituição. Todas as atividades de extensão são apresentadas/divulgadas na página da IES, bem como nos murais disponíveis na Instituição, sendo constantemente atualizadas. Cabe, também, ao responsável pela atividade sua divulgação.

A interação entre Instituição e comunidade é plena em cada projeto extensionista, funcionando como um processo de construção e ampliação do conhecimento, fazendo com que a comunidade, a localidade e a região possam crescer e se desenvolver em todas suas instâncias, frentes e áreas. A realidade é colocada em jogo, frente os estudos teóricos de sala de aula, por isso a proposição de atividades que envolvam, sempre, a sociedade e o conhecimento apreendido pelo estudante é que fazem movimentar o desenvolvimento sustentável e eficiente. É assim que a Faculdade UCP trabalha com extensão, levando em consideração seu Programa Extensão Universitária.

No entanto a IES atende a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta. No curso de Educação Física, a incorporação dessa resolução até o mínimo necessário de 10% da carga horária total do curso (3200 horas) para extensão e dessa forma afirma-se como processo acadêmico definido e efetivado em

função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multidisciplinares, interdisciplinares, transdisciplinares e interprofissionais.

O projeto de extensão do curso de Educação Física se denomina Vivência Profissional e está fundamentado em 5 grandes eixos (ou áreas). A extensão universitária engloba todas as atividades promovidas por instituições de ensino superior destinadas à interação entre ela e a comunidade na qual está inserida, promovendo a troca, a socialização e a democratização do conhecimento. Portanto este projeto tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos de Educação Física uma formação profissional e humana que vai além da formação técnica e instrumental, e sim que atenda as demandas imediatas de processos produtivos, organizativos e econômicos.

1.9.1 REGIMENTO DA VIVÊNCIA PROFISSIONAL

Da caracterização

Art. 1º – Um programa de extensão universitária engloba todas as atividades promovidas por instituições de ensino superior destinadas à interação entre ela e a comunidade na qual está inserida, constituindo uma ponte permanente entre a universidade e a sociedade. Elas ultrapassam o âmbito específico do ambiente acadêmico, sendo abertas ao público como disciplina integrante da matriz curricular do Curso de Educação Física, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pela Faculdade de Ensino Superior de Centro do Paraná, a seguir referenciada simplesmente como IES, regida por esse Regimento e pela Legislação Superior.

I. A Coordenação de extensão é composta pela Pró reitoria de Pesquisa e Extensão, pelo Coordenador do Curso de Educação Física; por dois professores do curso de Educação Física, os quais serão os responsáveis diretos pela orientação dos acadêmicos durante a extensão;

II. A extensão está, fundamentado na resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 a qual regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº13.000/2014, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior se caracteriza como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino

superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa..

Dos objetivos

Art. 2º – A vivência profissional proporciona ao aluno a prática relacionada às diferentes disciplinas apresentadas durante o Curso e tem como objetivo:

I. Facilitar a adaptação social e psicológica à futura atividade profissional com o desenvolvimento e/ou acompanhamento de atividades que promovam a interdisciplinaridade, experiência acadêmico-profissional, o questionamento, a competência técnico-científica e o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, facilitando assim a futura inserção do estudante no mercado de trabalho e promovendo a melhoria do ensino, com a ampliação do espaço acadêmico, relacionando dinamicamente teorias e práticas e gerando oportunidade de avaliação curricular.

II. Propiciar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

III. Propiciar a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

IV. Propiciar a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

V. Propiciar articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 3º – A realização do Relatório Final da vivência profissional tem por objetivo a elaboração de trabalho técnico, com a qualidade exigível de um Trabalho de Graduação nas áreas de abrangência da Extensão.

Art. 4º – Os acadêmicos aptos a realizarem a vivência profissional são aqueles regularmente matriculados no 6º período do curso e que estejam com suas obrigações acadêmicas devidamente cumpridas até o 6º período do curso, ou seja, não possuir dependências e nem adaptações a serem cursadas no semestre de estágio.

Das áreas da vivência profissional

Art. 6º – A vivência profissional deverá ser realizada em uma propriedade caracterizada como a promoção da saúde, a qual o aluno tenha facilidade de acesso.

I. A IES apresentará uma declaração de solicitação do desenvolvimento da vivência profissional.

II. O aluno deverá coletar assinatura em documento de autorização e ciência da realização da atividade de vivência profissional e divulgação da pesquisa, fotos e resultados.

Das competências

Art. 7º – Compete à IES:

I. Designar o Orientador para vivência profissional;

II. Apresentar Regimento de vivência profissional; e manual de normas técnicas para a elaboração do relatório final da extensão.

Art. 8º – Compete ao Professor Orientador:

I. Orientar o acadêmico na elaboração diagnóstico;

II. Orientar o acadêmico de como obter as informações para realização do diagnóstico;

III. Avaliar a atuação e o aproveitamento do acadêmico durante a execução da vivência profissional sob sua orientação.

Art. 9º – Compete ao aluno em período de vivência profissional:

I. Conhecer o regimento de vivência profissional do curso de Educação física;

II. Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à disciplina de vivência profissional, estabelecidas no Regimento;

III. Cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes às Disciplinas;

IV. Comparecer às reuniões convocadas pelo Orientador da vivência profissional;

V. Apresentar ao seu Professor Orientador, nos prazos estabelecidos, os documentos relativos a vivência profissional que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;

VI. Cumprir fielmente as atividades previstas no cronograma de atividades, justificando as alterações impostas pelas circunstâncias;

VII. Buscar orientação junto ao seu Professor Orientador ou Supervisor de vivência profissional, sempre que necessário;

VIII. Apresentar o seu Relatório de vivência profissional conforme o especificado no Regimento de acordo com o manual de normas técnicas da extensão.

IX. Formalizar por meio de formulário uma equipe composta por 2 alunos os quais são cientes e responsáveis pela formação e não desmembramento do grupo, ou seja, os alunos deverão ir até o final da disciplina de vivência profissional com a mesma formação inicial.

Art. 10º – Compete à Concedente da vivência profissional:

I. Autorizar em documento assinado a realização da atividade de vivência profissional e a divulgação da pesquisa, fotos e resultados.

II. Oferecer ao Estagiário as condições necessárias para a realização da vivência profissional;

III. Comunicar por escrito ao Coordenador de Extensão qualquer ocorrência referente à atuação do acadêmico ou à continuidade da realização da atividade de vivência profissional;

Art. 11º - São competências esperadas do acadêmico em vivência profissional:

I. Desenvolver a responsabilidade e a ética com que devem ser encaradas todas as atividades nas áreas de atuação do profissional de educação física;

II. Aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso relacionando-os com a prática profissional;

III. Posicionar-se profissionalmente em equipes de trabalho, desenvolvendo a interação de trabalho; bem como habilidades emocionais e de gestão de equipes.

IV. Desenvolver capacidade de autocrítica perante sua performance profissional;

V. Utilizar adequadamente linguagem técnica específica das áreas em que atua;

VI. Identificar seus limites e potencialidades no âmbito profissional;

VII. Produzir conhecimento a partir da vivência profissional.

Da frequência, da avaliação e dos documentos necessários

Art. 12º – A frequência integral nas atividades de Extensão é um dos requisitos para a aprovação do aluno. Sendo que o aluno deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para a extensão (vivência profissional 384 horas) estará inserido na matriz curricular no 6º período. Em caso de falta, o aluno poderá repor até 10% (dez por cento) da carga horária total da extensão, devendo solicitar autorização para a reposição das horas à Coordenação do Curso.

Art. 13º - A avaliação da vivência profissional corresponde a avaliação do Relatório na forma escrita e da socialização dos resultados, ou seja, organização do evento de socialização e apresentação dos resultados, a avaliação será realizada pelos professores orientadores. Na disciplina os alunos que obtiverem nota igual ou superior a sete serão considerados aprovados; os alunos que obtiverem nota igual ou superior a cinco e inferior a sete deverão reapresentar o relatório de estágio com complementações e/ou ajustes sugeridos ou reapresentar os resultados, no prazo estabelecido pela Comissão Orientadora da vivência profissional; e os alunos que obtiverem nota inferior a 5 serão considerados reprovados, devendo cumprir integralmente a disciplina no semestre seguinte.

Art. 14º – São documentos necessários para registro da vivência profissional:

- I. Declaração da IES;
- II. Termo de Autorização pela empresa;
- III. Formalização da Equipe;
- IV. Ficha de Frequência.

Do trabalho de conclusão de vivência profissional

Art. 16º - O Trabalho de Conclusão de vivência profissional, no Curso de Educação Física corresponde a realização da vivência profissional, a elaboração do relatório da referida vivência profissional e apresentação oral e pública do relatório a comunidade. A caracterização, as normas e os critérios para redação, bem como a organização do trabalho são estabelecidos pelo Manual de normas técnicas - extensão, demais disposições a respeito do trabalho de vivência profissional estão descritas no Regimento de Trabalho de vivência profissional.

Das disposições finais

Art. 17º – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, ouvido o Orientador de vivência profissional em reunião junto a Pró reitoria de pesquisa e extensão.

1.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares integram os currículos do Curso de Educação Física, conforme determinação das DCNs, e complementam a formação dos estudantes de maneira geral e específica. Quanto à complementação da formação geral e específica, estas ocorrem por meio da participação do acadêmico em Eventos, Palestras, Simpósios, Congressos, Seminários, os quais podem abordar tanto as temáticas de conhecimentos gerais, que se relacionam com a vida em sociedade e constantes no PPC, como também as temáticas pertinentes à formação específica, contemplada no PPC, a qual também pode ser vislumbrada nos Cursos de Extensão.

A participação nestes eventos pode ocorrer tanto no âmbito da IES quanto no âmbito externo. O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná prevê que as atividades complementares que computarão na integralização do currículo dos acadêmicos de cada curso da IES serão estruturadas de acordo com modalidades previstas na Resolução nº 59/2019 (<https://ucpparana.edu.br/institucional/publicacoes-legais/>), disponível no sitio da IES, constituindo-se, dessa forma, em um instrumento de regulação das atividades complementares. Por outro lado, é possível realizar a gestão e o aproveitamento destas atividades por meio do sistema operacional utilizado pela IES. Pois, ao realizar o protocolo, na Central de Atendimento, das declarações de participações nas atividades complementares, logo em seguida, o acadêmico poderá visualizar o aproveitamento das horas quanto à sua participação nas respectivas atividades.

Da mesma forma, o Coordenador de Curso também poderá efetuar a gestão destas horas, referente a cada acadêmico e, de forma inovadora e exitosa, verificar o aproveitamento dessas atividades por meio do acesso ao sistema operacional da IES. As atividades complementares têm por objetivo enriquecer seus conhecimentos por meio da flexibilização e do prolongamento temático e interdisciplinar, facultando ao aluno traçar uma trajetória pessoal e autônoma. A execução de atividades

complementares aprimorara a formação acadêmica, tendo em vista o tripé Ensino – Pesquisa – Extensão, enriquecendo a formação do corpo discente de acordo com a particularidade de seus objetivos, aptidões, habilidades, competências, preferências e carências; permitindo-lhes aprimorar a interligação entre a academia e a prática profissional, bem como mais uma via para o desenvolvimento científico da instituição; além de aproximar a IES do seu papel social, inclusive implementando a inclusão social por intermédio de elaboração e desenvolvimento de projetos sociais, de pesquisa científica, ensino e extensão.

A IES, por meio de articulações entre Coordenação de Cursos e/ou Orientadores de Atividades Complementares e Sociais, organiza e promove projetos, atividades e eventos, viabilizando oportunidades para o pleno cumprimento das Atividades Complementares e Sociais dos acadêmicos em seus respectivos cursos.

A IES segue três linhas de ação:

- Quando a IES propõe a atividade.
- Quando a COMUNIDADE propõe a atividade.
- Quando o ACADÊMICO propõe a atividade.

O acadêmico do Curso de Educação Física deverá ao longo de sua formação, cumprir 140 horas de Atividades Complementares e 60 horas de Atividades Sociais, totalizando 200 horas aula de atividades extracurriculares dessa natureza para integralização do curso.

A Faculdade UCP, por meio do curso de Educação Física, ciente de que a experiência acadêmica não se restringe aos bancos escolares, oferece ao acadêmico um currículo que prevê a realização, além das disciplinas optativas, de Atividades Complementares e Sociais, a fim de flexibilizar o currículo do Curso, propiciando aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Estas atividades baseiam-se em propostas para a consolidação dos conhecimentos adquiridos, objetivando a sua progressiva autonomia intelectual do acadêmico; colocando-o diretamente em contato com as várias linhas de conhecimento na área de ciências da saúde e especificamente na área em educação física.

Dentre as atividades complementares a serem realizadas pela Instituição destaca-se o programa de Iniciação Científica, a Monitoria e os Grupos de Estudos. A Iniciação Científica realiza-se com a execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa; ou ainda com

planos de trabalho, em que a pesquisa do aluno se integre a um projeto mais amplo desenvolvido por professores. O evento de Iniciação Científica é regido por regulamentação própria e abrange todos os cursos da IES.

Os “Grupos de Estudos” são formados por membros da comunidade externa, acadêmicos e professores-orientadores e têm por principal objetivo a produção de conhecimento científico e o incremento do processo de aprendizagem. Os professores interessados na orientação de um Grupo de Estudos apresentam um Projeto à Coordenação Acadêmica, indicando o tema da pesquisa, a metodologia que será adotada nos trabalhos, o número máximo de alunos integrantes e a forma de avaliação adotada. A integralização das horas de atividade complementar dos alunos com aproveitamento no Grupo de Estudos será automática e determinada pela Coordenação Acadêmica à Secretaria.

A monitoria discente tem por objetivo proporcionar ao aluno um contato mais próximo com realidade acadêmica, dando-lhe oportunidade de participar mais diretamente da rotina pedagógica de seu curso e das atividades de iniciação à pesquisa, além de estabelecer uma relação de maior colaboração entre o corpo discente e docente.

1.10.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E SOCIAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ (UCP)

As normas e critérios que regem o desenvolvimento das Atividades Complementares, suas divisão em contribuição social (geral) e complementar (específica) ao discente, são estabelecidos pelo Regulamento das Atividades Complementares e Sociais dos Cursos de Graduação da Faculdade UCP aprovada pelo Colegiado, após deliberação do NDE, e institucionalizado por resolução específica- Resolução 59/2019.

1.11 APOIO AO DISCENTE

A Faculdade UCP mantém políticas que garantem o bom atendimento a seus alunos, de forma que estes, considerados como sujeitos e centros do processo educativo desenvolvido na Instituição, possam encontrar as melhores condições para

construir ou aperfeiçoar seu projeto pessoal e profissional. Nessa perspectiva, o apoio ao discente da IES engendra ações que tem como finalidade o acolhimento e a permanência dos discentes, contemplando acessibilidade metodológica, perscrutando diversas formas de ensino aprendizagem, pois, o Curso de Educação Física da IES compreende que há diversas formas de aprender e que nem todos aprendem ao mesmo tempo e da mesma maneira.

Além disso, a IES proporciona outros mecanismos que convergem para o acolhimento e permanência do discente, como por exemplo, a monitoria discente, o nivelamento, a intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o apoio psicopedagógico e convênios de intercâmbios nacionais e internacionais. Ademais, a IES promove outras ações, as quais são exitosas e inovadoras em muitos aspectos. Dentre estas ações destacam-se: O acompanhamento do Egresso, Incentivos à Iniciação Científica, Incentivos as atividades de Extensão, programa de equivalência/adaptação e políticas de incentivos financeiros. Logo, os acadêmicos recebem orientação administrativa, pedagógica e profissional em procedimentos institucionalizados e em programas de acompanhamento, acolhimento e estímulo para a sua permanência na IES.

Dentre os programas institucionais de acompanhamento, acolhimento, apoio e/ou estímulo para a permanência do acadêmico, são oferecidos:

- **CENTRAL DO ACADÊMICO:** que tem como objetivo dar suporte para que o acadêmico tenha sempre respostas rápidas e seguras, dentro do contexto acadêmico. Executa importante papel no acolhimento e permanência acadêmica.
- **CENTRAL DE APOIO ACADÊMICO:** criado com a finalidade assessorar alunos com apoio psicopedagógicos, relacionados à aprendizagem, comunicação ou socialização.
- **INTERMEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS:** relacionamento com empresas, efetivando convênios de cooperação para execução de estágios obrigatórios supervisionados e não obrigatórios remunerados.
- **ACESSIBILIDADE FÍSICA:** recursos físicos e serviços de apoio especializado a fim de que o discente tenha condições de interagir socialmente no sentido de, conforme suas possibilidades, ingressar no mercado do trabalho.
- **NIVELAMENTO:** Os cursos de nivelamento são oferecidos sempre que novas turmas sejam formadas para os semestres letivos.

- **MONITORIA ACADÊMICA:** a Faculdade UCP possui programa de monitoria discente para incentivo da prática docente e de iniciação à pesquisa. Ambos regidos por regulamento próprio.
- **PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS:** todos os colegiados da Instituição possuem representação discente.
- **INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO DISCENTE:** a Instituição possui política de incentivo a participação discente em eventos internos e externos, além de ofertar diversos cursos de formação aos seus acadêmicos.
- **INICIAÇÃO CIENTÍFICA:** a Faculdade UCP incentiva seus discentes a participarem das ações de iniciação científica por meio de projetos próprios, grupos de estudos e eventos de iniciação científica. Além disso, mantém ativas revistas institucionais para divulgação da produção discente e docente.
- **DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÕES DOS ALUNOS:** através de caderno de resumos de trabalhos aprovados em Iniciação Científica e publicação de artigos na revista institucional Trivium.
- **ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA:** uso de tecnologia e inovação respeitando as condições de aprendizado individuais dos discentes.
- **INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL:** o programa de internacionalização institucional contempla convênio com escola de idiomas (Wizard), que oferece bolsas de estudo e desconto na realização de cursos de língua estrangeira para estudantes, funcionários, técnico-administrativo e professores da IES; além de prospecção de alunos estrangeiros para estudar na IES, a qual pode ofertar disciplinas como Língua Portuguesa.
- **INICIATIVAS DE INTERCÂMBIO:** convênios com instituições de ensino, fechando acordos para programas semestrais ou de curta duração, com objetivo de proporcionar experiência para os estudantes, professores e funcionários, por meio de vivência transcultural e educacional.
- **ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS:** a Faculdade UCP possui um programa de acompanhamento de egressos, primando pela manutenção do relacionamento de seus egressos com a instituição. Há o fornecimento de qualificação, formação continuada, inclusive, oportunidades de emprego.

- **FORMAÇÃO CONTINUADA:** embora aberto a todos os profissionais da comunidade, é dirigido especialmente a egressos de seus cursos, com o objetivo de propiciar-lhes constantes oportunidades de aprofundamento e atualização.
- **APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E À PRODUÇÃO DISCENTE**
- **ATIVIDADES CULTURAIS:** A IES promove diversas atividades de integração acadêmica, entre elas: confraternizações, jogos, feiras, concursos, entre outros.

Além disso, é disponibiliza atendimento e apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes por meio de bolsas de estudo e financiamentos internos, com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos, visando à inclusão social e neste caso, minimizar as dificuldades financeiras encontradas pelos acadêmicos devidamente matriculados.

Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, oportunizando inclusão e permanência no meio acadêmico. O programa é dividido nas seguintes categorias, considerando as abrangências de cada uma delas:

- a) Bolsas de estudos;
- b) Incentivos financeiros;
- c) Financiamentos.

Há normatização para o Programa de Incentivos Financeiros, no qual fica claro que são Bolsas de Estudos da Instituição:

- a) **Programa Universidade para Todos (Prouni):** Programa do Governo Federal que concede bolsas integrais ou parciais de estudo, conforme procedimento próprio realizado por meio de legislação específica a qual a Faculdade UCP se enquadra, tendo, no rol dos seus cursos de graduação, bolsas a serem preenchidas ao início de cada ano letivo;
- b) **Bolsa Futuro UCP:** concedido com o objetivo de que o acadêmico não interrompa seus estudos e é concedida em forma de desconto parcial nas mensalidades de acadêmicos que não tem condições de custear as mensalidades integralmente;

- c) Bolsa Estágio CIEE: a partir do convênio realizado com a Central de Integração Empresa-Escola (CIEE) a instituição encaminha acadêmicos para a realização de estágios nas áreas do curso de graduação, ou pós-graduação;
- d) Bolsa de Monitoria: a partir das necessidades dos cursos de graduação e pós-graduação, por meio de processos próprios de seleção, os acadêmicos poderão se inscrever para o Programa de Monitoria Acadêmico-Científica da Instituição;
- e) Bolsa de Iniciação Científica: por meio da participação de grupos de estudos, nas diversas áreas do conhecimento.

São Incentivos Financeiros da Instituição:

- a) Indicação de aluno: ao indicar pessoas para estudarem na Instituição, os acadêmicos a partir do primeiro período de curso, terão 5% (cinco por cento) de desconto por indicação, sendo de forma acumulativa até chegar a 100% (cem por cento);
- b) Pontualidade: os acadêmicos que pagarem suas mensalidades até dia oito de cada mês, terão percentual de até 15% (quinze por cento) de desconto na mensalidade, sendo que o percentual varia de um curso para outro;
- c) Melhor aluno: os acadêmicos com maiores rendimentos em seus cursos, receberão, na solenidade de colação de grau, bolsa integral para cursar pós-graduação na UCP, em conformidade com os parâmetros apresentados pelos gestores do programa;
- d) Desconto Familiar: acadêmicos com parentes em primeiro grau estudando na instituição terão descontos nas mensalidades, conforme resolução institucional;
- e) Funcionário e Professores: os funcionários e professores terão descontos nas mensalidades para estudarem na Instituição, em conformidade com o Regulamento de Capacitação Permanente da Instituição, tanto em cursos de graduação, como de pós-graduação;
- f) Programa Siga em Frente: prevê o desconto na mensalidade para formados em cursos Técnicos de nível médio nas áreas afins do curso de graduação.

São Financiamentos da Instituição:

- a) Programa de Financiamento Estudantil (FIES): programa do Governo Federal, que financia dentro de prazos específicos, as mensalidades do curso, de forma parcial ou

integral a partir de demandas próprias e regulações específicas do próprio Governo Federal, oferecido pela Instituição por manter um ótimo padrão de seu IGC;

b) Mensalidade Flex: é um programa que tem por objetivo facilitar o pagamento das mensalidades dos novos acadêmicos, os quais, ao aderirem ao programa, poderão parcelar até 50% da sua mensalidade. O estudante pagará durante a realização do curso 50% do valor, após formado terá até cinco anos para pagar os outros 50%, sem juros.

c) Programa Estude: prevê a redução de até 50% da semestralidade durante a realização do curso. Depois de formado, o acadêmico continuará quitando os outros 50% de acordo com o valor atualizado da mensalidade.

1.11.1 APOIO A PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Focando o ideal estabelecido nas diretrizes institucionais da Instituição e atendendo as expectativas de aprendizagem para a formação do egresso do curso, mantém-se em atualização constante o processo de atenção aos discentes.

Para tanto, a coordenação do curso e a direção da IES dão suporte ao corpo discente na aquisição e promoção do saber, além dos processos educacionais desenvolvidos em salas de aula, através de apoio financeiro (subsidiando transporte para eventos correlatos, patrocinando materiais de divulgação de eventos, entre outras) e apresentação de trabalhos de iniciação científica. A Instituição disponibiliza transporte e assegura o acompanhamento dos alunos a congressos, visitas técnicas, seminários, simpósios, bem como os incentiva a participarem de programas de iniciação científica.

Quanto as políticas de estímulo á difusão das produções acadêmicas, a IES têm consciência da importância do incentivo à produção acadêmica como meio de fortalecimento do ensino, da extensão e da investigação científica. Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

- I. Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- II. Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos;
- III. Apresentação de TCs a bancas examinadoras;
- IV. Realização do Encontro de Iniciação Científica, anualmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes,

em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos, sustentabilidade e da acessibilidade;

V. Projeto Semana Cultural, com calendário anual de eventos culturais e artísticos;

VI. Manutenção das Revistas Institucionais (físicas e online);

VII. Apoio a grupos de estudo que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;

VIII. Apoio aos docentes e discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;

IX. Promoção de eventos próprios para divulgação dos trabalhos realizados pelos docentes e discentes;

X. Realização de Seminários Integradas, anualmente, com a participação de docentes e discentes;

XI. Realização do projeto Ciclo de Palestras, que leva a comunidade minicursos, palestras e seminários sobre temas diversos;

XII. Inserção no Plano de Carreira docente da produção acadêmica como quesito de avaliação para promoção na carreira.

Desta maneira, a Instituição possui devidamente implantada, uma política de apoio à realização de eventos internos e externos e da difusão das produções acadêmicas, discente e docente.

1.11.2 APOIO PEDAGÓGICO AOS DISCENTES

Os processos de apoio pedagógico aos discentes iniciam-se em sala de aula. A percepção do professor, aliado ao trabalho dos coordenadores, é base para o apoio pedagógico do acadêmico. Por meio desta identificação e interação, os discentes que apresentarem algum tipo de problema relacionado à aprendizagem, comunicação, conduta ou sociabilização serão encaminhados, em um primeiro momento, para a coordenação do curso. De posse das informações pertinentes, os coordenadores avaliam os fatos e discutem com a coordenação pedagógica os procedimentos a serem adotados.

1.11.3 ATENDIMENTO AO ACADÊMICO: ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A Central de Apoio Acadêmico (CAA) e o Núcleo de Apoio ao Discente (NAD) são órgãos de apoio que tem por premissa acompanhar o discente em conformidade com as diversas atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação da Faculdade UCP, contribuindo para a melhoria do processo de aprendizagem e a interação entre a formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social.

O NAD tem por finalidade, a partir de suas atividades, planejar de forma diagnóstica, por meio de intervenções voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades no processo de aprendizagem, focando o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, com base no perfil do ingressante e do egresso de cada um dos cursos de graduação da IES.

O NAD deverá manter o diálogo e trabalhar em consonância com seguintes órgãos da Instituição:

- Com o Núcleo de Acessibilidade (NAU) quando necessário fazer adaptações a estudantes com necessidades, bem como aprimorar a Instituição para Auxiliar na redução de barreiras estruturais, atitudinais, metodológicas, tecnológicas-digitais, programáticas, pedagógicas e de comunicação, de acordo com as normas da ABNT, bem como o recomendado nas orientações legais de ordem federal;
- Com a Central de Atendimento para que se mantenha informado sobre a situação administrativa dos acadêmicos para acompanhá-los e auxiliá-los no que for necessário, além orientar e apresentar soluções às questões financeiras dos acadêmicos;
- Com as Coordenações de Curso, para que possa auxiliá-las e apresentar os relatórios sobre os acompanhados dos acadêmicos;
- Com Direção e a Coordenação Acadêmica para, traçar objetivos, metas e planos de ações para o acompanhamento dos estudantes;
- Com o Núcleo de Planejamento e Orientação do Ensino Superior para desenvolver processos avaliativos e organizacionais ao que tange ao ensino, pesquisa e extensão.

O NAD terá como objetivos:

- a) Identificar e minimizar as lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento, e recuperação da aprendizagem, oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- b) Acompanhar os acadêmicos ao longo da graduação, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação deste futuro profissional, possibilitando-lhe uma participação efetiva na melhoria da qualidade de ensino, focando a aprendizagem e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes;
- c) Desenvolver mecanismos de acolhimento e acompanhamento do ingresso, a partir do perfil do ingresso de cada curso de graduação da Instituição;
- d) Investir nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- e) Identificar e minimizar os problemas de ordem psicológica, pedagógica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem, por meio de ações de aconselhamento, espaços para reflexão e debate e encaminhamento para clínicas, se for o caso;
- f) Oferecer um acolhimento especial aos alunos novos, ingressantes por processo seletivo ou por transferência viabilizando sua integração ao meio universitário;
- g) Incluir os alunos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas, através de ações específicas;
- h) Disponibilizar serviços de orientação profissional e vocacional, através de visitas, palestras, oficinas, aplicação e análise de testes vocacionais;
- i) Contribuir com o atendimento e dar encaminhamento para o aluno espectro autista. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família;
- j) Orientar os alunos concluintes de cursos de graduação para inserção no mercado de trabalho por meio de oficinas sobre planejamento de carreira, orientações sobre a elaboração do Curriculum Vitae, preparação para entrevista de emprego e outras atividades relacionadas às demandas dos concluintes;
- k) Colaborar com a manutenção do clima de trabalho institucional, através do cultivo da excelência das relações interpessoais;

l) Enfatizar a participação discente no processo de autoavaliação institucional utilizando seus resultados como forma de articulação do apoio que necessitam;

m) Fortalecer a interlocução e participação dos discentes com todos os setores da Instituição.

1.11.4 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

O programa de Orientação Acadêmica destina-se a prestar apoio ao acadêmico, desde o momento de seu ingresso no curso até a sua formatura.

Tem como objetivo principal integrar plenamente o estudante na comunidade e na vida institucional, valorizando-o, apoiando-o e estimulando-o em sua caminhada acadêmica, de forma que ela seja a mais consciente, harmoniosa e produtiva possível. No intuito de atingir seus objetivos, o Programa desenvolve, entre outras, as seguintes ações:

- Publicação do Manual do Aluno;
- Disponibilização do Catálogo da Instituição, segundo legislação vigente;
- Disponibilização do Regimento Interno da Instituição;
- Divulgação de dados e informações relativos a notas e frequência, avisos e editais, com prontidão e de acordo com o calendário acadêmico, se for o caso;
- Manutenção de sistema atualizado de informações na Internet;
- Realização de Semana de Recepção ao Calouro, com atividades orientadas, visando a fornecer informações e orientações, e a promover a interação social;
- Acompanhamento do aluno em todo o seu percurso acadêmico, com discussões e reflexões sobre o seu desempenho, suas possibilidades e potencialidades, e eventuais dificuldades;
- Orientação ao aluno em situação de risco (absenteísmo, baixo rendimento, iminência de jubramento e outras), com os encaminhamentos que se fizerem necessários ou oportunos;
- Orientações diversas sobre as Atividades Acadêmicas Complementares, especialmente em relação a cumprimento de disciplinas e à divulgação de ofertas de eventos dentro e fora da Instituição;

- Orientações diversas para a realização do Trabalho de Curso;
- Orientação na implantação de órgãos de representação estudantil: Diretório Acadêmico e Centros Acadêmicos;
 - Apoio ao funcionamento dos órgãos de representação discente, com a cessão de instalações físicas, móveis e equipamentos;
 - Promoção de programas cívicos, culturais, artísticos e desportivos e apoio aos órgãos de representação discente para promover eventos no gênero;
 - Serviço de intermediação de oportunidades de estágios.

O Programa de Orientação Acadêmica estará a cargo dos seguintes órgãos:

- Conselho Superior, que deve estabelecer as diretrizes e acompanhar a sua efetivação;
- Núcleo de Apoio ao Discente, que deve articular a efetivação e avaliação do Programa;
 - Colegiado de Curso, que orienta seu desenvolvimento no curso;
 - Coordenação de Curso, que deve atender e orientar os alunos de acordo com as diretrizes do Programa, coordenando todas as suas ações no curso.
- Secretaria Acadêmica, que deve fornecer informações e orientações sobre registros acadêmicos, publicar avisos e editais de interesse dos alunos e fornecer documentação solicitada, com eficiência e pontualidade.
- Central Acadêmica que tem como objetivo dar suporte para que o acadêmico tenha sempre respostas rápidas e seguras, dentro do contexto acadêmico, sem despachar assuntos acadêmicos.
- Os professores desempenham importante papel no acompanhamento dos alunos, tanto em questões pedagógicas propriamente ditas, como em outras questões que, embora não se liguem diretamente às relações de ensino-aprendizagem; possam interferir na vida acadêmica, requerendo orientações, sugestões ou encaminhamentos à Coordenação.

Uma boa Orientação Acadêmica exige um trabalho conjunto e integrado, envolvendo principalmente professores e coordenadores de curso, supervisores e coordenador de estágios.

1.11.5 MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Através de atividades especificamente desenvolvidas pelas coordenações dos cursos, todo semestre, são desenvolvidas atividades como Oficinas Instrumentais, Seminários, Seminários pedagógicos com destinação específica de nivelamento dos ingressantes, permitindo melhor aproveitamento didático das disciplinas da matriz curricular.

Adicionalmente, as coordenações de curso oferecem cursos de extensão com base nas avaliações realizadas nas reuniões de colegiado ou a partir das necessidades expressadas pelos acadêmicos junto à coordenação, ao corpo docente ou a direção nas reuniões com representantes de turma.

Ao discutir a emblemática da educação no país, evidencia-se diversos pontos que contribuem para uma formação desigual no contexto educacional. É preciso reconhecer essa variabilidade entre os ingressantes no ensino superior para que ocorra uma organização no desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com esses alunos, e obviamente aos objetivos acadêmicos esperados. Nessa perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da Instituição estão estruturados de modo a contemplarem as diversidades cognitivas dos discentes e, por sua vez, o processo de nivelamento consiste em subsidiar os alunos com conceitos elementares de diversas disciplinas, de maneira que o acadêmico possa obter uma boa base para o restante do curso.

1.11.6 PROGRAMA DE MONITORIA

A Faculdade UCP, no intuito de promover a melhoria de qualidade de ensino e o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à formação docente, manterá, de forma institucionalizada e sistemática, um programa de monitoria.

O programa abrange a realização de apoio em atividades acadêmicas, por alunos previamente selecionados através de processo seletivo próprio, que auxiliam docentes na execução de componentes curriculares dos cursos, realizam atividades de iniciação à pesquisa, iniciação científica ou ainda, atividades complementares. Visa despertar nos alunos de graduação da Instituição, o interesse pelo ensino e a iniciação à pesquisa. Também objetiva assegurar a cooperação discente com o corpo docente nas atividades de ensino.

A atividade de monitoria é parte fundamental da Proposta de Trabalho dos Cursos da IES, complementando a instância do ensino, iniciação à pesquisa e a extensão como elementos que se inter-relacionam. Desta forma, o monitor tem suas atividades voltadas para o ensino, mas a atividade de monitoria também oferece a possibilidade de realizar Iniciação Científica e de trabalhar com a Extensão, através de projetos desenvolvidos pelo professor da disciplina.

Este é fundamentado numa concepção de monitoria como atividade formativa que deve trazer benefícios tanto para os acadêmicos, como para os docentes, estabelecendo situações facilitadoras e enriquecedoras para a relação pedagógica.

1.11.7 PROGRAMA DE EQUIVALÊNCIA/ADAPTAÇÃO

Uma das formas de acesso de alunos ao curso de Educação Física se dará através do processo migratório de outras instituições de ensino, obtenção de Novo Título e recepção de Curso (internamente). Nesses casos após estudo do histórico escolar do candidato o mesmo passa a ser inserido no contexto do curso pelo Programa de Equivalência de Estudo do Curso de Educação Física.

É importante salientar que no Curso de Educação Física o aluno deverá frequentar as aulas das disciplinas de nivelamento de forma presencial caso haja aulas práticas previstas para a referida disciplina.

1.11.8 INCENTIVOS À INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O curso de Educação Física, juntamente com a IES, incentivará periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos. Além disso, a IES edita a Revista Multidisciplinar – TRIVIUM destinada a publicar trabalhos oriundos da comunidade acadêmica.

A IES insere atenção especial em:

- a) identificar linhas prioritárias, baseadas no perfil dos cursos da Instituição e da necessidade de desenvolvimento econômico e social;
- b) interagir com a sociedade, permitindo que as contribuições relacionadas a cada pesquisa possam ser percebidas, utilizadas e aplicadas no meio social;

- c) fomentar a criação de grupos de pesquisa apoiados às linhas de pesquisa prioritárias da Instituição;
- d) criar canais de divulgação dos resultados das pesquisas, notadamente a criação e a manutenção de uma revista de divulgação científica;
- e) estabelecer convênios, associações e contratos com instituições de pesquisa, órgãos de fomento e quaisquer outros organismos institucionais que possam gerar recursos (financeiros ou não) que facilitem a conclusão de pesquisas e/ou que fortaleçam grupos de pesquisa da Instituição;
- f) prover condições de infraestrutura física para que os grupos de pesquisa sejam consolidados.

1.11.9 INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Os acadêmicos têm oportunidade de participar de várias atividades de extensão, desde cursos específicos da área do curso de Educação Física e afins, até atividades que contam com a participação da IES. Estas atividades são apresentadas no relatório semestral de atividades elaborado pela coordenação do curso.

A integração teórico/prática ocorre durante a oferta da parte prática (aulas práticas) do conteúdo acadêmico, e adicionalmente, durante atividades extraordinárias, que são projetos de extensão à comunidade e realização de atividades complementares e sociais, com a participação da IES, os acadêmicos têm a oportunidade de realizarem experimentações da prática profissional.

Sob este aspecto, os objetivos principais são:

- Estabelecer perfis de oferta de cursos de extensão na Instituição, valorizando os perfis de seus grupos de pesquisa;
- Estimular a interdisciplinaridade, colaborando, inclusive com a aliança com outras instituições;
- Aproximar a sociedade regional, através de programas rápidos de capacitação a um custo permissível;
- Humanizar o tratamento do discente, através de programas de apoio pedagógico, médico, odontológico, psicológico e quaisquer outros programas que facilitem a vida acadêmica;
- Propor programas que despertem o senso crítico comunitário, tais como: programas de conscientização ambiental; programas de conscientização política,

programas de conscientização econômica e/ou quaisquer outros que permitam que a Instituição cumpra seu papel social de apoio à sociedade.

1.11.10 POLITICAS DE INCENTIVO FINANCEIRO

A IES possui políticas institucionais de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes por meio de bolsas de estudo e financiamento com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos, visando à inclusão social e neste caso, minimizar as dificuldades financeiras encontradas pelos acadêmicos devidamente matriculados. Os principais incentivos são:

- Indicação de aluno: ao indicar pessoas para estudarem na Instituição, os acadêmicos a partir do primeiro período de curso, terão 5% (cinco por cento) de desconto por indicação, sendo de forma acumulativa até chegar a 100% (cem por cento);
- Pontualidade: os acadêmicos que pagarem suas mensalidades até dia oito de cada mês, terão percentual de até 15% (quinze por cento) de desconto na mensalidade, sendo que o percentual varia de um curso para outro;
- Melhor aluno: os acadêmicos com maiores rendimentos em seus cursos, receberão, na solenidade de colação de grau, bolsa integral para cursar pós-graduação na UCP, em conformidade com os parâmetros apresentados pelos gestores do programa;
- Desconto Familiar: acadêmicos com parentes em primeiro grau estudando na instituição terão descontos nas mensalidades, conforme resolução institucional;
- Funcionário e Professores: os funcionários e professores terão descontos nas mensalidades para estudarem na Instituição, em conformidade com o Regulamento de Capacitação Permanente da Instituição, tanto em cursos de graduação, como de pós-graduação;
- Programa Siga em Frente: prevê o desconto na mensalidade para formados em cursos Técnicos de nível médio nas áreas afins do curso de graduação.

1.11.11 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade UCP considera de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos concluintes de seus cursos. Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa um meio de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, trazendo enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto importante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos tanto por depoimentos, como pela sua inserção profissional, desempenho em concursos, testes seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros.

Tendo essa visão, a Instituição mantém em regulamento próprio e específico a política de acompanhamento do egresso e empenha esforços no sentido de manter os vínculos com todos os egressos de seus cursos, utilizando-se inclusive dos meios eletrônicos, que facilitam o diálogo a distância. Todos são estimulados, por diversas maneiras, a continuar fazendo parte da comunidade acadêmica. Todas as suas contribuições são valorizadas, inclusive com medidas de incentivos e apoio, como permissão de uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos, e outras vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Ressalte-se a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação nesse processo, principalmente da Internet, como elementos facilitadores da manutenção do vínculo com os alunos egressos. A Instituição pretende criar ambientes virtuais de aprendizagem e de intercâmbio de informações e de conhecimentos, como *chats*, listas de discussão e *sites* interativos.

A IES acredita que o acompanhamento do egresso é a forma mais coerente de manter o contato com aqueles que dela saem titulados, não somente realizando pesquisas quantitativas e localizando onde se encontram, mas mantendo-se de portas abertas (biblioteca, laboratórios, etc.), absorvendo grande parte dos egressos em seu quadro de colaboradores, recebendo e encaminhando currículos para empresas da região, promovendo cursos que auxiliem no ingresso de carreiras públicas.

Dentro das políticas específicas ao egresso tem-se:

- Pós-graduação *lato sensu*, destinada para o público de Pitanga e Região, mas que tem enfoque especial a partir da opinião de seus acadêmicos concluintes – portanto futuros egressos – para implantação de novos cursos. Periodicamente a CPA junto à Coordenação de Pós-Graduação, Iniciação a Pesquisa e Extensão, realiza pesquisa de opinião nos períodos concluintes dos cursos da IES. A metodologia da pesquisa segue parâmetro quantitativo, sendo objetivo levantar o interesse dos acadêmicos no ingresso em curso de especialização, bem como a área de maior interesse. No mesmo instrumento é avaliada a necessidade de curso de extensão, seja para aperfeiçoamento ou para atualização, visto que o mercado de trabalho se apresenta cada vez mais volátil e mutante. Outra pesquisa semelhante fica disponível em tempo integral nos meios de comunicação da entidade com a comunidade, especificamente com os egressos. Além da opinião ser relevante, a Instituição prevê incentivo financeiro a seus egressos, concedendo desconto especial para quem se enquadrar nessa condição, independentemente do tempo de conclusão da graduação. O incentivo além de permanente é inesgotável, ou seja, àquele que já realizou uma especialização com incentivo, poderá ingressar em outras com os mesmos descontos e benefícios.

- Extensão, por meio de pesquisas de opinião, pesquisas de mercado e comunicação interativa com a sociedade, a Instituição oferece cursos que possibilitem o aprimoramento tanto da prática profissional, como da teoria e da pesquisa, formando um profissional mais completo, ampliando o conhecimento dos egressos e mantendo os profissionais capacitados, para que respondam de forma qualificada às mudanças do ambiente de trabalho.

- Biblioteca Livre: o egresso da IES fica com seu Registro Acadêmico (RA) ativo por um ano após a conclusão do curso. Essa ativação é mantida para que goze de benefícios que a estrutura física da IES proporciona, em especial o empréstimo de livros.

- Laboratório Livre: O egresso da Faculdade UCP que comprovar documentalmente que está realizando pesquisa vinculado à algum programa legalmente reconhecido de ensino, pesquisa ou extensão de outra instituição, mas que precise/pre tenda desenvolver em partes ou na totalidade suas proposições, poderá protocolar pedido formal, encaminhando ao responsável pelos laboratórios, à Coordenação Acadêmica e a Direção.

- Encaminhamento de Currículos: duas modalidades de encaminhamento de currículos, uma externa, para instituições que estejam cadastradas nos bancos de dados da IES e solicitem o encaminhamento, e outra interna, com o aproveitamento do egresso dentro de seu quadro de colaboradores.

- Encontro de Egressos: a IES promove encontro de egressos. Os encontros são específicos para cada curso, buscando promover a integração entre formados, mapear e levantar os principais temas relativos à área de atuação, bem como formar uma rede de auxílio mútuo, onde IES, egresso e colegas participem ativamente.

- Acompanhamento do egresso: além de todas as políticas integrativas esboçadas retro, a IES conduz, durante o ano inteiro, pesquisa de cunho quantitativo sobre seus egressos através de questionário fechado que busca obter informações que vão desde satisfação com a formação obtida até interesse em estudo continuado.

- A IES trabalha com 04 (quatro) meios de divulgação e contato direto com o egresso no que toca o seu acompanhamento: a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; o coordenador do curso; a Comissão Própria de Avaliação quanto esta busca informações sobre o egresso, cria-se uma forma de divulgação da IES; o setor de Marketing e Comunicação.

- Opinião do mercado em relação ao egresso - grande parte dos egressos são absorvidos pelo mercado local ou regional. Por isso a IES está em contato constante com as empresas, comércio e órgãos públicos de Pitanga e região, para que apontem sua visão sobre o egresso, bem como, acompanhar sua trajetória no mercado de trabalho. Por ser imprescindível essa troca de informações, a IES desenvolve durante o ano todo pesquisas com todos os setores onde estão inseridos os egressos.

Apesar de existir um setor responsável pelo Egresso, qual seja a Comissão Própria de Avaliação (CPA), para otimizar os trabalhos e principalmente ampliar a qualidade na prestação de serviço, foi optado pela setorização do acompanhamento do egresso. Isso significa que houve adoção do modelo sistêmico-hierárquico. Todos os setores são colaboradores na política e se reportam à CPA. Por isso a maior parte das políticas é específica e personalizada.

Cada NDE, junto ao coordenador de curso mantém uma vasta gama de meios para o contato mais direto possível com o egresso, diminuindo assim a distância que

os separa. Do mesmo processo participa a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por estar diretamente ligado às diversas políticas desenvolvidas nessa finalidade específica. Laboratórios, Secretaria Acadêmica, Marketing, Empresa Júnior, Núcleo de Práticas Jurídicas, enfim, todos são parte fundamental no todo orgânico da Política do Egresso. Para algumas políticas a característica egresso é eterna, porém para fins de acompanhamento há um necessário recorte temporal. Sem esse recorte ficaria impossível sustentar a parte operacional.

Dessa forma é considerado egresso para fins de acompanhamento aquele que se encontra entre 01 ano e 03 anos de busca dos dados do egresso, entrado em contato e solicitada a sua participação. Os contatos serão os mais versáteis possíveis, buscando multimeios para obter o maior índice de sucesso possível. São realizados contatos telefônicos, contatos via e-mail, publicação e chamadas no site da Instituição e publicação ostensiva nas redes sociais.

Os resultados obtidos são analisados pelo NDE, criados relatórios para gestão de cada curso, repassados os dados à CPA, que dá ciência aos setores interessados dos resultados tabulados e tratados. Dentro do questionário tem campo específico para o egresso indicar o local onde está trabalhando ou onde permanece inserido. Essa informação serve para dar início a uma segunda política de egresso, qual seja, Opinião do mercado em relação ao egresso.

1.11.12 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A proposta da Faculdade UCP abrange, além da formação inicial, o desenvolvimento de um programa sistemático de educação continuada.

Uma das decorrências da sociedade do conhecimento é o fato de que os cursos de graduação devem romper com os velhos paradigmas calcados no academicismo, na concepção de ensino como transmissão de conhecimentos e informações, mesmo porque diante da rapidez com que se processam as transformações e se multiplicam as informações, tais paradigmas não têm a mínima condição de sustentabilidade.

Com a superação da ideia de um profissional pronto, acabado, a qual, aliás, mesmo no passado, não se sustentava, o ensino de graduação deve pautar-se por uma concepção curricular centrada no aluno em seu processo de construção do saber, envolvendo conhecimentos, hábitos, habilidades e atitudes tais que lhe

assegurem o domínio de conteúdos essenciais e o instrumentalizem a prosseguir autonomamente no seu processo de aprendizagem. Este se prolonga por toda a sua trajetória de profissional, na qual ele deve tanto auto atualizar-se e aprofundar-se pelo estudo, investigação e reflexão, como buscar formas mais sistemáticas e institucionalizadas de aperfeiçoamento.

No intuito de atender a esse aspecto fundamental da formação, a Instituição, além de promover a educação inicial dentro da concepção de ensino voltada para a autonomia intelectual do aluno, oferece um programa de educação continuada. Este, embora aberto a todos os profissionais da comunidade, é dirigido especialmente a egressos de seus cursos, com o objetivo de propiciar-lhes constantes oportunidades de aprofundamento e atualização.

1.12 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do Curso de Educação Física leva em consideração a autoavaliação institucional e o resultado de avaliações externas como fonte para o aprimoramento contínuo da Curso (Conforme descrição abaixo). Pois, os resultados destas avaliações são considerados para o planejamento e gestão do Curso. Da mesma forma, estes resultados são apresentados para a comunidade acadêmica em seminários específicos (conforme descritos abaixo), evidenciando os processos de autoavaliação periódica do Curso (conforme descrição destes processo abaixo).

A avaliação é uma etapa da atividade educativa necessária para averiguar a proficuidade do processo de ensino e de aprendizagem do estudante e do professor. A avaliação apresenta-se também como um elemento importante para a (re)orientação das lacunas do processo educativo e para gerar novas oportunidades de aprendizagem.

Assim, a Avaliação no Curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP, não é entendida como uma atividade isolada, mas sim, como um processo. Logo, por ser entendida como um processo, a Avaliação, se beneficiará de várias atividades pontuais de medição realizadas ao longo dos períodos, e será compreendida como uma atividade contínua, sistêmica, a qual permitirá o diagnóstico dos possíveis fatores de insucesso no decorrer do ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a avaliação é um instrumento que permite orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem e autonomia contínua do aluno. Os dados por ela coletados servem como elementos de reflexão para professores, alunos e instituição. Por isso, necessariamente, ocorrerá em vários momentos e privilegiará os aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do aluno) sobre os quantitativos e favorecerá a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem. O processo de avaliação é previamente exposto ao acadêmico quando da apresentação dos planos de trabalho pelos docentes.

Contudo, além de ser um instrumento de diagnóstico, necessário ao professor e ao aluno, a avaliação permite refletir, comparar ou rever, se necessário, os princípios filosóficos ou metodológicos propostos pelo próprio projeto pedagógico do curso. Para que isso ocorra, é preciso que a avaliação seja um processo contínuo e não pontual, que possibilite o uso de diferentes estratégias e instrumentos.

A IES prevê em seu regimento interno que a avaliação do desempenho escolar é feita por unidade curricular, incidindo sobre a frequência e aproveitamento. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares, competindo ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas e determinar os demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. Será considerado promovido por média o aluno que obtiver, em qualquer disciplina, média das notas bimestrais igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

Além disso, a Instituição estabelece outras formas de avaliação complementar, como a realização de simulados acadêmicos e profissionais. Estes instrumentos permitem traçar diagnósticos sobre a efetiva aprendizagem dos acadêmicos e também sobre suas dificuldades. Por conseguinte, por meio dessas informações sistematizadas é possível desenvolver ações efetivas, as quais contribuem para a melhoria do desenvolvimento intelectual dos discentes.

Dentre os sistemas de auto avaliação adotados, cita-se as reuniões de NDE e de colegiado. Estas reuniões são devidamente registradas em ata própria, devidamente pautadas pela transparência e clareza nas informações nelas contidas. As reuniões acontecem minimamente duas vezes por semestre, podendo ser realizadas em momento oportuno conforme convocação da Coordenação do Curso.

Além disso, a avaliação Institucional é realizada semestralmente, coordenada pela CPA (Comissão Própria de Avaliação, descrita abaixo), considerando o desempenho do corpo docente, a atuação da coordenação do curso, as condições estruturais, as instalações, os serviços e pessoal técnico de apoio, as condições de ensino, o envolvimento da IES com a comunidade, o cumprimento do regimento e das propostas explicitadas no PDI, PPI e PPC.

O conjunto de informações da auto avaliação é suplementado por avaliações de docentes e alunos em reuniões de colegiado e de representantes de turmas. Existe também a escolha de um professor que acompanha de forma mais intensa o desenvolvimento da turma durante o semestre. Este professor atua como uma ponte direta com a coordenação acadêmica para possíveis críticas e elogios que devem ser considerados para melhorias pedagógicas e estruturais.

As informações obtidas na auto avaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação da coordenação do curso e docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação institucional proposta baseia-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. O planejamento da CPA prevê o preparo e a postagem no Sistema e-MEC do relatório de auto avaliação institucional, seguindo as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065. A essa etapa, sucede-se novo trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Esta divulgação é realizada para os alunos na forma de um seminário da CPA, gera uma comprovação material do trabalho de autoavaliação institucional realizada, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, e futuramente pelos resultados do Exame Nacional dos Estudantes viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práticas pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC. Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central

do Aluno, o NAPP e a Coordenação Acadêmica, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor.

1.12.1 ÊXITO – EXAME INSTITUCIONAL DE AUTOAVALIAÇÃO

Anualmente a IES realiza um teste simulado com a participação de todos os períodos de todos os cursos da instituição em seus respectivos turnos. O evento assumiu o nome de Exame Institucional de Autoavaliação (ÊXITO) e, a partir dos resultados obtidos, é possível aferir o desempenho de cada um dos períodos em que o aluno se encontra.

O ÊXITO tornou-se importante ferramenta na gestão da qualidade do ensino uma vez que, aos moldes do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), permite descobrir potencialidades e vulnerabilidades em cada um dos cursos analisados, possibilitando assim a cada um dos coordenadores estabelecer estratégias e atitudes capazes de reorganizar a rotina didático-pedagógica no interesse de aumentar a eficácia do processo.

As questões de prova são elaboradas pelos docentes de cada curso da IES e contemplarão todas as disciplinas da matriz curricular do curso de Educação Física, divididas entre questões de conhecimento geral e específico, discursivas e objetivas elaboradas com o método teoria de resposta ao item. As questões têm o seguinte grau de dificuldade: fáceis (50%); médias (25%); e difíceis (25%) a partir de uma matriz de prova elaborada pelo colegiado de curso. O simulado acontece uma vez ao ano, no 1º semestre e envolve todos os cursos da IES.

Os resultados são analisados pela coordenação de curso e docentes para a verificação das fragilidades e potencialidades, alteração de ementas e conteúdo se for necessário. Os resultados são apresentados a todos os acadêmicos em seminário realizado no auditório da IES ainda no primeiro semestre letivo de cada ano.

1.12.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação - CPA é coordenada por um membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne rotineiramente para discutir as ações realizadas e as que serão adotadas pela Faculdade UCP.

As principais atribuições da CPA estão listadas abaixo:

- Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Conduzir os processos de autoavaliação da Faculdade UCP;
- Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
- Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
- Gerar um relatório final da avaliação interna
- Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

Os membros da Comissão Própria de Avaliação são indicados por seus pares e nomeados por Resolução da Direção Geral.

A Comissão Própria de Avaliação gera um relatório final de avaliação interna para fins de divulgação dos resultados da avaliação à comunidade acadêmica e à sociedade, dado o caráter social da Educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos acadêmicos. Entre outros, é redigido no relatório, os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório gera uma comprovação material do trabalho de auto avaliação institucional realizada, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele estão expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos da Faculdade UCP, no que se referem as dez dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional. Anualmente, até o dia 30 de março o relatório da CPA é postado no Sistema e-MEC.

De acordo com a Lei n. 10.861/2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a IES conta com sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. A CPA tem como finalidade instruir e acompanhar os processos avaliativos da IES, sendo também responsável por construir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. Essas ferramentas permitirão, ainda, que

sejam identificadas áreas problemáticas ou que requerem melhorias. Pautada no cumprimento das metas, como forma de mensurar o que foi possível fazer e se foi feito com a qualidade esperada, a CPA desenvolve um trabalho contínuo pela melhoria de seu processo auto avaliativo, buscando a qualidade do processo de ensinar e aprender.

A auto avaliação é realizada de forma quantitativa e qualitativa, em todos os cursos da IES, a cada semestre, atendendo à Lei do SINAES, que prevê a avaliação de dez dimensões, agrupadas em cinco eixos propostos pela CONAES:

- A) planejamento e avaliação institucional;
- B) desenvolvimento institucional;
- C) políticas acadêmicas;
- D) políticas de gestão;
- E) infraestrutura física.

O processo de avaliação institucional compreende dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na auto avaliação, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam, seguido da construção de um plano de ação que defina os aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização e reconhecimento de curso, e credenciamento e credenciamento da IES. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação, uma vez que discutem a visão que a IES tem de si mesma e apresentam recomendações para o seu desenvolvimento. Além das visitas in loco, e também como componente do SINAES, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) visa contribuir para a permanente melhoria da qualidade do ensino oferecido, fornecendo informações que auxiliam a IES a conhecer e a analisar o perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição. Ao integrar os resultados do Enade aos das avaliações internas, a IES se submete a um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes

tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

A auto avaliação interna é realizada semestralmente pela CPA e além do desempenho do corpo docente, atuação da coordenação do curso, avalia as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC.

O conjunto de informações da auto avaliação é suplementado por avaliações de docentes e alunos em reuniões de colegiado e de representantes de turmas. As informações obtidas na auto avaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação da coordenação do curso e docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação institucional proposta baseia-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. O planejamento da CPA prevê o preparo e a postagem no Sistema e-MEC do relatório de auto avaliação institucional. A essa etapa, sucede-se novo trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Esta divulgação é realizada para os alunos na forma de um seminário da CPA, gera uma comprovação material do trabalho de auto avaliação institucional realizada, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, e futuramente pelos resultados do Exame Nacional dos Estudantes viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práticas pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC.

Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central do Aluno e o NAD, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor. Nessa perspectiva, o processo de auto avaliação da IES é composto por etapas que, de forma encadeada, promovem o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição e dos cursos ofertados:

sensibilização, execução da auto avaliação, análise dos resultados, elaboração do relatório final e discussão do relatório com a comunidade acadêmica. Os objetivos traçados para a auto avaliação serão atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica.

Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, a sensibilização, que tem início antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos. Assim, a análise dos resultados da avaliação institucional, embora da competência da Comissão Própria de Avaliação, não se restringe aos seus membros. Os resultados da auto avaliação serão divulgados de maneira analítica e apropriada a todos os segmentos da comunidade acadêmica com o intuito de que possam ser apropriados pelos atores envolvidos.

No processo de divulgação, a CPA procurará abrir o canal de comunicação com a comunidade acadêmica a fim de apurar críticas e sugestões para o aprimoramento do modelo de avaliação institucional, incorporando sugestões de melhorias coletadas durante a auto avaliação. Os resultados da auto avaliação servirão como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa, buscando sempre melhorar o curso e a IES. A partir dos resultados, inicia-se um processo de discussão com alunos, NDE, colegiado, professores e a própria direção para definir as ações que serão implementadas ao longo dos períodos.

Assim, a IES também conta com outros sistemas de auto avaliação que são as reuniões de NDE e de colegiado. Estas reuniões são devidamente registradas em ata própria, devidamente pautadas pela transparência e clareza nas informações nelas contidas. As reuniões acontecem minimamente duas vezes por semestre, podendo ser realizadas em momento oportuno conforme convocação da Coordenação do Curso. De outra forma, a política institucional utilizada como ferramenta para coordenar/verificar os processos de avaliação no curso é oriunda das decisões propostas no Núcleo Docente Estruturante do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico de Curso.

Além disso, as deliberações em Colegiado de Curso com base na auto avaliação e nos resultados do Enade são ferramentas de gestão para a constante avaliação do PPC. Após a divulgação dos resultados do ENADE, será realizada a análise do relatório de avaliação do curso a fim de se verificar se todos os conteúdos abordados no Enade foram contemplados nos conteúdos curriculares do curso. Após

a análise, será elaborado um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso.

1.12.3 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

Em atendimento a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, que consolida disposições sobre indicadores de qualidade e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE o curso de Educação Física da Faculdade UCP, participará das avaliações conforme calendário estabelecido pelo INEP.

Todos os acadêmicos da instituição são desafiados a participar do Exame Institucional de Auto avaliação (ÊXITO). Este exame simulado institucional é um teste avaliativo e é realizado anualmente, para ir se familiarizando e condicionando para o ENADE.

As informações organizadas pela CPA acerca dos resultados de desempenho no 'ÊXITO', apresentam a adesão/participação dos acadêmicos à proposta, bem como os percentuais de desempenho/aproveitamento, por curso. Esses dados fornecem diagnóstico para continuidade ou redirecionamento das ações docentes e discentes.

1.12.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Curso de Educação Física disponibiliza, para seus egressos, um cadastro, realizado próximo ao período de formatura, que permitir o contato posterior para elaboração de um acompanhamento adequado do egresso e levantamento do perfil sócio-econômico-profissional estabelecido após a formatura, permitindo a reorientação dos aspectos acadêmicos que se mostrarem desajustados à formação de um profissional atualizado e participante do ambiente de trabalho.

A realização de encontros de egressos, promovidos pela IES, poderá, também, proporcionar a troca de informações de maneira prestigiada e direcionada ao curso em questão. O acompanhamento dos egressos é um instrumento que possibilita uma contínua avaliação da Instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos, podendo contribuir para reorganização do processo ensino/aprendizagem, considerando elementos da realidade externa à Instituição que apenas o diplomado

está em condições de perceber, visto que passa a atuar e experimentar as consequências dos aspectos vivenciados durante sua graduação.

O acompanhamento dos egressos objetiva:

- a. Avaliar o desempenho da Empresa pelo acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- b. Manter registros atualizados de alunos egressos;
- c. Promover intercambio entre ex-alunos;
- d. Promover a realização de atividades extracurriculares (estágios e/ou participação em projetos de iniciação à pesquisa ou extensão), de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estão em constante aperfeiçoamento e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;
- e. Valorizar egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- f. Identificar junto às Empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- g. Incentivar a integração de ex-alunos com a Instituição.

1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO - APRENDIZAGEM

No contexto da educação, a potencialização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) enriquece e facilita o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, conhecimentos, experiências e informações necessitam ser valorizados e discutidos como um processo na construção do saber e, para tanto, há um grande desafio que não está simplesmente relacionado à introdução das TICs, mas sim de afirmar a necessidade da troca, do diálogo e da interatividade, levando o aluno a uma postura ativa na construção conjunta do saber.

As TICs na educação podem ser alçadas à condição de partícipes na formação de alunos a depender da forma como serão utilizadas no processo de ensino-aprendizagem pelo professor. As TICs têm também o relevante papel de promover o desenvolvimento e a melhoria das próprias relações pedagógicas, pois possibilitam a troca de saberes e experiências entre professores e alunos no decorrer do processo

educativo. Implementa-se regularmente, a cada semestre letivo, plano de expansão e atualização de equipamentos de acordo com a demanda dos cursos.

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP) investe em infraestrutura tecnológica. Os laboratórios de informática permitem acesso à internet por alunos e professores. A Instituição fornece acesso a rede wifi livre a todos seus alunos e professores. É dotada de central de monitoramento, salas de videoconferência, equipamentos audiovisuais, laboratórios, salas de aulas inovadoras, Ambiente Virtual de Aprendizagem e ensino mediado por tecnologia e biblioteca virtual.

Ademais, fornece aos docente e discentes vários serviços através do uso de sistema acadêmico via internet, permitindo acesso a:

- Materiais didáticos
- Biblioteca Virtual
- Ambiente Virtual de Aprendizagem
- Planos de Ensino e programação das atividades acadêmicas
- Calendário escolar
- Calendário de provas
- Notas e Faltas
- Horas de Atividades Complementares e sociais já cumpridas
- Avaliação Institucional
- Acesso à ouvidoria
- Serviço de e-mail gratuito
- Parcerias com a Google For Education e Microsoft Aos Docentes, inúmeros

serviços se encontram também disponíveis:

- Acesso à Internet
- E-mail gratuito
- Biblioteca Virtual
- Ambiente Virtual de Aprendizagem para cursos de formação
- Portal do Docente para envio de mensagens, postagem de material didático
- Lançamento de notas
- Sistema de postagem de provas
- Programação dos conteúdos
- Agenciamento de projetores multimídia
- Agendamento de laboratórios para as aulas práticas

- Envio de provas para a coordenação do curso.

A IES conta ainda com um sistema informatizado (portal TOTVS), em que o aluno tem acesso ao setor financeiro, secretaria, boletim, horário de aula, acompanhamento de ausência, acompanhamento das avaliações, etc. O acesso será feito através de *login* e senhas individuais. Através deste sistema o professor poderá, também, agendar recursos áudios-visuais, laboratórios de saúde e de informática, informando antecipadamente quais atividades serão realizadas e quais os materiais necessários para a atividade proposta.

Assim, será possível realizar adequadamente as atividades de ensino-aprendizagem necessárias ao desenvolvimento do currículo. Para integrar o acadêmico ao mundo da tecnologia de informação, a IES conta com um sistema informatizado de disponibilização de materiais didáticos aos alunos através da Plataforma Google Classroom e Plataforma Smart UCP. Através dessas plataformas de ensino, os professores poderão disponibilizar resumos de aulas, listas de exercícios, artigos para leituras e debates, para acesso prévio dos alunos.

Se somam à essas iniciativas, a ampliação do acervo bibliográfico, com a disponibilização da Biblioteca Digital, que poderá ser acessada de forma irrestrita pelo(a) acadêmico(a) UCP. Os recursos físicos da Instituição acompanham as novas práticas pedagógicas e foram ampliados, a citar a implementação do Espaço SMART, novo e moderno espaço para acesso à ambientes virtuais de estudo.

A utilização da Biblioteca Virtual contribui para o aprimoramento e o aprendizado do aluno com diversos recursos interativos e dinâmicos, com acesso à informação de forma prática e eficaz e com diversidade de títulos. Um dos grandes diferenciais da Biblioteca Digital é a garantia de acesso de um livro por aluno, o que permite os estudos de maneira mais independente ou de forma interativa pelas marcações e indicações dos professores. Cabe destacar, todavia, que a IES não prescindirá de exemplares impressos que estarão à disposição dos alunos também na biblioteca.

O uso de novas metodologias em sala de aula e a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC como ferramenta didática, além de uma tendência que tem sido incorporada por escolas superiores, também é prevista pela nova legislação educacional. Dessa maneira, a incorporação de novos ambientes de aprendizagem baseados no uso das TIC são, hoje, não só um movimento natural em direção a uma educação alinhada às novas tecnologias, como também uma exigência

dos órgãos diretivos da educação superior. Destaca-se que há um espaço denominado Tecnologia e Inovação, no qual, além de quatro data show, há tela interativa e também equipamento para videoconferência.

A IES é assinante do pacote acadêmico do Google Apps for Education que propicia a todos os seus colaboradores, docentes e discentes os benefícios dos serviços Google on-line, tais como, e-mail, contatos, drive ilimitado, Google Classroom, Google agenda, dentre outros. As ferramentas disponibilizadas pela IES permitem a criação de salas de aula virtuais que possibilitam o lançamento de comunicados e avisos que precisam ser visualizados por toda a turma, com inclusão de links externos, vídeos e anexos do Google Drive. Neste ambiente é possível criar avaliações, receber trabalhos, organizar arquivos. Do lado do aluno, esse processo também é intuitivo e facilitado. Quando eles terminarem a tarefa e precisarem enviá-la, farão tudo isso a partir daquela mesma tela do Google Classroom.

Além da Plataforma Google Classroom e da Plataforma Smart UCP, a Faculdade UCP, por intermédio de Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação de 22 de outubro de 2018, e considerando a Lei 9394/1996 e a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, criou o regimento das Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS), a qual está disponível no sítio da IES.

A incorporação de avanços tecnológicos da instituição envolve também o planejamento e a normatização dos processos de controle acadêmico, que, a partir da implantação da política de conservação do acervo acadêmico, no ano de 2016, passaram a ser virtual através de certificação eletrônica, nos termos da Portaria MEC nº 1224/2013.

Com a proposta de apoiar a adoção de tecnologias digitais e o desenho de novas práticas pedagógicas, a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP) lançou as Atividades Pedagógicas Supervisionadas - APS's, que se somam às demais atividades por meio do uso de Tecnologias e Metodologias Ativas. Estas atividades inovadoras integram a *SmartUCP*.

As atividades APS apresentam orientações para a organização dos estudos, com foco na implementação de metodologias que contribuem para o desenvolvimento de competências como: autonomia e responsabilidade, pensamento crítico, científico e criativo, uso de multilinguagens e cultura digital. O aluno desenvolve as atividades através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), sendo uma

metodologia inovadora e eficaz. Podem ser consideradas APS: estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras. As atividades podem prever várias situações, desde uma visita técnica com posterior relatório, como atividades que não presenciais, podendo os acadêmicos desenvolver dentro dos espaços da instituição, ou em qualquer local com acesso à Internet.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem da APS possui diferentes ferramentas tecnológicas, disponibilização de hipertextos e vídeos, propicia aos alunos condições diversas para a aprendizagem, que ocorre de diferentes formas em cada indivíduo. Uma das ferramentas mais eficazes do Ambiente Virtual de Aprendizagem é o Fórum. É um espaço on-line de comunicação assíncrona que pode ser utilizado para debates, discussões, construção coletiva de conceitos, esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de experiências e opiniões e orientações metodológicas. Outra ferramenta importante, no Ambiente Virtual é a videoconferência, que apropriada pelos meios educacionais, possibilita a comunicação face a face, recriando o sentido de presencialidade. Por meio do chat, os participantes do curso dialogam entre si de forma síncrona, no debate de uma temática para o crescimento intelectual de todo o grupo. O chat é um recurso pedagógico importante, por favorecer o desenvolvimento de atividade referenciada no diálogo, objetivando a incorporação da ideia do outro às próprias ideias, a reconstrução de conceitos e a reelaboração das representações expressas pela escrita, além de possibilitar ao professor-tutor um diagnóstico imediato da captação ou dificuldade do aluno face aos conceitos abordados, permitindo mediações em curto prazo de tempo.

Destaca-se ainda a utilização de redes sociais para compartilhamento de informações e interações entre discentes e docentes, principalmente para a via grupos de Whats app, Websites, Blogs e redes sociais como Facebook, Instagram e Youtube, que são utilizados para propagação de inovações tecnológicas e atualizações na área do conhecimento específico da Educação Física. Ressalte-se ainda que, visando à acessibilidade digital e nas comunicações e buscando diminuir as barreiras existentes na comunicação de pessoas com necessidades especiais, os currículos de todos os cursos de graduação da IES apresentam a disciplina de Libras como optativa. Especificamente no que diz respeito ao Curso de Educação Física, a discussão sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação no espaço educacional

centralizará seu foco na questão pedagógica compreendendo desde o conhecimento de equipamentos e softwares adequados ao desenvolvimento das atividades escolares e profissionais até a compreensão de como efetivamente essas tecnologias, corporificadas trazem de avanço superior no processo de Ensino Aprendizagem.

É importante perceber a importância de analisar o comportamento do emissor face à transmissão de conteúdos e os níveis de intervenção do educando na recepção, produção e circulação do conhecimento, tendo em vista o impacto dessas tecnologias no espaço educativo, as quais podem ser interpretadas como ferramenta de inclusão social e, futuramente, profissional no mercado de trabalho. É incentivada a utilização desta tecnologia por compreender que é ferramenta fundamental para a produção científica, para a avaliação e entendimento dos processos de ensino e aprendizagem e que ainda conectará a educação física nacional com o universo internacional.

As diferentes disciplinas trabalharão os temas mostrando a infinidade de possibilidades que se apresentam ao acadêmico e ao futuro profissional educação física na medida em que a ferramenta for usada dentro dos princípios éticos da profissão.

A tecnologia tem mudado a forma como produzimos, consumimos, nos relacionamos e, até mesmo, como exercemos a nossa cidadania. Em sintonia, devemos também melhorar a maneira como aprendemos e como nos preparamos para o mercado de trabalho, que também apresenta estas exigências.

1.14 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Entende-se avaliação como um processo de diagnóstico contínuo e sistemático. Dessa forma, como decisão institucional, o ponto de partida é entender que todo momento de avaliação não deverá ocorrer isoladamente, mas de maneira gradativa ao longo do período. Com isso, pretende-se tornar mais eficiente a assimilação e se necessário, a recuperação de conteúdos. Segundo Celso Antunes (2004),

o processo de avaliação da aprendizagem consiste em determinar se os objetivos educativos estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo pleno e do ensino. Os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis no padrão de comportamento dos acadêmicos.

Outros aspectos que devem nortear o processo de avaliação são o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico. É conveniente ressaltar que o acadêmico executa aquilo que entende e não a interpretação que o professor dá ao assunto ministrado.

Ao acadêmico, a avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem. Deve permitir-lhe, não só demonstrar a aquisição dos conteúdos trabalhados através de estratégias variadas, como também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem. Gerar uma autonomia no estudo, possibilitando ao acadêmico uma busca incessante ajudará a torná-lo um profissional com pró atividade. Por isso, necessariamente, ocorrerá em pelo menos dois momentos distintos e privilegiará os aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do acadêmico) sobre os quantitativos e favorecerá a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem.

Dessa forma, é imprescindível que o acadêmico conheça:

- No que está sendo avaliado;
- Que parâmetros estão sendo avaliados;
- Que valores ele está recebendo pela sua avaliação e o mais importante;
- O porquê da nota que lhe foi atribuída.

No início de cada semestre, os professores apresentam aos alunos os objetivos a serem alcançados, os conteúdos que serão abordados com vistas a uma aprendizagem significativa. Em seguida, é discutido em conjunto com os alunos, o sistema de avaliação da disciplina. Há, a cada bimestre, mais de um instrumento de avaliação, obedecendo ao plano de ensino das disciplinas. Ao final de cada bimestre é aferida uma média ou um somatório do desempenho do graduando, dependendo do peso atribuído pelas avaliações resultantes do conjunto das atividades realizadas.

As Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS), são realizadas em duas disciplinas por semestre, onde 50% do conteúdo é disponibilizado na Plataforma Smart com conteúdo que vem contribuir para a formação acadêmica do discente,

através de atividades desenvolvidas pelo professor da disciplina, como leitura de textos, exercícios ou vídeo aula. Essa plataforma é alimentada por um professor que também realiza a assiduidade/frequência do aluno na realização das suas atividades como na correção das atividades proposta pelo professor da disciplina através de um gabarito. O aluno deve ter 50% de frequência, e as atividades têm peso total ou igual a 30% da nota do bimestre. Para acadêmicos que não possuem acesso a plataforma digital em sua residência (5%) além de ele poder utilizar os laboratórios de informática, os computadores da biblioteca, foi criada a Sala Smart, onde o acadêmico pode realizar suas atividades de APS nesta sala, que contem três computadores com acesso à internet, internet livre e a ajuda de professores da APS. Esta sala é onde os docentes podem utilizar para esclarecer dúvidas e preparar os conteúdos

Na elaboração dos instrumentos de avaliação, o professor deve, não apenas dominar as suas técnicas de construção, mas também considerar as habilidades a serem desenvolvidas e as competências a serem atingidas, conforme os objetivos previstos no Projeto Pedagógico e nos Planos de Ensino. É de suma importância que o educando perceba a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e crescimento próprio e não meramente classificatório.

Na avaliação da aprendizagem os professores têm utilizado instrumentos formais, tais como testes e provas, no final de um período determinado de tempo. Porém isso se constitui em um momento de culminância de todo um processo de avaliação e não no único momento avaliado. Reconhece-se a importância de instrumentos formais de avaliação, porém não se focaliza a avaliação apenas no desempenho cognitivo do acadêmico.

A avaliação do desempenho escolar é realizada por intermédio de acompanhamento contínuo do acadêmico, é feita por disciplina, incidindo sobre frequência e aproveitamento. Dá-se por meio de provas (discursivas e de múltipla escolha), relatórios, seminários, estudos de caso, trabalhos (individuais e em grupo), exercícios dirigidos, seminários, participação em projetos, compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Faz-se necessário acompanhar as atividades realizadas pelos alunos, analisando com eles seus avanços e dificuldades, levando-os a uma melhor aprendizagem e aprimoramento de suas competências. Desse modo, a consideração conjunta do processo e do resultado permitirá ao professor estabelecer interpretações adequadas sobre o seu próprio desempenho e dos alunos. Ao privilegiar o caráter

predominante da avaliação diagnóstica e formativa, tem-se como decorrência uma avaliação processual. De um lado, a avaliação diagnóstica ocorre conforme a necessidade de obtenção de informações acerca do educando, segundo a percepção do educador.

Quanto à avaliação classificatória, esta, sim, ocorre em determinados momentos, geralmente ao fim de uma etapa ou processo. O professor tem total autonomia para planejar e definir a modalidade e frequência das avaliações, mas deverá ter como registro conclusivo a “nota” como critério de classificação. Dessa forma, as avaliações devem indicar se os objetivos foram ou não atingidos e orientar o aluno quanto ao seu desempenho em situações anteriores e futuras. O resultado de toda produção dos alunos deve estar registrado, não só no seu aspecto quantitativo, mas, sobretudo, no seu aspecto qualitativo, para possibilitar o seu acompanhamento e subsidiar o trabalho educativo da equipe. O aproveitamento é expresso em notas, demonstradas em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0).

A avaliação será praticada para analisar o que os alunos apreenderam o que ainda lhes falta apreender e o que precisa ser modificado, de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Praticar ética e moralmente a avaliação significa orientar o aluno em toda a sua trajetória de aprendizagem.

Como comentado anteriormente, os professores realizam pelo menos duas avaliações a cada bimestre, uma em data determinada pelo professor (normalmente ao fim do primeiro mês do bimestre) e outra realizada em data pré-determinada em calendário escolar durante uma semana de provas.

Dentre as práticas avaliativas classificatórias que serão adotadas pelo Curso de Educação Física e que levarão o acadêmico a perceber esse processo destacamos:

- Pesquisas Bibliográficas e/ou de campo;
- Atividades em contexto de laboratório, discussões artigos técnico-científicos;
- Trabalhos bibliográficos investigativos;
- Atividades experimentais com foco no desenvolvimento das habilidades do profissional de Educação Física;
- Atividades vivenciais e práticas dentro dos contextos teóricos que permitam a avaliações orais tais como: seminários; mesas redondas e debates e aplicação de testes entre outras.

- Produção de artigos científicos a partir das pesquisas e práticas realizadas;
- Provas e testes que permitam desde a objetividade interpretativa, apresentando questões com múltipla escolha de respostas, quanto àquelas que permitam avaliar a dissertação escrita e a capacidade de análise crítica do aluno.
- Atividades apresentadas na Plataforma Smart, como parte integrante do conhecimento;
- Prova Êxito, a qual contempla questões de conhecimentos gerais e específico, e tem como objetivo avaliar aluno/conteúdo repassado, servindo de parâmetro auxiliar para melhorias do conteúdo programático, sendo realizado uma vez ao ano;
- ENADE será um instrumento aliado, que se somará ao processo de avaliação discente no sentido de nortear as aprendizagens dos alunos, possibilitando, inclusive, possíveis ajustes no processo de ensino e de aprendizagem.

Destaca-se ainda, que a avaliação do trabalho de conclusão de curso compreenderá um processo diferenciado de avaliação. O grau de Educação Física somente será conferido mediante a produção e apresentação oral de um Trabalho de Curso (TC). A avaliação do TC será realizada através de avaliação externa, que é a avaliação do supervisor e do orientador, e interna que consiste da análise do conteúdo escrito e da apresentação oral, em sessão pública, para uma banca examinadora, composta pelo docente orientador e mais dois docentes do curso ou de fora do curso conforme consta no regimento de TC.

O sistema e os critérios de avaliação bimestral obedecerão, primariamente, às determinações estabelecidas pelo Regimento Geral da IES e fundamentalmente, à coerência que deve caracterizar qualquer processo avaliativo e permitir a detecção do ensino adequado do conteúdo estabelecido pelo currículo do curso. As condições para a aprovação por média e participação em exames finais são aquelas constantes do Regimento Geral da IES que seguem abaixo descritas:

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO E DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 68 – A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina ou também denominadas Unidades Curriculares (UC), incidindo sobre a frequência e aproveitamento.

Art. 69 – A frequência às aulas e demais atividades programadas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas não previsto em lei.

§ 1º Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não tenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades previstas.

§ 2º A verificação e registro da frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria.

Art. 70 – O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares.

§ 1º Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas e determinar os demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados.

§ 2º O exame final realizado ao fim do semestre letivo visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina.

Art. 71 – Conforme o § 2º, do Art. 47 da Lei 9.394/96 de 20/12/1996, o aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e regulamentação interna da Instituição.

Art. 72 – As verificações de aprendizagem, de acordo com a natureza da disciplina, poderão compreender:

- I. Provas escritas, gráficas, orais, seminários e arguições;
- II. Trabalhos práticos, inclusive extraclasse;
- III. Iniciação à Pesquisa ou estágio, desde que sob orientação, supervisão e controle do professor;
- IV. Relatórios de aulas práticas ou trabalhos equivalentes;
- V. Elaboração de projetos, monografias, dissertações e tese e sua defesa;
- VI. Outras formas que atendam às peculiaridades didático-pedagógicas de cada disciplina.

§ 1º Será obrigatória a atribuição de notas bimestrais.

§ 2º. Será assegurado aos alunos o direito de requerer, via documento formal junto à Secretaria Acadêmica, revisão de provas desde que devidamente fundamentado, com

indicações claras de quais partes, assuntos, questões ou momentos que deverão ser analisados e que foram contestadas, dentro do prazo de 2 (dois) dias letivos, a contar da data de divulgação da nota. O pedido será analisado e deferido, ou não, pela coordenação de curso.

§ 3º Poderá ser concedida 2ª chamada ao aluno que, não tendo comparecido às provas ou demais verificações de aprendizagem comprove, nos termos e prazos de regulação própria estabelecida pelos Conselhos competentes, impedimento legal, motivo de doença, atestado médico ou motivo de força maior, devidamente comprovado, nos termos de regulamentação própria estabelecida pelos Conselhos competentes, e venha requerê-la no prazo de 2 (dois) dias letivos a contar da data de sua realização.

§ 4º As provas de 2ª chamada de provas bimestrais serão realizadas em data fixada no calendário acadêmico.

Art. 73 – As notas bimestrais e de exame final serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), permitida apenas a fração de 0,5 (meio) ponto.

Art. 74 – Será considerado promovido por média o aluno que obtiver, em qualquer disciplina, média das notas bimestrais igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

Art. 75 – Ficará sujeito ao exame final o aluno que obtiver, em qualquer disciplina, média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares.

Art. 76 – Quando o aluno realizar exame final, a média mínima de aprovação será resultante da média aritmética entre a nota dessa prova e a média das notas bimestrais, que deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco).

Art. 77 – Estará reprovado o aluno que, mesmo obtendo frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) obtiver média semestral compreendida entre 0,0 (zero) e 3,9 (três vírgula nove), sendo vedado a feitura de exame final.

Art. 78 – Será permitida a matrícula em disciplinas do período subsequente, apenas aos alunos que tenham obtido aprovação nas disciplinas dos períodos anteriores.

§ 1º. O aluno que não obtiver aprovação em até 2 (duas) disciplinas do período cursado, deverá cursá-las em regime de dependência em caráter normal, ou especial, no prazo máximo de 1 (um) ano, com a ascensão ao período subsequente.

§ 2º. O aluno que não obtiver aprovação em até 3 (três) disciplinas, num período que coincida a sua oferta, deverá cursá-las em regime de dependência em caráter normal,

com ascensão ao período subsequente. Podendo cursar as disciplinas em regime normal em cursos covalentes no contraturno, ou em forma de regimes especiais devidamente aprovados pela Direção da Instituição.

§ 3º. O aluno que não obtiver aprovação em mais de 3 (três) disciplinas, num período que coincida a sua oferta, deverá cursá-las em regime de dependência em caráter normal, ou especial, sem a ascensão ao período subsequente.

Art. 79 – O aluno que ingressar na Instituição por outra forma que não a de matrícula inicial pela via do processo seletivo ficará sujeito ao mesmo sistema de aprovação dos demais alunos.

Vale ressaltar, que a avaliação oferece subsídios para que o professor compreenda todo o processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades dos acadêmicos para atingirem os objetivos propostos.

A IES por meio da coordenação do curso orientará para que a avaliação ocorra no sentido de, além de diagnosticar a realidade, determinar os fatores de insucesso e orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem do acadêmico. Para isso, deve estabelecer sempre uma relação de coerência com o processo ensino-aprendizagem e com a concepção do curso.

Em reuniões de colegiado, os professores são motivados a diversificar os critérios de avaliação, com vistas a reorientar o processo de ensino quando necessário. Discute-se a forma de administração dos conteúdos aos acadêmicos, a forma de organização e construção das avaliações e atribuição de notas. Dessa forma permite-se que os procedimentos de ensino não se distanciem dos pressupostos do projeto pedagógico do curso.

O processo de avaliação na Faculdade UCP está voltado para o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e com os próprios métodos de investigação, que devem ser coerentes. Nesse sentido, é concebida como uma atividade séria e complexa, um processo sistemático de identificação da aprendizagem que atribui valor e por isso deve envolver diferentes momentos, diversos métodos e diferentes agentes.

1.14.1 DEPENDÊNCIA DO ALUNO RETIDO

Os acadêmicos que reprovarem em três disciplinas simultaneamente ficam retidos no referido período, tendo que cursá-las obrigatoriamente no semestre seguinte na modalidade presencial.

1.15 NÚMERO DE VAGAS

Há estudos periódicos que fundamentam a manutenção do número de vagas autorizadas, bem como que o número de docentes é adequado a demanda e a estrutura física e tecnológica também é adequada atualizada para o ensino e para a iniciação a pesquisa.

De acordo dados do IBGE sobre a Pirâmide Populacional de Pitanga, destaca-se que cerca de 32,8 % da população economicamente ativa aproximadamente, 10.708 habitantes entre homens e mulheres, apresentam uma faixa etária entre 15 e 39 anos, índice que compreende a faixa etária média dos universitários brasileiros, que se encontram entre 18 e 25 anos, segundo indicadores sociais do IBGE (2010). Dados objetivos ajudam a demonstrar o potencial de aproveitamento e a justificar o Curso de Educação Física na Região (Tabela 4).

Tabela 4 - População dos locais de abrangência da UCP e taxa de matriculados no ensino fundamental e médio.

Cidade	População	Ensino. Fundamental	Mun. Ensino Est. Médio	Total
Pitanga	32.639	4.392	1.385	5.777
Boa Ventura de São Roque	6.554	849	263	1.112
Laranjal	6.465	639	191	830
Mato Rico	3.818	450	133	583
Nova Tebas	7.398	897	283	1.180
Palmital	14.865	2.119	601	2.720
Sta M ^a do Oeste	11.500	1.582	476	2.058

Turvo	13.811	2.048	587	2.635
Roncador	11.537	1.455	452	1.907
Iretama	10.622	1.328	476	1.804
Manoel Ribas	13.169	1.947	612	2.559
Cândido de Abreu	16.655	2.117	696	2.813
Ivaiporã	31.816	3.844	1.657	5.501
Jardim Alegre	12.324	1.330	539	1.869
Arapuã	3.561	419	121	540
Ariranha do Ivaí	2.453	271	69	340
Lidianópolis	3.973	397	167	564
Totais	203.160	26.084	8.708	34.792

Fonte: Dados do IBGE (2018).

A forma de acesso ao curso é via vestibular (em data instituída pelo calendário acadêmico ou previamente agendado), pelo PROUNI e pelo FIES.

No início do período letivo ocorre a divisão em duas turmas iguais e coesas, procurando fortalecer os objetivos da IES e os objetivos do curso presentes em seu Projeto Pedagógico. Esta divisão propicia aos docentes cumprirem suas atribuições de ensino com maior eficiência, permitindo aos alunos trabalhos coletivos, discussões, debates, fóruns, produção científica e simulados sem as dispersões presentes em grupos maiores.

No que diz respeito a infraestrutura da IES é possível identificar a coerência com o número de vagas autorizadas e a estrutura existente, as salas de aulas são grandes e confortáveis, comportam aparelhos auxiliares aos docentes tais como multimeios, TVs, data show's, retroprojetores, DVDs, caixas de som, microfones. Ainda o aluno tem à disposição amplos laboratórios para a realização das aulas práticas nas disciplinas que assim o exigem ou quando se faz necessário uma prática exitosa em disciplinas de cunho teórico.

O corpo docente atende plenamente as necessidades do curso, capacitados e experientes na área em que lecionam. Destaca-se que a IES promove pesquisas qualitativas e quantitativas periódicas que demonstram a adequação do número de vagas a demanda local e regional.

1.15.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso de Educação Física da Faculdade UCP pode se dar de diversas formas, sendo a principal, aquela em que o aluno participa dos processos seletivos, realizados duas vezes ao ano, com as datas previstas no calendário acadêmico. As vagas autorizadas para o curso são divididas proporcionalmente em cada processo seletivo, podendo, em caso de vagas remanescentes, serem realizadas provas agendadas para o preenchimento.

O processo seletivo consta de provas de múltipla escolha e de redação que o aluno pode fazer nas datas previstas para a realização das provas ou por agendamento (vestibular agendado).

A prova respeita o nível e complexidade dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio e está de acordo com as novas diretrizes do ENEM. O aluno poderá realizar nas datas previstas ou por agendamento (vestibular agendado).

Nesses processos seletivos são ofertadas 100% das vagas anuais, para ingresso no primeiro semestre do ano. Os alunos que obtiverem a aprovação no processo seletivo ao qual participaram, automaticamente garantem o seu ingresso no curso nas turmas que se iniciam no primeiro semestre de cada ano.

Outra forma de acesso ao Curso se dá por meio de transferências internas e externas, mediante estudo de aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem do aluno e sua matrícula no período correspondente no curso de destino. Há ainda, a possibilidade do ingresso para a obtenção de novo título de graduação, onde os alunos poderão se matricular no curso de escolha mediante a comprovação documental (diploma de graduação) de um ou mais títulos de graduação nesta ou em outra IES devidamente credenciada pelo Ministério da Educação. Para esse aluno, também é realizado um estudo de aproveitamento de disciplinas.

Aqueles que se inscreverem para a obtenção de bolsa ProUni nos cursos da Instituição, se contemplados, têm o seu ingresso assegurado apenas com a nota obtida no ENEM, não passando por novo processo seletivo. Durante a vigência deste PDI a IES pretende implantar o ingresso aos cursos através da participação do ENEM não apenas para o PROUNI.

Abaixo, o Regimento Interno da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná (UCP), tratando especificamente do Processo Seletivo e das Transferências e Aproveitamento de Estudos.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 56 – O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

§ 1º As vagas oferecidas para os cursos são as autorizadas pelos órgãos competentes.

§ 2º As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

§ 3º Para o ingresso nos cursos de graduação, a Instituição utilizará como meio de seleção processos seletivos e, de forma cumulativa ou alternativa, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

§ 4º Os processos seletivos serão organizados e disciplinados segundo as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e tornados públicos por meio de editais, nos quais constarão as informações necessárias previstas na legislação vigente.

Art. 57 – O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliadas em provas escritas, na forma disciplinada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 58 – A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado.

§ 1º A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o concurso vestibular, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outra instituição ou portadores de diploma de graduação.

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 65 – É concedida a matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes e requerida nos prazos fixados, para prosseguimento de estudo no mesmo curso.

§ 1º O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação constante no artigo 59, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e situação perante o ENADE.

§ 2º A documentação pertinente à transferência deverá ser necessariamente original e não poderá ser fornecida ao interessado, tramitando diretamente entre a Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP e a instituição de origem, via postal, comprovável por AR.

§ 3º A matrícula do aluno transferido só poderá ser efetivada após prévia consulta, direta e escrita da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP à instituição de origem que responderá, igualmente por escrito, atestando a regularidade ou não da condição de postulante ao ingresso.

§ 4º As transferências *ex-officio* dar-se-ão na forma da lei.

Art. 66 – O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias aproveitando os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

§ 1º O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas pelas coordenações dos cursos, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e observadas as demais normas da legislação pertinente.

§ 2º A matrícula nas adaptações é condicionada à oferta das disciplinas pela Instituição.

§ 3º O prazo para o cumprimento das adaptações é de 1 (um) ano a partir do ingresso do aluno na IES, ressalvando a prorrogação por igual período por ato fundamentado do Coordenador do Curso.

Art. 67 – A requerimento do interessado, a Instituição concede transferência de aluno nela matriculado, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único - Ainda que inadimplente, respondendo processo disciplinar em trâmite, ou em função de estar frequentando o primeiro ou o último período do curso, será concedida a transferência.

1.16.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Curso de Educação Física junto à Faculdade UCP tem sua primeira responsabilidade social expressa em sua visão institucional “em atuar como agente de transformação na região central do Paraná, promovendo seu desenvolvimento por meio da disseminação do conhecimento, no ensino, na iniciação a pesquisa e extensão no contexto regional”. Essa é a primeira responsabilidade da Instituição para com a sociedade em que se insere. Formar profissionais capacitados, éticos e comprometidos com o melhoramento da realidade na qual estão inseridos, bem como preocupados com a inovação para atendimento das demandas locais e regionais e aptos a resolverem os desafios globais.

Com uma visão interdisciplinar, ciente de seu papel de agente de transformação social, desenvolve suas atividades sempre integrando a iniciação à pesquisa, a extensão e ensino. O Curso de Educação Física objetiva a formação de profissionais técnica e politicamente competentes para atuar nas diversas áreas em que propõe seus cursos, com compreensão ampla, consistente e crítica dos saberes que compõe as suas profissões. Busca formá-los com visão humanística e consciência da importância do papel social, político, cultural e econômico que lhes caberá desempenhar em sua comunidade. Para atingir esse objetivo desenvolve diversas ações extensionistas de uma forma proativa em relação à sociedade em que se insere.

Assim o Curso de Educação Física junto a Faculdade UCP, desenvolve as seguintes políticas de Responsabilidade Social e desenvolvimento de seus marcos legais:

- Fomento ao respeito às responsabilidades legais, transparência administrativa e conduta ética;
- Produção de informação sobre Responsabilidade Social, comprometendo a instituição perante a comunidade com este tema;
- Implementação e manutenção de políticas de Inclusão Social;
- Conscientização no ambiente de trabalho sobre a Responsabilidade Social, entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;
- Incentivo ao uso de materiais recicláveis e/ou reciclados no ambiente de trabalho;

- Intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, expressivas no tema Responsabilidade Social.

1.16.1.1 Ações de Responsabilidade Social já implantadas

Promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, é um desafio a ser vencido com determinação, competência, honestidade, justiça social, trabalho, transparência e, principalmente, ousadia. É preciso transformação, mudança de postura de vida. E só por meio da educação que isso se torna possível e capaz de gerar resultados eficientes, eficazes e efetivos de interesse da maioria da sociedade. Consciente desta realidade, a Faculdade UCP contribui com o desenvolvimento social e regional através da realização de diversas ações sociais, extensionistas, de iniciação à pesquisa, cujos projetos são desenvolvidos por seus colaboradores, professores, gestores e acadêmicos, conforme regulação específica da IES.

A Instituição, em sua ampla constituição, desenvolve, há mais de dez anos, projetos de extensão que, além do processo de aprendizagem, promovem desenvolvimento social, cidadania, responsabilidade social e ambiental, inovação e empreendedorismo.

Projeto “UCP na Comunidade”, com foco em desenvolver processos de orientações e acompanhamentos ao que tange ao direito do consumidor, ao empreendedorismo e inovação, à agricultura familiar, cuidados básicos com animais de pequeno e grande porte, cuidados com atividades físicas, discussões e enfrentamento contra *bullying*, suicídio e depressão.

O Projeto “UCP na Comunidade” em especial, visa a aproximação da IES com a comunidade, colocando seus professores e alunos, e principalmente o conhecimento nela produzido, à serviço das necessidades da mesma, no intuito de cumprir com sua responsabilidade social. Dentre os principais objetivos do projeto, destacam-se:

- Possibilitar ao acadêmico o acúmulo de carga horária complementar;
- Promover a integração entre alunos e professores dos diferentes cursos de nossa Instituição, através de atividades que permitem o exercício das habilidades específicas desenvolvidas em cada curso e talentos pessoais de alunos e professores;
- Promover a inserção da instituição junto à comunidade, associando sua imagem a compromisso social, demonstrando a significância prática da instituição na

região, e incentivando atuais alunos de ensino fundamental e médio nas escolas de nossa região a futuramente tornarem-se alunos da IES;

Além dos programas de Extensões, a Faculdade UCP mantém ações permanentes de responsabilidade social, tais como: arrecadação de brinquedos para serem doados ao final de cada ano, quando a IES realiza arrecadação de alimentos em eventos realizados pela Instituição, cuja entrada é sempre um quilo de alimento não perecível, como a Festa dos Calouros, que posteriormente são distribuídos nas comunidades carentes de Pitanga e região, a Campanha do Agasalho desenvolvida anualmente para arrecadar cobertores novos e roupas usadas para distribuir à comunidade carente e a entidades beneficentes, a Feira do Livro, que tem como objetivo disponibilizar à comunidade local, livros a preços simbólicos através de parcerias com grandes editoras e distribuidores de livros, incentivando a leitura.

O Projeto “Feira das Profissões” também se constitui em ação de Responsabilidade Social, por oportunizar aos jovens estudantes de escolas públicas e privadas, desfrutar do ambiente acadêmico através de visitas orientadas onde recebem palestras sobre os mais variados temas, conhecem a estrutura física da Instituição e interagem com os Docentes, o que contribui para a projeção do futuro acadêmico desta ou de outra IES, conforme a escolha que fizer e se constitui em estímulo para prosseguir estudando e almejar ostentar o status de Estudante de nível superior.

Desde a sua criação, a Faculdade UCP preocupa-se também com as possibilidades de manutenção de seu acadêmico na instituição. Assim, desenvolve intenso programa de concessão de bolsas acadêmicas, com o objetivo de oferecer condições para que pessoas carentes, aprovadas em seu processo seletivo, possam dar continuidade aos estudos. Em 2005 passou a integrar o Programa Universidade para Todos (ProUni), do Ministério da Educação (MEC), para concessão de financiamento estudantil. O FIES (Financiamento Estudantil) também é disponibilizado aos alunos desde o ano 2001.

Além dos programas governamentais, a IES mantém programas próprios de concessão de bolsas e descontos. O Programa de Bolsas para Funcionários possui regulamentação própria e visa não apenas capacitar internamente o colaborador da IES, mas também auxiliá-lo na manutenção familiar, uma vez que os descontos se estendem aos seus filhos e cônjuges.

As Faculdade UCP mantêm o ESTUDE, programa próprio de financiamento de mensalidades, além do programa FLEX, de parcelamento das mensalidades em maior tempo que a duração do curso de graduação. Há descontos institucionais para grupos familiares, convênios institucionais e empresariais, bolsa atleta, bolsa melhor aluno e ainda o bolsa indicação. Os percentuais de desconto variam de acordo com cada modalidade.

DIMENSÃO 2- CORPO DOCENTE

Os docentes do Curso de educação física devem possuir excelência técnica e didática, demonstrada perante processo seletivo que envolve pontuação por critérios acadêmicos, prova de títulos e prova didática perante banca examinadora.

O docente deve demonstrar excelente capacidade de comunicação escrita, oral e gráfica, além de humildade e integridade. O papel do professor é contribuir para a formação técnica dos alunos, mas sobretudo, propiciar condições para a formação integral por meio de exemplos positivos de caráter e conduta.

O Curso de educação física conta com docentes contratados em regime integral, parcial e horista. O Curso é conduzido pelo Coordenador do Curso auxiliado pelos professores que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP é composto pelo Coordenador do Curso e quatro docentes, a saber: Paulo Ricardo Soethe (coordenador), André Luiz de Oliveira, Helena de Oliveira Andrade, Grasielle Orsi Bortolan e Jeferson Silvestre Alberti dos Santos, sendo que 60% possui titulação *stricto sensu*, sendo três mestres (60%) e dois especialistas (40%), conquanto ao regime de trabalho, um é contratado em regime integral (20%) e quatro em regime parcial (80%).

O NDE, órgão colegiado regulamentado pela Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e por resolução própria da IES, é um colegiado de grande valia para a organização pedagógica do Curso, que atua na implementação integral do PPC, sua avaliação constante, adequação e importância à realidade diária, pois,

constantemente propõe alterações curriculares ao Colegiado de Curso, zelando pela integração curricular interdisciplinar, conforme se denotam pelas atas de reunião.

Assim, a partir da implementação do curso o NDE terá participação plena na consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, sendo órgão consultivo e de assessoria aos demais docentes quando da confecção dos planos de ensino e programação das atividades a serem desenvolvidas.

São atribuições do NDE:

- a) Criar, implantar, atualizar e consolidar o Projeto Pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- b) Estabelecer e consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- c) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- d) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- e) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- f) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- g) Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade; acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares do curso;
- h) Acompanhar as atividades do corpo docente;
- i) Acompanhar e supervisionar alunos em estágios curriculares não obrigatórios.

Os trabalhos do Núcleo Docente Estruturante (NDE) são conduzidos em conformidade com regulamento próprio publicado por meio da Resolução nº 48/2018 que estabelece, entre outras questões, que o NDE dos cursos de graduação da UCP constitui-se de grupos de docentes, de forma que cada curso tem o seu NDE, com atribuições acadêmicas de acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, em consonância com as diretrizes curriculares vigentes; que apresenta estrutura e funcionamento de forma a permitir a articulação entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão, em projetos comprometidos com a responsabilidade social, opção voltada para o sentido da universalização e da democratização das dimensões ético-política, teórico-metodológica, interventiva e investigativa da formação profissional; que o mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, garantida a recondução com base no interesse dos próprios membros, na proporção mínima de manutenção de 40% dos

constituintes e, que para garantia da qualidade da oferta do curso, de acordo com os princípios do SINAES e dos instrumentos regulatórios e avaliativos vigentes, a composição do NDE poderá ser alterada em no máximo 40% de um ato autorizativo para outro, de forma a garantir a continuidade do acompanhamento do curso até o próximo ato regulatório. Destaca-se que a cada semestre o colegiado elabora um plano de atuação com a distribuição das disciplinas correlatas a sua especificidade, o que é referendado pelo NDE.

O NDE do curso de Educação Física é formado por um conjunto de professores composto por 5 professores do corpo docente proposto para o curso, todos com elevada formação e titulação, que serão contratados em tempo integral e/ou parcial, que respondem mais diretamente pelo desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso (Tabela 5)

Tabela 5 - Professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

PROFESSORES MEMBROS DO NDE
Paulo Ricardo Soethe
André Luiz de Oliveira
Helena de Oliveira Andrade
Grasiele Orsi Bortolan
Jeferson Silvestre Alberti dos Santos
Fonte: Resolução nº 14/2020 (UCP)

2.2 ATUAÇÃO DA COORDENADOR

A coordenação do curso é atribuição do Coordenador do curso, indicado pelo Diretor Geral, dentre os professores do curso. O Coordenador do curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP atua intensamente na gestão do curso, promovendo a integração entre coordenação, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos e mesmo coletivamente. Promove a aproximação entre as unidades conveniadas e a IES. Coordena também a administração dos diversos setores vinculados ao Curso de Educação Física.

Promove, estimula e participa de atividades acadêmicas e sociais, possibilitando a interlocução entre coordenação e acadêmicos, comunidade interna e comunidade externa.

O Coordenador possui as seguintes atribuições:

- Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários estabelecidos; distribuir encargos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades, coordenando-lhes as atividades;
- Pronunciar-se sobre o aproveitamento de estudos de adaptação de alunos transferidos e diplomados; propor a admissão de monitores;
- Elaborar, junto com os demais membros do NDE o currículo pleno do curso de graduação, bem como suas modificações, submetendo-os ao Colegiado do curso, ao Conselho Superior e ao Conselho Nacional de Educação;
- Propor normas de funcionamento dos estágios curriculares e encaminhá-los ao Conselho de Ensino e Pesquisa para apreciação;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no regimento da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP.

A Coordenação do Curso em educação física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- participará efetivamente dos órgãos colegiados acadêmicos da instituição. Esta participação se dará por meio de reuniões e discussões referentes ao andamento do curso em particular e da IES como um todo.

A atuação do coordenador está de acordo com o PPC, atende à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

O Coordenador do curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP é indicado pela Diretor Geral e atua intimamente na gestão do curso, promovendo a integração entre coordenação, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos e ou coletivamente.

O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de deliberação da Faculdade é composto pelo Diretor Geral, seu presidente; pelos coordenadores de curso; por

representantes da Mantenedora; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; por um representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida a recondução.

O Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa, é constituído pelo Diretor Geral, seu presidente; pelos coordenadores dos cursos; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitido a recondução; por representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação, com mandato de um ano, permitida a recondução.

A Coordenadoria do curso é integrada pelo Colegiado, para as funções deliberativas e pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas e pelo NDE, órgão consultivo responsável pelo acompanhamento e planejamento do PPC. O colegiado do curso é constituído pelos professores das disciplinas que ministram aulas no curso e um representante do corpo discente. O colegiado é dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo professor decano do curso.

O colegiado do curso reunirá ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário. Desde o ano de 2018 a coordenação do Curso de Educação Física é exercida pela Professor Paulo Ricardo Soethe, Licenciado e Bacharel em Educação Física, especialista em Educação Física Escolar, Educação Especial e Inclusiva, mestre em Exercício Físico na Promoção da Saúde pela UNOPAR. O Coordenador, com conhecimento no magistério superior na área da educação física há mais de 6 anos. Está na Instituição desde o ano de 2018, acompanhando diariamente, a execução do projeto pedagógico, com preferência para a qualidade e ensino por ideal.

Suas ações vem pautada em um plano de ações anuais que demonstra os anseios e o direcionamento deve ser dado no que tange às atividades pedagógicas do curso. Conforme a Avaliação Institucional realizada pelo corpo discente, que avaliam o desempenho do coordenador, auxiliando de certa forma na melhoria do curso.

2.3 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O regime de trabalho da coordenação do curso de Educação Física é de tempo parcial, realizando suas atividades com 25 horas distribuídas entre gestão/coordenação e sala de aula.

O regime de trabalho do coordenador e permite o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

O coordenador do curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná- UCP realiza suas atividades competentes em período parcial, no que tange a gestão das ações do curso como das atividades pedagógicas, auxiliando o corpo docente nas suas atribuições, delegando atividades junto ao curso, com o propósito de integrar junto à gestão administrativo/pedagógico. Em sua disponibilidade atende as demandas do corpo discente individual, em grupo ou coletivo, com o propósito de inter-relacionar os anseios para melhor formação acadêmica.

A Coordenação do curso participa de forma efetiva dos órgãos colegiados acadêmicos da instituição. Esta participação se dá por meio de reuniões e discussões alusivas ao andamento do curso em particular e da IES como um todo. Pautada em um plano de ação, que busca interligar sobre as atividades com a avaliação institucional que norteia o desenvolvimento e relação coordenação/discente/docentes. De forma contínua a gestão se faz competente e dinâmica.

O Coordenador do curso possui seis (06) anos de experiência acadêmica em educação superior. E mais de 10 anos no magisteria na educação fundamental, média e especial nas aulas de educação física e treinamento esportivo com o futsal, atletismo e handebol.

2.4 CORPO DOCENTE

A formação dos profissionais do corpo docente do curso de educação física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP é sólida e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso em seu currículo (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006).

Essa característica do corpo docente fundamenta ainda mais o proposto pelos modernos conceitos de formação generalista adotada pela maioria dos cursos superiores, principalmente na área da educação física, permitindo uma riqueza de conhecimentos que beneficiará a comunidade, que contará com um profissional de ampla visão social e humanista.

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

As reuniões de colegiado são realizadas periodicamente e alinhavadas com as reuniões do Núcleo Docentes Estruturante buscando analisar as bases curriculares proposta na matriz curricular presentes no PPC em conformidade ao perfil do egresso, ao dinamismo da atividade prática e do mercado de trabalho atual, buscando a fomentação crítica e reflexiva do corpo discente utilizando como ferramenta a base em literatura atualizada presentes na biblioteca física da IES, biblioteca digital, além de plataformas de pesquisa.

A interlocução entre a teoria e a prática em consonância com o perfil do egresso, buscando fortalecer principalmente na produção da Iniciação Científica, enaltecer atividades no Projeto de Extensão, para o desenvolvimento desse profissional no mercado de trabalho.

O colegiado de Educação Física, juntamente com a IES, incentiva periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos.

Além disso, como foi comentado anteriormente, a IES edita a Revista Trivium destinada a publicar trabalhos oriundos da comunidade acadêmica.

2.5 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua. O corpo docente do curso de Educação Física da Faculdade UCP está embasado no que é pertinente ao regime de trabalho, 1 é contratado em Regime Integral (10%), 6 Parcial (60%) e 3 Horistas (30%), o percentual dos professores parciais e integrais perfaz 70%.

Dos 10 docentes do curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, 6 são mestres e 4 são especialistas. Assim, o percentual de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu é de 60% de professores mestres e 40% de professores especialistas. Esta composição eclética e gabaritada garante ao curso de Educação Física uma ampla bagagem de conhecimento tanto prático quanto teórico, no que diz respeito ao ensino, a iniciação à pesquisa e à extensão, que contribuem significativamente para o profissional formado pelo curso.

2.6 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão. Dentre os 10 docentes do Curso de Educação Física da Faculdade UCP, todos possuem, pelo menos, 2 anos de experiência profissional, excluídas as atividades no magistério superior. O percentual atinge 80% dos docentes com experiência

profissional superior a 2 anos. Destaca-se que essa experiência permite identificar um corpo docente com experiência profissional e aderência aos componentes curriculares a serem ministrados, contribuindo para um bom processo de ensino-aprendizagem, bem como uma constante análise e discussão sobre a profissão.

Adequar -se às inovações tecnológica e pedagógicas as quais a IES proporciona são umas das habilidades observadas nos docentes do curso de educação física. Isto mostra principalmente que estão abertos a mudanças as quais serão repassadas para o discente e assim, este também possa adaptar-se às novas tendências de mercado. Um exemplo claro é o uso de recursos como Sala Interativa, Biblioteca Virtual e as Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS). O uso de tecnologia por parte do docente é importante para a fixação do conteúdo e também proporcionar uma visão diferente e com mais recursos aos acadêmicos do curso de Educação Física.

O corpo docente em sua grande maioria possui uma experiência de campo nas diferentes áreas de atuação do engenheiro agrônomo, e utiliza dessa vivência para exemplificar situações teórico x práticos reforçando o aprendizado do aluno. A utilização de conceitos teóricos repassados em sala e demonstrados em aulas práticas fortalece e demonstra a aplicabilidade de decisões as quais o profissional deve tomar para resolver determinada situação.

A correlação das disciplinas de períodos iniciais e sua aplicabilidade nos períodos mais avançados são fundamentais, por isso é estimulado que o discente participe das atividades propostas pelo curso, como de aulas interdisciplinar.

Os estágios curriculares e extra curriculares também são importantes para esta formação. É observado muitas vezes a contextualização pelos discentes de temas observados em prática com os docentes e que vem agregar mais conhecimento.

É incentivado pela coordenação e IES a participação dos docentes em capacitações como Simpósios, Cursos de Aperfeiçoamento, Congressos para que possam compartilhar com os discentes experiências novas, como utilização de novos produtos na produção agrícola, visita técnica e inovações dentro da Educação Física.

A análise das competências previstas no PPC em consonância com o perfil do egresso é fundamental para que o docente possa elaborar e propor um plano de aula adequado, utilizando metodologias que facilite o aprendizado do acadêmico e que tenha uma abordagem científico-teórico-prático que instigue a busca incessante pelo conhecimento do discente.

2.7 RELAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: TITULAÇÃO E DISCIPLINAS

PAULO RICARDO SOETHE	
GRADUAÇÃO	Educação Física Licenciatura e Bacharelado
MESTRADO	Exercício Físico na promoção da saúde
DISCIPLINA	Esportes Individuais Didática Tópicos Especiais em Educação Física Exercício Físico Adaptado Exercício Físico na promoção da Saúde
REGIME TRABALHO	PARCIAL

HELENA ANDRADE	
GRADUAÇÃO	Letras Português e Literatura de Língua Portuguesa
MESTRADO	Literatura
DISCIPLINA	Leitura e Produção de Texto
REGIME TRABALHO	PARCIAL

JEFFERSON SILVESTRE ALBERTI DOS SANTO	
GRADUAÇÃO	Administração
DISCIPLINA	Ética
ESPECIALIZAÇÃO	Gestão de Pessoas e Inteligência Competitiva
REGIME TRABALHO	INTEGRAL

DANIELI FERNANDA RENZI	
GRADUAÇÃO	Biomedicina
MESTRADO	Ciências Farmacêuticas
DISCIPLINA	Fisiologia Humana

REGIME TRABALHO	HORISTA
-----------------	---------

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA	
GRADUAÇÃO	Educação física licenciatura e bacharel
MESTRADO	Educação
DISCIPLINA	Esportes Coletivos I Traumatologia e Ortopedia Legislação Esportiva Socorros de Urgência
REGIME TRABALHO	PARCIAL

CARLOS ALI YASSIN

GRADUAÇÃO	Educação física
ESPECIALIZAÇÃO	Corporeidade e Educação Física
DISCIPLINA	Lazer e Recreação Anatomia Humana Desenvolvimento Motor Cinesiologia Treinamento Desportivo
REGIME TRABALHO	HORISTA

GRASIELE ORSI BORTOLAN

GRADUAÇÃO	Educação física
ESPECIALIZAÇÃO	Educação Física
DISCIPLINA	Ginastica TCI Ginastica de Academia Treinamento Resistido
REGIME TRABALHO	PARCIAL

JEAN PABLO GUIMARÃES ROSSI

GRADUAÇÃO	Psicologia
MESTRADO	Sociedade e Desenvolvimento
DISCIPLINA	Filosofia e Sociologia Psicologia Psicologia do Esporte
REGIME TRABALHO	PARCIAL

RODOLPHO HENRIQUE TOME MACHADO

GRADUAÇÃO	Pedagogia
ESPECIALIZAÇÃO	Libras
DISCIPLINA	Libras
REGIME TRABALHO	PARCIAL

VALDIR MACHADO GUIMARÃES

GRADUAÇÃO	Ciências contábeis e História
MESTRE	História
DISCIPLINA	Demandas Contemporâneas Bioestatística
REGIME TRABALHO	PARCIAL

2.8 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O colegiado atual está institucionalizado, possui representatividade nos segmentos, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

Em conformidade com o Regimento Interno, o colegiado do curso é constituído por todos os docentes do curso e 1 (um) representante do corpo discente.

O colegiado do curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná é formado por profissionais que possuem competências nas mais

diversas áreas do conhecimento, sendo estas, essenciais no processo de formação do futuro profissional da área das ciências agrárias.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação da Direção ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros. As reuniões são registradas em atas.

Compete ao Colegiado de Curso, conforme artigo 28 do Regimento:

- I. Aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso respectivo;
- II. Elaborar os projetos de ensino, iniciação a pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo CONSEPE e/ou pelo Conselho Superior;
- III. Acompanhar o andamento do curso nas disciplinas e atividades de ensino que o integram, propondo as alterações que julgar necessárias;
- IV. Promover a integração dos planos de ensino das várias disciplinas, elaboradas pelos docentes, para a organização do programa didático do curso;
- V. Propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências em matéria de sua competência;
- VI. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Estatuto e Regimento.

Ainda conforme o Regimento Interno da IES são atribuições do professor:

- elaborar o plano de ensino de sua disciplina, submetendo-se à aprovação do Colegiado do Curso;
- orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e carga horária;
- organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- lançar no sistema acadêmico os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixos;
- observar o regime escolar e disciplinar da Instituição;
- elaborar e executar projetos de Iniciação a Pesquisa;
- votar, podendo ser votado, para representante docente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Conselho Superior;
- participar das reuniões e trabalhos dos órgãos Colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Estatuto e Regimento.

A Instituição manterá um programa de Formação Continuada, aprovado anualmente pelo Conselho Superior. A Direção Geral proporá provisão de recursos financeiros e condições administrativas para que docentes participem de congressos, seminários, simpósios e, especialmente, em cursos de pós-graduação, preferencialmente *stricto sensu*.

A IES mantém como forma de registro das atividades acadêmicas através do Sistema Digital TOTVS, em que os alunos poderão consultar as disciplinas, notas, presenças, situação financeira e calendários. A IES também mantém licença dos aplicativos da Google para utilização do corpo docentes e discente.

2.9 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O corpo docente do Curso de Educação Física da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP possui elevada experiência no Ensino Superior e, além disso, possuem produções científicas em suas respectivas áreas. Desse modo, dos 10 professores que compõem o Colegiado do Curso de Educação Física da UCP, mais de 50% destes possuem em torno de 10 ou mais produções científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas nos últimos 03 anos.

DIMENSÃO 3- INFRAESTRUTURA

A IES encontra-se instalada sede própria, denominada Campus Universitário Júlio Podolan, sito à Av. Universitária s/nº, Linha Cantu, Pitanga/PR. O terreno da Instituição possui 256.865,71m² (10 alqueires), sendo mais de 6.000m² de área construída. A área construída é dividida em blocos, denominados Blocos A, B, C, D, além da biblioteca, do ginásio de esportes que conta com quadra poliesportiva, academia de ginástica, laboratórios, vestiários e banheiros, bem como há também a edificação destinada a sala de trabalho, espaços para guarda dos equipamentos e implementos utilizados no centro de práticas agronômicas e veterinárias. Há ainda a clínica veterinária que se encontra em construção e um novo auditório que será construído.

3.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI

A Instituição disponibiliza de salas/estação de trabalho para cada um dos docentes em regime de trabalho integral, algumas individuais, outras de uso coletivo pelos docentes integrais. As salas são dispostas conforme as necessidades da IES e do Curso a que está vinculado o professor Integral. Todas as estações aos docentes integrais são dotadas de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

3.2 ESPAÇO DE ORIENTAÇÃO DE ALUNOS

No bloco B há salas específicas destinadas para o atendimento acadêmicos aos alunos por professores e Coordenadores, além de orientações de Trabalhos de Curso e Estágios. Junto da biblioteca da instituição há mais salas de atendimento e orientação aos acadêmicos que estejam desenvolvendo trabalho de conclusão de curso.

É disponibilizada ainda uma sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem cujo uso depende de agendamento prévio. Todos os espaços de trabalhos destinados aos docentes integrais são dotadas de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil.

3.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso será instalada em uma sala individual, com computador com acesso à internet e acesso a rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documentos e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Há também apoio técnico-administrativo. Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral e parcial, dos cursos existente na IES, atualmente, possuem uma sala específica, com acesso a rede sem fio e apoio técnico-administrativo.

3.4 SALA DE PROFESSORES

A IES possui uma sala de professores, equipadas com computadores com acesso a internet e também com rede sem fio. A sala dispõem de sofás, cadeiras e mesas para que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda uma sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem cujo uso depende de agendamento prévio.

Contém banheiros amplos, arejados, limpos e de fácil acesso. Disponibilização para os professores de café, leite, água e lanche, a IES possui cantina e restaurante para atender às demandas de cada colaborador proporcionado o melhor conforto em seu ambiente de trabalho.

Uma equipe de apoio sempre disponível para atender as demandas como: entrega de atas de avaliações e de aulas, entrega de avaliações, entrega de equipamentos (data show, som, microfone).

Os professores têm disponível um escaninho, identificado, para a entrega de documentos. Quando as instalações sanitárias atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.

Para descanso e descontração dos professores foram instalados na sala dos professores uma mesa de pebolim, onde os docentes poderão praticar este esporte, pensando no bem estar dos docentes da IES.

3.5 SALAS DE AULA

A IES conta com área suficiente destinada às salas de aulas. As dimensões das salas são adaptadas às turmas ou às atividades pedagógicas a serem realizadas, haja vista que há salas de diversos tamanhos, com metragens que variam entre 40m², 50m², 64m² e 127m², atendem confortavelmente, turmas de 30 até 50 acadêmicos nas aulas teóricas, resultando, nas salas maiores, numa média de 2,54m² por acadêmico.

A boa acústica das salas de aula é garantida pela forma com que foram construídas, com pequenas janelas voltadas para os corredores do edifício e amplas janelas para a parte externa. Todas as salas possuem ventiladores e iluminação com lâmpadas fluorescentes em quantidade adequada para garantir o conforto dos alunos.

Há ainda um bom isolamento acústico contra ruídos externos e boa audição interna. Grande parte do piso é de granitina e o restante é de material cerâmico, totalmente sem saliências ou depressões, que oferecem higiene, segurança e durabilidade.

O isolamento térmico é garantido pela manta reflexiva sobre o forro de PVC. As salas possuem tomadas elétricas com 110 volts suficientes para a utilização de recursos audiovisuais. Cada sala de aula possui mobiliário formado por mesa e cadeira estofada para o professor, e cadeira universitária estofada com prancheta, ou conjunto escolar com cadeira estofada e mesa para o acadêmico. Também estão disponíveis para professores e alunos as telas para projeção de trabalhos e exposições, bem como quadro-negro e data show, sendo que esse está afixado no teto das salas de aula.

A limpeza é feita rotineiramente por pessoal devidamente treinado e com materiais adequados, garantindo um ambiente agradável às aulas.

A IES possui um espaço para atividades inovadoras e tecnológicas que permite aulas diferenciadas, implementação de metodologias ativas, equipada com 4 datashow, ar condicionado, ventiladores, tela interativa, equipamento para videoconferência, equipamento de som, sinal wireless, mesas redondas e cadeiras giratórias, que é disponibilizado para o curso, mediante agendamento prévio.

Há um amplo espaço de convivência, que possui mesas, cadeiras, sofás, mesa de pebolim, mesa de tênis de mesa, equipamento de som, datashow, o qual é utilizado para realização de grandes eventos, tais como formaturas, feiras, seminários, o qual comporta aproximadamente 800 pessoas sentadas, que é disponibilizado para o curso, mediante agendamento prévio.

Está em fase de conclusão a obra do novo auditório com equipamentos audiovisuais próprios, como datashow, microfone, ar condicionado, com capacidade para até 700 pessoas, que será disponibilizado para o curso, mediante agendamento prévio.

Todos os espaços da IES são arejados natural ou artificialmente por amplas janelas basculantes e equipamentos adequados (ventiladores/ar condicionado).

Todas as salas de aula possuem data show e tela para projeção. A iluminação é natural ou artificial quando necessária adequando-se ao ambiente escolar. Há ainda um bom isolamento acústico contra ruídos externos e boa audição interna.

A limpeza é feita diariamente por funcionários devidamente treinados e com materiais adequados, garantindo um ambiente agradável às aulas. A UCP disponibiliza área necessária às instalações administrativas. A IES conta ainda com rede de informação e central telefônica, podendo interligar todos os setores.

A UCP dispõe de funcionários adequados destinados à manutenção e a conservação das instalações físicas do campus. Os banheiros destinados aos alunos estão equipados com cabines para pessoas com deficiência, sendo duas no banheiro masculino e duas no banheiro feminino, há fraldário e banheiros unissex.

A UCP é monitorada vinte e quatro horas por dia por empresa terceirizada de segurança. Há sensores de movimentos em diversos pontos do prédio, garantindo a segurança contra invasões. Durante o horário de funcionamento, a segurança é feita por vigias, não armados, que controlam o acesso ao estacionamento e à estrutura predial. A segurança contra incêndios é garantida pela boa qualidade das instalações que, conforme as normas separam corretamente todas as instalações elétricas. Há extintores suficientes, sirenes, lâmpadas e saídas de emergência para o caso de incêndio. A Instituição também conta com seguro predial contra incêndios.

3.6 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui atualmente 90 computadores para o acesso dos acadêmicos, todos com acesso a internet, distribuídos entre os laboratórios de informática, central de estágio e TC, diretório acadêmico, biblioteca e sala smart.

A sala smart é um espaço onde o acadêmico, pode realizar suas tarefas da plataforma online que IES disponibiliza.

Vale destacar que a UCP possui em toda a IES, fibra ótica que possibilita acesso à rede sem fio (Wi-Fi), com velocidade de 100 MB, disponível a todos que desejarem acessar a rede por meio de seus notebooks e smartphones.

O acesso a rede sem fio, é mediante cadastro de identificação, para maior segurança dos usuários, e para atender as novas leis vigentes, como o marco Civil da

Internet e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Destaca-se que possui hardware e software atualizados e que os equipamentos passam por avaliação e manutenção periódica.

Há acesso irrestrito de notebooks na rede wireless da IES. Todos os dias um dos laboratórios e os computadores da biblioteca ficam abertos das 13 às 17h, 18h40 às 22h40, com acesso livre aos alunos. Os demais laboratórios, quando não utilizados em aulas, são disponibilizados aos alunos mediante solicitação ao setor de Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) da IES.

Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos.

Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA. As disciplinas do curso de Educação Física que utilizarão destes laboratórios são: Comunicação e Metodologia da Pesquisa, Georreferenciamento e todas as outras disciplinas para atividades via Google Classroom, Kahoot, utilização de Biblioteca Digital ou Moodle na realização das atividades da Plataforma Smart para a execução das Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS).

Além dos laboratórios de informática e a biblioteca, alunos (5%) que não tem acesso a internet em sua residência, ou os que possuem podem utilizar a SALA SMART, para realizarem as atividades de APS. O espaço SMART é um local reservado onde se encontra doze computadores com acesso a internet, onde os acadêmicos podem desenvolver suas APS no dia dela. Sempre haverá presença de docente.

3.7 BIBLIOTECA

A biblioteca Prof^a Dirce Doroti Merlin Clève está localizada entre os blocos B e C da Instituição e tem com um espaço exclusivo de aproximadamente 500 m², com 7

(sete) mesas para estudos individuais, 13 (treze) mesas reservadas para estudo coletivo e 10 terminais de computadores com acesso em banda larga à internet, 02 (dois) terminais de consulta ao acervo e 03 (três) salas de reuniões ou atendimento ao acadêmico.

Está sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado junto ao Conselho de Biblioteconomia. O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por um bibliotecário, uma auxiliar de biblioteca e três estagiários. Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos, corpo técnico-administrativo e à comunidade. A sua organização obedece aos objetivos dos cursos ministrados pela Instituição e é regida por Regulamento próprio. É uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar. Seu Horário de funcionamento é das 13h às 17h e das 18h40 às 22h40, e seu acervo é formado por diversos materiais bibliográficos em diferentes suportes, tais como, livros, multimeios (VHS, K7, CD's, DVD's, entre outros), referência (enciclopédias, dicionários, bibliografias etc.), especial (monografias, dissertações, teses, entre outros) e periódicos (revistas, jornais etc.). Conta atualmente com 26.996 exemplares, distribuídos em 11.825 títulos e 5.070 periódicos físicos, distribuídos em 549 títulos. A biblioteca está integrada a outras bibliotecas brasileiras pelo sistema COMUT. Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios de informática, na biblioteca e na secretaria acadêmica. Os ambientes da biblioteca são acessíveis, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc.).

O apoio da Biblioteca para a elaboração de trabalhos acadêmicos dá-se através do treinamento de usuários envolvendo uso de recursos e serviços disponíveis, normalização de trabalhos acadêmicos e a orientação quanto à aplicação das normas da ABNT. O acervo encontra-se informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação).

Deste modo, a biblioteca da Faculdade UCP atende a demanda e a oferta ininterrupta de títulos adequados a unidade curricular e descrito no PPC do curso e de meios de ação rápida, pelo sistema de informatização, para atualizar exemplares e/ou assinaturas que venham a ser necessárias para a adequada formação acadêmica. A Biblioteca mantém um acervo dentro das exigências legais para o funcionamento adequado do Curso, além de prestar um serviço de qualidade a toda comunidade acadêmica.

3.7.1 CORPO TÉCNICO DA BIBLIOTECA

O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por um bibliotecário, um auxiliar de biblioteca e dois estagiários. Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelo bibliotecário da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

3.7.2 ACERVO

O acervo da bibliografia física básica do curso está tombado e informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação). Disponibiliza reserva “on-line” por meio da página institucional www.ucpparana.edu.br.

Os títulos referentes ao Curso de Educação Física estão atualizados e adequados às unidades curriculares e conteúdo do PPC. O número de exemplares, tanto de uso quanto de referência, também é adequado ao número de vagas solicitadas e à proposta pedagógica. Nas atas do NDE consta o referendamento da bibliografia. A

biblioteca dispõe de computadores que atendem a oferta de acesso à Internet de forma estável e com velocidade satisfatória, e há espaço para o estudo individual e coletivo.

Além do acervo físico, a IES possui acervo virtual, por meio da plataforma Biblioteca Virtual e todos os alunos e colaboradores da IES possuem senha pessoal e acesso a todo o acervo, independente de área, sendo essa uma grande inovação na IES, pois por meio da plataforma Biblioteca Virtual o aluno tem acesso as obras no local onde estiver, seja em casa, no percurso até a UCP, ou em outro local. Há muitos títulos na biblioteca virtual, à disposição dos usuários, que complementam o conteúdo das unidades curriculares propostas no PPC. Em relação ao acervo virtual, há planos de contingência decorrentes da variação de demanda de acesso, em quantidade suficiente ao número de vagas autorizadas para o curso.

A política de expansão e atualização do acervo, denominada na IES como Política de desenvolvimento de coleções, é institucionalizada como seus principais objetivos são: Estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico; Disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as necessidades de bibliografia básica da matriz curricular do curso de Educação Física, de modo a garantir a demanda de acervo ao número de aluno matriculados no curso e/ou em outros cursos que demandem da mesma bibliografia; Atualizar permanentemente o acervo, conforme os objetivos do curso e a estrutura curricular; Determinar critérios para duplicação de títulos; Estabelecer prioridades de aquisição de material; Estabelecer formas de intercâmbio de publicações; Traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

Quanto à formação do acervo, o material bibliográfico deve ser selecionado observando os seguintes critérios: Adequação do material aos objetivos do curso de Educação Física; Autoridade do autor e/ou editor; Atualidade; Qualidade técnica; Quantidade de material sobre o assunto na coleção em acordo com o número de alunos que devem ter acesso ao conteúdo; Cobertura/tratamento do assunto; Custo justificado; Idioma; Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material; Conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.

As normas específicas para uso do acervo e dos serviços encontram-se à disposição dos consulentes no regulamento da Biblioteca. A atualização do acervo é feita com base nas sugestões encaminhadas pela comunidade acadêmica, aprovados pelo colegiado e NDE do curso.

3.6.2.1 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A implantação da política de seleção e aquisição serve à constante atualização e manutenção da qualidade do acervo, e esta deve ser incorporada como filosofia e metodologia no trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções da Biblioteca.

O processo de seleção das obras a serem adquirida parte da indicação dos docentes e passa por uma comissão, composta pela direção, bibliotecário e coordenação dos cursos. É primordial que se estabeleça uma política de seleção para evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de documentos, por este motivo foram estabelecidos alguns critérios com o objetivo de:

- Estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- Disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- Atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo nas áreas de atuação da instituição;
- Direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- Determinar critérios para duplicação de títulos;
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- Traçar diretrizes para o descarte do material;
- Traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

3.6.2.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

A Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná conta com uma Biblioteca que possui livros das mais diversas áreas, sendo os de educação física atualizados e indicados pelos professores do colegiado do curso e aprovados pelo NDE para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa. Os livros abrangem as mais diversas áreas do conhecimento das ciências saúde, permitindo ao aluno um maior embasamento teórico para sua associação com a prática. Além

disso, a Biblioteca conta com o sistema COMUT, o que permite uma ampliação ao acesso de produções das várias áreas do conhecimento.

Conta também com respeitável acervo, constituído basicamente por periódicos e revistas de qualidade reconhecida no meio acadêmico. O acervo encontra-se informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação).

A bibliografia básica corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos.

A bibliografia complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na IES, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo cinco títulos.

A Instituição possui acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, distribuídos entre as principais áreas de conhecimento do curso disponibilizando o acesso aos acadêmicos.

3.6.2.3 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo 3 títulos.

3.6.2.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A literatura complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na IES, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo,

segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo dois títulos.

3.8 LABORATÓRIOS

A Faculdade UCP conta com uma estrutura diferenciada e moderna, com equipamentos e tecnologias que colocam a comunidade acadêmica no patamar necessário para a adequada formação técnica, profissional, humanística e pessoal. Todos os laboratórios atendem às necessidades dos alunos quanto ao conforto, número de equipamentos condizentes com o espaço físico e número de alunos.

Os equipamentos de todos os laboratórios passam por manutenção semestral, principalmente equipamentos como microscópios, que têm um uso intensivo na grande maioria das aulas. O escopo do seu Sistema da Qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a Política, os Objetivos e os Procedimentos Operacionais Padrões – POP. A fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercado de trabalho.

Os alunos do primeiro período são informados pelo técnico quanto aos procedimentos operacionais padrão de cada laboratório já nos primeiros dias de aula, utilizando de forma segura todos os equipamentos e sempre acompanhados pelos professores, técnicos de laboratórios e estagiários, e em todos os laboratórios existe um impresso do POP a disposição de todos.

Ao fim de cada semestre, os professores que utilizam os laboratórios preenchem uma requisição de materiais que serão utilizados para o semestre seguinte, conforme o número de alunos e aulas práticas que serão realizadas. Semestralmente os laboratórios são avaliados pelos alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA, e estes resultados são utilizados para melhorar a infraestrutura e os serviços prestados pelos laboratórios.

Todos os ambientes da Instituição estão inseridos na política de acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações, bem como, do TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA.

3.8.1 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A IES conta com laboratórios que atendem plenamente a formação básica acadêmica do curso de Educação Física, a fim de complementar o ensino teórico e permitir práticas fundamentais.

A IES conta com laboratórios que atendem plenamente a formação dos acadêmicos dos cursos da Instituição, a fim de complementar o ensino teórico e permitir práticas fundamentais. Atualmente são 2 laboratórios de informática, que devem ser utilizados, para atividades acadêmicas dos cursos e eventualmente para a comunidade externa que os utiliza para cursos de capacitação; todos com acesso livre à internet. Um dos laboratórios tem 30 máquinas e o outro 25 máquinas.

Figura 4 - Laboratórios de Informática.



Fonte: Os autores, 2019.

Os *softwares* instalados são atualizados constantemente e podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Além dos laboratórios, a Instituição franqueia a utilização da internet *wifi* a todos os alunos que fazem uso de tablets e notebooks, sendo que a tecnologia empregada comporta amplamente a quantidade de usuários. Há softwares para baixa visão e cego no laboratório e na biblioteca e na central do acadêmico.

As disciplinas do curso de Educação Física que utilizarão destes laboratórios são: Tecnologia e Comunicação e Metodologia da Pesquisa, e todas as outras disciplinas quando se fizerem necessários.

3.8.2 LABORATÓRIO DE QUÍMICA E BIOQUÍMICA

O laboratório de bioquímica auxilia na aprendizagem prática da “química da vida”, ou seja, o grande emaranhado de reações químicas que ocorrem dentro da célula, de forma a minimizar as perdas energéticas e maximizar o benefício biológico. Nesse laboratório, simulam-se as reações químicas ocorridas na planta por meio da utilização protocolos de experimentações. São observados processos como degradação enzimática, digestão de proteínas, lipídios e carboidratos.

O escopo do seu Sistema da Qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a Política, os Objetivos e os Procedimentos Operacionais Padrões – POP, elaborados de acordo com as BPLC. A fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercados de trabalho.

Figura 5 - Laboratórios de Química e Bioquímica.



Fonte: Os autores, 2019.

3.8.3 LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CITOLOGIA.

Propicia estudar os princípios e teorias da Biologia Celular e Molecular, aprimorar seus conceitos, sua importância, compreender a Biologia para as ciências, seus estudos, seus avanços tecnológicos. Os acadêmicos aprendem, no decorrer do curso, práticas de laboratório de extrema importância.

Figura 6 - Laboratório de Biologia Molecular.



Fonte: Os autores, 2019.

3.8.4 LABORATÓRIO DE ANATOMIA

Visa fornecer aos estudantes do curso de Educação Física os conhecimentos básicos anatômicos dos sistemas, propiciando aos alunos condições para a realização de estudos e trabalhos práticos, identificando e manuseando as estruturas anatômicas.

3.8.5 SALA DE PREPARO

Está equipada com autoclaves, prateleiras, armários, pia com bancada e se destina à esterilização de: utensílios e reagentes laboratoriais tais como vidraria; meio de cultura para plaqueamento, meios de cultura contaminados pelo crescimento bacteriano, todo o material para ser utilizado nas atividades práticas e que deverá ser descartado. Serve a todos os cursos de Educação Física, Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária.

3.9 CENTRAL DE ESTÁGIO E DE TRABALHO DE CURSO

Espaço destinado ao atendimento dos acadêmicos por seus orientadores de estágio e de TC constituído por várias salas, por mesas para reunião, cadeiras estofadas, computadores com acesso à internet, ventiladores, armários, editais, arquivos.

3.10 ESPAÇO SMART

É um ambiente preparado para receber e atender as necessidades dos acadêmicos para a utilização das tecnologias como suporte para o aprendizado, possui 13 máquinas.

A organização do ambiente, que é descontraído, alegre e inovador, permite a interação de aluno/aluno e aluno/docente. Podendo ser utilizada em qualquer momento do horário da IES como também nos momentos das APS.

A sala também é um ambiente no qual os docentes podem planejar e postar suas atividades e sempre haverá um docente presente na sala para sanar as dúvidas e ajudar os acadêmicos.

Figura 9 – Espaço SMART - Faculdade UCP



Fonte: Os autores, 2019.

3.12 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A IES possui espaço denominado Espaço de Tecnologia e Informação, cujo espaço comporta diversos formatos de atividades e, levando em consideração a atividade a ser desenvolvida, acomoda entre 50 e 150 pessoas, no qual, além de quatro datashow, há tela interativa e também equipamento para videoconferência.

3.13 MULTIMEIOS

Equipamentos multimídia instalados nas salas de aula, equipamento de som, computadores, datashow móvel, microfones, *laptop*, material suporte para multimeios.

3.15 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO²

Espaço contendo servidor *firewall* para acesso à internet, um servidor para backup de arquivos e fotos, um servidor para testes, central telefônica, DVR para câmeras, computadores, mesa para manutenção de equipamentos, armários, ar condicionado. Cabe ao Setor o suporte em TI (de forma geral) ao setor acadêmico e técnico-administrativo.

3.16 CENTRO DE APOIO ACADÊMICO (CAA)

Espaço destinado ao atendimento da comunidade acadêmica pelos profissionais que atuam no CAA, tais como pedagogo, advogado e psicólogo, equipado com mesas, cadeiras estofadas, sofá, armários, ventilador e acesso à internet.

3.17 EMPRESA JUNIOR

Sala contendo mesa, cadeiras estofadas, armários, computadores com acesso à internet (com e sem fio), telefone, ventilador e arquivo.

3.18 BRINQUEDOTECA

Espaço equipado com blocos lógicos, fantoches, jogos de quebra cabeça, entre outros, destinados as atividades dos cursos de licenciatura.

² Cf. Normas para utilização de Recursos Tecnológicos – TI/UCP. / Documentação de Rede UCP, 2019.

3.19 PISCINA

Piscinas para atender as disciplinas de natação e atividades aquáticas dos cursos de Educação Física, situada no centro da cidade e utilizada por meio de convênio/parceria.

3.20 QUADRA POLIESPORTIVA

A quadra poliesportiva é coberta e demarcada com as dimensões de diversos esportes e possui tabelas de basquete, traves para futsal e local próprio para fixar rede de vôlei. Possui também vestiários feminino e masculino, sala para materiais esportivos e de práticas de dança (com espelho), sanitários e arquibancada com capacidade para 800 espectadores aproximadamente.

3.21 CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE ATLETISMO

Espaço destinado as aulas práticas do curso de Educação Física, contendo campo de futebol, pista de atletismo, espaço para arremesso de peso, dardo, disco e martelo, para salto em altura e com vara e distância. Esse espaço é utilizado pela comunidade acadêmica interna e externa para práticas de esportes e para campeonatos esportivos.

3.22 AUDITÓRIOS

A Instituição possui um auditório destinados às atividades acadêmicas curriculares, extracurriculares e extensionista, que comporta até 700 pessoas, possui equipamento de áudio e vídeo, transmissão por tela interativa, equipamento para videoconferência, acesso à internet wi-fi. É dotado de acessibilidade com sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, locais reservados para pessoas com mobilidade reduzida e obesos, elevadores, além de apresentarem excelente iluminação, acústica, ventilação, limpeza e conservação. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc.)

3.23 CENTRAL DE ATENDIMENTO

A Secretaria Geral é o órgão concentrador das atividades administrativas acadêmicas da Faculdade UCP e obedecer às normas estabelecidas no regimento da IES, emanadas de órgãos superiores e ainda, da legislação vigente no que concerne à sua atividade. A função da Secretaria Geral é dar suporte aos setores a ela vinculados, providenciar arquivamento ordenado e seguro da documentação gerada pela administração acadêmica, atendimento aos acadêmicos (prestando informações, agilizando consultas e informando do andamento de processos acadêmico-administrativos de interesse do acadêmico). A central de Atendimento atende de segunda-feira a sexta-feira das 8hmin às 22h40min e aos sábados das 8h às 12h.

3.23.1 ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

Os registros de notas e frequências são lançados no sistema acadêmico pelos professores e arquivados no sistema a partir de 2018/1. Antes os livros de chamada eram impressos pela secretaria e arquivados em local apropriado, separados por ano/semestre, turmas e disciplinas. Da mesma forma, a documentação dos alunos e as solicitações protocoladas, são registradas no sistema e os documentos físicos arquivados em pastas individuais.

O acompanhamento do histórico do aluno é feito através de relatório expedido pela secretaria, através do sistema de gestão escolar TOTVS, que emite uma cópia ao acadêmico, sempre, na renovação da matrícula ou a qualquer momento, pela consulta on-line no site da faculdade. As coordenações também recebem uma via deste documento no final de cada período.

O sistema de trabalho adotado na Secretaria Acadêmica é o de divisão de tarefas, coordenadas pela Secretaria Geral que as distribui de acordo com as necessidades. As atividades realizadas são:

- Montagem e acompanhamento dos processos protocolados;
- Elaboração de documentos;
- Suporte aos professores na época de registro de notas e frequências;
- Matrícula de alunos de primeiro ingresso (calouros) e cursantes (veteranos) no início do semestre;
- Atendimento de telefone em assuntos pertinentes à secretaria;

- Atendimento de alunos no balcão;
- Atendimento de solicitações de professores e coordenadores;
- Arquivamento de documentos nas pastas individuais dos alunos;
- Emissão de documentos oficiais da IES;
- Emissão de certificados e encaminhamento de diplomação;
- Inscrições e controle de eventos da instituição;
- Digitalização dos documentos.

3.23.2 CORPO TÉCNICO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO

O corpo técnico-administrativo da Secretaria é constituído por 7 funcionários, sendo uma Secretária Geral, um Tesoureiro, quatro auxiliares de secretaria, um aprendiz.

Existe treinamento para o pessoal técnico-administrativo de operacionalização do sistema acadêmico, que ocorre a cada atualização. O corpo técnico-administrativo também é parte avaliada no processo de avaliação institucional.

3.24 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO

A Instituição conta com estrutura física moderna com boas dimensões, excelente iluminação, ventilação, limpeza e conservação. Os blocos que compõem o prédio da Instituição, além de bem localizados (cerca de 3 km do centro comercial da cidade), ainda, são todos dotados de segurança e acessibilidade (localizados em ambiente térreo, dotados de rampa de acesso, barras de apoio, sinalização em braile e sonora, piso tátil direcional, plataforma de elevação e mobiliário adaptado para atendimento, além de atendimento preferencial).

No que é pertinente aos espaços de convivência e alimentação, a IES conta com cantina, dotada de circuito interno de televisão e monitoramento por equipe de atendentes institucionais. Os estabelecimentos, embora terceirizados, submetem-se, contratualmente, às normas institucionais de conservação e atendimento pois são integrantes da avaliação institucional realizada pela CPA.

3.25 SECRETARIA ACADÊMICA E SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO

A Secretaria Geral, órgão concentrador das atividades administrativas acadêmicas da Instituição, é também responsável pela gestão do sistema de registro acadêmico. A IES se utiliza de software pago para o gerenciamento das informações. Os registros de notas e frequências são lançados no sistema acadêmico pelos professores e arquivados através do livro de chamada, em meio físico, pela secretaria em local apropriado, separados por ano/semestre, turmas e disciplinas.

Da mesma forma, a documentação dos alunos e as solicitações protocoladas, são registradas no sistema e os documentos físicos arquivados em pastas individuais pelo período de guarda previsto na Portaria MEC nº 1224/2013. Todos os registros acadêmicos são inseridos no sistema institucional através de digitalização eletrônica e respeitam o disposto na Portaria MEC nº 1224/2013 no que é pertinente à guarda e possibilidade de eliminação.

O acompanhamento do histórico do aluno é feito através de relatório expedido pela secretaria ou através do sistema, pela consulta on-line no site da faculdade. O Sistema de Registro Acadêmico é acessado através do uso de senha pessoal pelos alunos, professores, coordenadores e pessoal técnico administrativo. O acesso pode ser local ou remoto e o ambiente é individualizado conforme o *login* realizado.

O sistema comporta o registro de todas as informações acadêmicas do aluno além de hospedar a documentação digitalizada. Nele o aluno consegue consultar todas as suas informações acadêmicas e financeiras, ingresso e conclusão do curso, conteúdos programáticos inseridos pelos professores, registro das avaliações.

Além da emissão de documentos via sistemas, a secretaria acadêmica também poderá expedir todas as documentações que forem solicitadas pelo acadêmico e que não queiram retirar via sistema.

3.26 ACESSIBILIDADE

Guiada pela busca da excelência no ensino superior, a Faculdade UCP entende que todo aquele que adquire conhecimento tem o compromisso de garantir que a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades

sejam minimizadas. Pautada nos preceitos da Constituição Federal de 1988 e demais instrumentos que regem a acessibilidade no âmbito educacional, segundo os quais deve ser garantido o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma, ou diferencial cognitivo, a Instituição crê que a inclusão não pode ser entendida apenas como a inserção, em sala de aula, de pessoa com deficiência ou diferencial cognitivo. Deve-se, adicionalmente, proporcionar-lhe condições de que adquira o conhecimento a partir de uma participação ativa de construção cognitiva e social.

Para isso, faz-se mister prever e providenciar recursos físicos e serviços de apoio especializado a fim de que o discente tenha condições de interagir socialmente no sentido de, conforme suas possibilidades, ingressar no mercado do trabalho. Por esse motivo, a Instituição inclui em seu PDI e nos PPCs dos cursos que oferece, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência visual e auditiva, com restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, e reconhece e garante os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, por meio de ações que permeiam todas as dimensões da instituição.

3.27 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE FÍSICA

A Faculdade UCP apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. Em vista dos atos normativos que regem as questões de acessibilidade, e das referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da normalização técnica no Brasil, a Faculdade UCP desenvolve ações que proporcionam condições igualitárias de acesso aos espaços para que todos possam usufruir de seus direitos da forma mais abrangente e menos restritiva possível.

Dessa maneira, tendo como pressuposto que, para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, a acessibilidade tem como princípio possibilitar e dar condições de alcance, percepção e acesso ao conhecimento, a Faculdade UCP visa proporcionar a todos seus

discentes, docentes e colaboradores, bem como à comunidade em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, dos equipamentos e dos elementos disponíveis na instituição.

Pautando-se na percepção das diversidades, evidencia-se a necessidade de que os espaços edificados se adequem de maneira que um leque cada vez maior de usuários seja atendido. Assim, é preciso pensar um ambiente livre de barreiras que beneficie todos os usuários e não apenas determinado segmento. Esse conceito de desenho universal, que busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando a integração social, é uma tendência mundial e permeia os fundamentos do atendimento e respeito às pessoas com deficiência permanentes ou temporárias.

Para atender a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida permanente ou temporária, a Faculdade UCP firma-se no disposto na Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050:

- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, V);
- Ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);
- Disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art.5);
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art.6);
- Disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art.6);
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);

- Os edifícios dispõem de banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);

- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050), sendo utilizada principalmente nos seguintes locais:

Entradas;

Áreas e vagas de estacionamento de veículos;

Áreas acessíveis de embarque/desembarque;

Sanitários

Áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;

Áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e

Equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência.

Tendo em vista todos esses conceitos e os dispositivos legais levantados acima, a Faculdade UCP promove a acessibilidade arquitetônica em todos os quesitos, quais sejam:

- **DIMENSÕES REFERENCIAIS DE DESLOCAMENTO:** cumpridas por meio de comunicação (visual e tátil) e sinalização (permanente, direcional, de emergência, e temporária).

- **USO DOS SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ACESSO:** tanto para pessoas com mobilidade reduzida como para pessoas com deficiência visual e auditiva.

- **SINALIZAÇÃO TÁTIL:** tanto do tipo alerta como direcional posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas, etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050). Além disso, uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, segundo a NBR 9050).

- **ROTAS DE FUGA e SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:** sinalizadas com informações visuais.

- RAMPAS: seguem as orientações normativas e a acessibilidade é garantida nas rotas de maior fluxo de pessoas.
- ELEVADORES: conta com um elevador para usos exclusivo de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- VAGAS PREFERENCIAIS: Há vagas de estacionamento preferenciais para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiências.
- BANHEIROS: Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- ESPAÇOS PRIVATIVOS: Os ambientes (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditórios e similares) contam com espaços reservados para com deficiência ou mobilidade reduzida.
- SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL/AUDITIVA: O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual/auditiva para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual, caso seja solicitado, poderá ser utilizado (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- SINALIZAÇÃO SONORA: Há possibilidade de uso de sinalização sonora, assim como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para que se alerte as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez), caso seja solicitado. (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, segundo a NBR 9050);

Além dessas iniciativas, são realizadas avaliações periódicas dos espaços para manutenção dos dispositivos já instalados e para eliminação de possíveis e futuras barreiras físicas que possam ocorrer. Com isso, a Faculdade UCP, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações.

Dessa forma, a acessibilidade física é respeitada, de maneira que todo membro do corpo discente, docente, colaboradores e comunidade em geral que apresente uma

deficiência ou dificuldade permanente ou temporária, ou que necessite de quaisquer recursos suplementares para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais seja considerado. Todos os laboratórios, salas de aula, biblioteca, ambientes administrativos, auditórios, áreas de convivência possuem espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas ou com mobilidade reduzida além de mobiliário acessível e circulação acessível.

3.28 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES

Da mesma forma do que concerne à Acessibilidade Física, a Faculdade UCP apresenta plenas condições de garantia de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações envolve estratégias que permitam o acesso do discente com deficiência ao currículo, à sua interação social, ao enriquecimento curricular, à compactação curricular, e/ou à aceleração de conteúdo ou de estudos, quando necessário. A partir desse conceito, dentro das especificidades de cada disciplina, são determinados critérios para que os discentes com deficiência (desde deficiências ou dificuldades, até altas habilidades ou superdotação) sejam efetivamente incluídos no ambiente acadêmico.

No sentido de cumprir o disposto nos atos normativos concernentes à política de acessibilidade (ABNT, 2004; Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015) e tendo como finalidade garantir a adequação aos novos posicionamentos e métodos de ensino fundamentados em concepções e práticas pedagógicas inseridas a partir dos avanços conceituais postulados pelas teorias educacionais, a Faculdade UCP, tanto na Graduação quanto nos seus Programas de Pós-Graduação, tem garantido adequações pedagógicas atitudinais para que as demandas dos discentes matriculados em seus cursos sejam supridas. Assim, na busca da excelência no ensino superior, a Faculdade UCP promove a inserção da acessibilidade nas

diferentes ações e setores da Instituição e destaca que o reconhecimento e a valorização da diferença humana, a partir da acessibilidade, constam de todas as demais políticas e programas da Instituição. Isso é evidente no planejamento e promoção de mudanças requeridas pelos atos normativos e no desenvolvimento de ações e programas garantam a transversalidade da educação especial.

Todas essas ações dão suporte para que se institua uma política de acessibilidade que compreenda a inclusão plena dos discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Com isso, contempla-se a acessibilidade: nos processos de seleção de alunos; no planejamento e execução orçamentária; nos projetos pedagógicos dos cursos; na composição do quadro de profissionais; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações on-line; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização e recursos acessíveis.

Assim é que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), articulam-se com os gestores institucionais e professores, no sentido de considerar os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. O objetivo principal de todo esse conjunto de atitudes visa a garantir a formação de futuros profissionais conscientes de sua responsabilidade social para que se construa uma sociedade democrática e tolerante com as diferenças.

Nessa perspectiva, compõem esse objetivo, ações referentes à:

- Reconhecimento da diversidade dos discentes que frequentam a Instituição;
- Inserção da educação inclusiva no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planejando e promovendo as mudanças demandadas pelos atos normativos;
- Garantia a superação de barreiras físicas referentes aos instrumentos, aos utensílios e às ferramentas de estudo;
- Estrutura curricular considere possibilidades de diversificação curricular demandadas pelas diferentes necessidades que exijam atenção especial;
- Cumprimento das diretrizes inclusivas na instituição como um todo;
- Garantia da superação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, na forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional;

- Organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados tanto nos processos seletivos quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Ampliação dos recursos de Tecnologia Assistida disponíveis às pessoas com deficiência, tanto no que se refere a deficiências quanto no que se refere a altas habilidades e superdotação;
- Atendimento a pessoa com deficiência;

Entre as múltiplas possibilidades de apoio, estão à disposição, de acordo com o que preceitua a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, caso sejam solicitados, desde o acesso até a conclusão do curso, os seguintes recursos:

Oportunidade de responder às questões oralmente nos transtornos de aprendizagem específico da leitura e da escrita (Dislexia, Dislalia e Discalculia)

Possibilidade de tempo adicional para a resolução de provas escritas (em geral 25% a mais), para os casos de distúrbios de aprendizagem (como Dislexia e Discalculia) e Transtorno do Déficit de Atenção.

3.29 RECURSOS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE NATUREZA FÍSICA

A atitude inclusiva da Instituição estimula a remoção de barreiras, respeita as diferenças e diversidades, reconhece e promove a igualdade de direitos, além de propiciar condições de acessibilidade. Ela implica a articulação dos princípios e valores que são inerentes à formulação das políticas e das práticas institucionais nas esferas pedagógica e da gestão, com medidas que compreendam um conjunto de dimensões múltiplas, que se apoiam na aceitação dos indivíduos sem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações.

Em conformidade com os dispositivos legais e políticos em que se assenta a política de acessibilidade referente à inclusão total dos estudantes (Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015), a Faculdade UCP garante os recursos necessários à participação e aprendizagem de todos os discentes, não só os que apresentem

quaisquer tipos de deficiências, mas também os demonstrem alguma dificuldade durante sua trajetória educacional.

Para que isso se realize, a Faculdade UCP dispõe de pessoal capacitado de diferentes áreas de formação no sentido de se contemplarem as mais variadas dimensões do conceito de acessibilidade. Portanto, os especialistas dos próprios corpos docente e técnico-administrativo sempre são consultados para que se efetivem as ações e adaptações necessárias.

3.30 ADAPTABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Caso ocorra o ingresso de discentes com deficiência visual, a Faculdade UCP reitera seu dever de provimento de condições que possibilitem o acesso às atividades e aos meios pedagógico-educacionais, como adaptação de trechos de livros para dispositivo de software de leitura com sistema de síntese de voz, além de lupas e régua de leitura.

Para que as pessoas com cegueira ou baixa visão possam ter acesso efetivo ao conjunto de ações pedagógicas, a Faculdade UCP poderá considerar a disponibilização dos seguintes equipamentos e serviços, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assumindo o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Assegurar à pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e régua de leitura (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- Scanner acoplado à computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (Atendimento Educacional Especializado – AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);

- Presença de profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

3.31 ADAPTABILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A Faculdade UCP, de acordo com o que prescrevem a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Formulação de materiais de informações aos professores no sentido de que a especificidade linguística das pessoas com deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- A adoção de formas de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, no que se refere à Libras, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo as peculiaridades linguísticas manifestadas no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);
- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso I), mormente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- Reforço no aprendizado da Língua Portuguesa, mormente na modalidade escrita (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- O uso do símbolo internacional de pessoa com surdez utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- Inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos da Instituição, como disciplina obrigatória ou optativa, a depender da Diretriz Curricular do Curso (Decreto Nº 5.626, Cap. II, Art 3º, Parágrafo 2º);

- Disponibilização de equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);
- Uso de tecnologias assistidas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (*telecommunications device for the deaf* - telefone de texto para surdos), entre outros. (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009).

3.32 DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Faculdade UCP respeita e protege os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, concede a esses indivíduos os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, compreendendo desde a reserva de vagas em cargos públicos e privados, até o direito à educação e ao atendimento preferencial em bancos e repartições públicas. Além disso, faz-se mais representativa no campo da inclusão, quando se atenta para o fato de que muito pouco se tem progredido na garantia dos direitos desse segmento.

Geralmente à margem da sociedade, as pessoas com autismo e seus familiares sentem nos próprios ombros a carga do ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da sociedade civil como um todo, mormente do setor público. Legalmente, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; Ausência de reciprocidade social; Falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou

por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Assim, a Faculdade UCP acata as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, buscando promover:

- A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) ;
- O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e
- O estímulo à iniciação à pesquisa científica relativo ao transtorno do espectro autista;

Nesse sentido, a Instituição reconhece todos os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, com ênfase primordial a:

- 1) A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- 2) A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- 3) O acesso:
 - a. À educação e ao ensino profissionalizante;
 - b. Ao mercado de trabalho;

Em casos de confirmada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, terá direito a acompanhante especializado. Além disso, reforça-se o imperativo de que a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo de sua necessidade especial.